

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA GABRIELA MOREIRA

**FORMAÇÃO CAVALEIRESCA E A CERIMÔNIA DE INVESTIDURA NAS
OBRAS DE DON JUAN MANUEL (SÉCULOS XIII - XIV)**

Maringá

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA GABRIELA MOREIRA

**FORMAÇÃO CAVALEIRESCA E A CERIMÔNIA DE INVESTIDURA NAS
OBRAS DE DON JUAN MANUEL (SÉCULOS XIII - XIV)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História. Linha de Pesquisa: História, Cultura e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis

Maringá

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M838f	<p>Moreira, Maria Gabriela</p> <p>Formação cavaleiresca e a cerimônia de investidura nas obras de Don Juan Manuel (séculos XIII-XIV) / Maria Gabriela Moreira. -- Maringá, PR, 2024. 125 f. : il. color., figs.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Jaime Estevão dos Reis. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.</p> <p>1. Don Juan Manuel - Século XII - XIV. 2. Escudeiro. 3. Cavalaria e cavaleiros. 4. Idade Média - História. I. Reis, Jaime Estevão dos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.</p>
-------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CDD 23.ed. 944.02

MARIA GABRIELA MOREIRA

**FORMAÇÃO CAVALEIRESCA E A CERIMÔNIA DE INVESTIDURA NAS
OBRAS DE DON JUAN MANUEL (SÉCULOS XIII - XIV)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História. Linha de Pesquisa: História, Cultura e Narrativas.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a. Dr.^a. Jaime Estevão dos Reis (UEM/PR)
Orientador



Prof.^a. Dr.^a. Adriana Zierer (UEMA/MA)
Membro Convidado

Clarice Z Cortez

Prof.^a. Dr.^a. Clarice Zamonaro Cortez (UEM/PR)
Membro Corpo Docente

Maringá

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Dr. Jaime Estevão dos Reis, que me apresentou ao tema deste estudo e, desde então, guiou meu caminho pela pesquisa acadêmica, tornando-a possível.

Agradeço às professoras Dra. Adriana Zierer e a Dra. Clarice Zamonaro Cortez por aceitar o convite para compor a banca, dedicando tempo e conhecimento a essa dissertação.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa que, por meio da bolsa de estudos, permitiu dedicação exclusiva para desenvolver o trabalho.

À Prof. Dra. Alai Garcia Diniz pela tradução dos excertos das obras de Don Juan Manuel.

Aos colegas e amigos do Laboratório de Estudos Medievais da Universidade Estadual de Maringá, pelas incontáveis tardes compartilhadas durante esses dois anos. Foi graças a esse espaço e aos membros do laboratório que pude crescer intelectualmente, que as crises episódicas entre tantos prazos, editais, créditos, escritas e leituras puderam ser lamentadas e superadas juntos. Um agradecimento especial a Giovanni Bruno Alves e Gabriella Sontag.

Aos amigos que fiz ao longo da vida, que têm estado comigo nesse jogo - ou brincadeira — que a vida é. Agradeço a vocês por todas as vezes em que olhei para o lado e encontrei companhia, ou ouvi seus gritos de incentivo quando eu achava que não tinha mais forças para continuar. Obrigada por correrem ao meu lado em alguns momentos e pela torcida fervorosa em outros.

Gostaria de expressar minha gratidão à minha família, suas orientações, cuidados e exemplos foram fundamentais na formação da pessoa/pesquisadora que sou hoje e naquela que ainda almejo me tornar.

À minha mãe, que trilhou um caminho pedregoso para que eu pudesse caminhar por vias mais serenas, superando obstáculos para que eu não precisasse enfrentá-los. Que sacrificou seu fôlego para que eu pudesse ir mais longe. Para a mulher que sonhou primeiro e lutou primeiro. Esse título não é apenas meu, mas nosso.

RESUMO

A presente dissertação aborda a figura do escudeiro, o jovem aprendiz de cavaleiro, explorando sua relação com o contexto social e moral ao longo de sua formação, culminando na cerimônia de investidura, que representa o desfecho após o período de aprendizado na cavalaria. Este estudo tem como fonte principal três obras de Don Juan Manuel (1282-1348), um nobre proeminente no cenário castelhano-leonês de sua época: o *Libro del cauallero et del escudero* (1326-1328), o *Libro de los Estados* (1327-1332) e o *Libro Enfenido* (1336-1337). Essas obras destacam a atenção do autor para a educação e formação dos filhos da nobreza. Além disso, são utilizadas como fontes auxiliares as *Siete Partidas*, de Alfonso X, o Sábio (1221-1284), e o *Livro da Ordem da Cavalaria* (1274-1276), de Ramon Llull (1232-1315). A delimitação do recorte historiográfico deste estudo restringe-se ao espaço territorial de Castela e Leão nos séculos XIII e XIV, focando, assim, a investigação no papel do escudeiro e na cerimônia de investidura no contexto da cavalaria castelhano-leonesa desse período. Além das fontes que sustentaram a investigação, estabelecemos um diálogo com os principais historiadores que elegeram a cavalaria, como tema de estudo, dentre os quais destacamos: Maurice Keen (1984), Michel Pastoureau (1989), Georges Duby (1989), Jean Flori (2005), Josef Fleckenstein (2006), Dominique Barthélemy (2010), Richard Kaeuper (2016).

Palavras-chaves: Escudeiro; Investidura cavaleiresca; Cavaleiro; Don Juan Manuel.

ABSTRACT

This dissertation looks at the figure of the squire, the young apprentice knight, exploring his relationship with the social and moral context throughout his training, culminating in the investiture ceremony, which represents the end of his apprenticeship in chivalry. This study takes as its main source three works by Don Juan Manuel (1282-1348), a prominent noble figure on the Castilian-Leonese scene of his time: *Libro del cauallero et del escudero* (1326-1328), *Libro de los Estados* (1327-1332) and *Libro Enferido* (1336-1337). These works highlight the author's attention to the education and training of the nobility's children. In addition, the *Siete Partidas* by Alfonso X, the Wise (1221-1284) and the *Llibre de l'orde de cavalleria* (1274-1276) by Ramon Llull (1232-1315) are used as auxiliary sources. The historiographical scope of this study is restricted to the territorial space of Castile and León in the 13th and 14th centuries, thus focusing on the investigation of the role of the squire and the investiture ceremony in the context of Castilian-Leonese chivalry of that period. In addition to the sources that supported the research, we established a dialog with the main historians who chose chivalry as their subject of study, among whom we highlight: Maurice Keen (1984), Michel Pastoureau (1989), Georges Duby (1989), Jean Flori (2005), Josef Fleckenstein (2006), Dominique Barthélemy (2010), Richard Kaeuper (2016).

Keywords: Squire; Investiture ceremony; Knight; Don Juan Manuel.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - O cavaleiro germânico Wolfram von Eschenbach e seu escudeiro	74
FIGURA 2 - Investidura de um cavaleiro	88
FIGURA 3 - João II cingindo a espada ao fazer cavaleiros em uma cerimônia de investidura	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I - A CAVALARIA HISPÂNICA MEDIEVAL (séc. XIII-XIV)	15
1.1 Vínculos vassaláticos e a nobreza cavaleiresca	16
1.1.2 Um simples <i>vassalus</i> ou um nobre <i>miles</i> ?.....	21
1.2 Igreja e cavalaria	26
1.3 A cavalaria hispânica medieval	29
1.4 A cavalaria de Don Juan Manuel	36
1.4.1 Experiência e juventude se encontram: uma conversa entre um cavaleiro ancião e um escudeiro	46
1.4.2 Um manual para jovens nobres	49
CAPÍTULO II - O ESCUDEIRO: UM JOVEM APRENDIZ DE CAVALEIRO	53
2.1 <i>Mancebia</i> e <i>mocedad</i> : uma categoria etária	55
2.2 Entre o laço familiar e o compromisso vassalático	61
2.3 Criando afetos e estreitando laços	64
2.4 O aprendizados dos <i>mozos</i>	70
2.5 O escudeiro	74
2.6 Cavalaria: um olhar para um mundo exclusivamente masculino	78
CAPÍTULO III - A INVESTIDURA CAVALEIRESCA	83
3.1 Origem do rito	84
3.2 Rito e ritual: para além da semântica	86
3.3 Investidura: uma descrição ritualizada da cerimônia	89
3.4 A quem deve ser dada a cavalaria?	98
3.4.1 Quem são os vilões da história?	101
3.4.2 Investidura e a imposição de uma identidade nobre	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Existiu um grupo, concretizado ao longo dos séculos da Idade Média, de homens guerreiros a cavalo, que portavam espadas, lanças, esporas, escudos e armaduras. Para além do aspecto visual, tinham de ser corajosos, justos e cortesões. Participavam de guerras e batalhas, executando tais proezas em nome do reino ou de um senhor, além de façanhas pessoais para ganho próprio, como os torneios e as justas. Não eram simples sujeitos do combate armado entregues à violência ilimitada; pelo contrário, matar não era o objetivo desses homens, e um estatuto cavaleiresco embasava suas ações. Não devemos ser enganados por esse esboço simples e amplo da cavalaria medieval, esta que ainda hoje enriquece todo um imaginário coletivo, como pode ser observado em obras cinematográficas, televisivas e literárias.

Quando a cavalaria e seus homens deixarão de suscitar tamanha presença em nossos dias? A essa pergunta, Josef Fleckenstein escreve: “[...] alimentada pelas múltiplas impressões e tradições, a cavalaria sobrevive em nossa consciência histórica como uma das grandes forças que caracterizaram a história da Europa” (FLECKENSTEIN, 2006, p. 1). Não menos inseridos nessa consciência histórica remanescente da qual fala Fleckenstein, colocamo-nos a pensar a cavalaria, sob o jugo do presente, do qual o historiador não está livre, despertos pelo interesse de compreender essa instituição essencialmente masculina, de jovens, filhos da nobreza, que iam até a propriedade de outro senhor para se tornarem cavaleiros. Atingindo idade suficiente, por volta dos 14 anos de idade, tornavam-se escudeiros e, sob esse título, permaneciam até o momento da cerimônia de investidura, quando assumiam a função oficial de cavaleiros.

A cavalaria não é uma temática pouca pesquisada, sua origem, desdobramentos, comportamentos e virtudes já foram investigados por historiadores destacados como Maurice Keen (1984) Georges Duby (1989), Jean Flori (2005), Josef Fleckenstein (2006), Michel Pastoureau (1989), Dominique Barthélemy (2010), Richard Kaeuper (2016), cujos estudos fundamentam esta discussão. Em muitas dessas obras e em trabalhos gerais que abordam a cavalaria, o escudeiro e, principalmente, a cerimônia de investidura são temas

discutidos com diferentes graus de profundidade. Notamos maior ênfase na investidura: Jean Flori, na célebre obra *A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média* (2005), dedicou um capítulo inteiro a essa cerimônia, assim como Maurice Keen no seu livro *Chivalry* (1984). No entanto, não é por ser um tema já bem fundamentado que não exista espaço para novas investigações pela historiografia. No Brasil, a lacuna histórica sobre a formação do escudeiro e a cerimônia de investidura cavaleiresca é ainda acentuada.

Portanto, reitero que a cavalaria é um tema amplamente estudado, mas a perspectiva do historiador revela-se inesgotável, e as fontes escolhidas para explorar a cavalaria hispânica em relação a formação do cavaleiro e sua investidura conferem singularidade a esta dissertação. De modo que, um novo fôlego para essa pesquisa são as obras de Don Juan Manuel, ainda muito pouco exploradas no Brasil. A historiadora brasileira Olga Pisnitchenko, em sua tese de doutorado e em alguns artigos, trabalhou com algumas obras de Don Juan Manuel, articulando-as para a construção da cavalaria hispânica e do discurso cavaleiresco nesta região, sendo a sua tese, o trabalho mais robusto sobre esse nobre de Castela aqui no país. Alguns outros artigos, ainda que escassos, podem ser encontrados, mas nenhum debate a formação cavaleiresca e a cerimônia de investidura. No âmbito da pesquisa nacional, são poucos os trabalhos a respeito desses temas em geral.

Como o escudeiro é uma figura jovem, que começa sua formação ainda menino, essa pesquisa se ocupou de uma história da infância e da juventude. Uma primeira análise profunda da história da infância foi realizada no livro do historiador francês Philippe Ariès, publicado originalmente em 1960, e traduzido no Brasil como *História Social da Criança e da Família* (1981). No campo da História, Philippe Ariès foi e continua sendo alvo de muitas reformulações. Isso não implica uma perda do valor total de sua obra, mas muitos pontos por ele estabelecidos – como a ideia de adulto e “mini adulto”, descartando a ideia da infância no medievo - já não são mais aceitos pela historiografia, dada a constante atualização que a pesquisa acadêmica exige. A partir do legado de Ariès, seguindo sua agenda ou em contraponto a determinados argumentos, historiadores como Nicholas Orme (1984), Shulamith Shahar (1990), Barbara A. Hanawalt (1993), James A. Schultz (1995) e Buenaventura Delgado (1998) escreveram obras que contribuíram para pensar a infância e a juventude

medieval, circunscrevendo essas fases não em parâmetros modernos e contemporâneos, mas o que teria sido esses estágios para a própria Idade Média.

A história dos jovens é um campo de estudo ainda mais recente do que a história da infância, embora esta última frequentemente possa vir a englobar aspectos da adolescência e juventude. Acreditamos que uma grande produção desse campo foi organizada por Jean-Claude Schmitt e Giovanni Levi na obra intitulada *História dos Jovens*. Esta teve a primeira publicação em 1996, sendo dividida em dois volumes que reúne contribuições de diversos historiadores europeus da História Social. O primeiro volume cobre o período da Antiguidade até a Era Moderna, enquanto o segundo volume trata da época contemporânea. Apesar do título amplo, esses livros não são obras de macro-história, pois cada historiador se concentrou em uma periodização e contexto específicos em seus respectivos capítulos.

Dado que a historiografia sobre a história da infância e dos jovens é recente, as pesquisas voltadas ao escudeiro e aos jovens medievais em geral são bastante limitadas, tanto na produção historiográfica nacional quanto internacional. No entanto, essa área vem crescendo, com um aumento significativo no número de trabalhos. Entre as obras mais relevantes estão: *Youth in the Middle Ages* (2002), editado por P.J.P. Goldberg e Felicity Riddy; *From Boys to Men: Formations of Masculinity in Late Medieval Europe* (2002) de Ruth Karras Mazo; *Youth and Age in the Medieval North* (2008), organizado por Shannon Lewis-Simpson; *The Late Medieval Interlude: The Drama of Youth and Aristocratic Masculinity* (2007) de Fiona S. Dunlop; *Fleas, Flies and Friars: Children's Poetry from the Middle Ages* (2012) de Nicholas Orme; e *Girl Culture in the Middle Ages and Renaissance: Performance and Pedagogy* (2023) de Deanne Williams.

Duas autoras com produções consideráveis sobre a temática dos jovens medievais ibéricos são Isabel Beceiro Pita e Maria del Carmen García Herrero, ambas historiadoras espanholas. A primeira possui dois artigos sobre a educação das classes mais abastadas na coroa de Castela durante o período medieval, são eles: *Educación y cultura en la nobleza (siglos XIII-XV)* (1991) e *La educación: un derecho y un deber del cortesano* (2000). A segunda historiadora possui quatro artigos publicados na temática: *Elementos para una historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media* (1998), *Mocedades diversas: hacia un estudio de la juventud en la Baja Edad Media* (2011), *Los varones jóvenes en la*

correspondencia de Doña María de Castilla, Reina de Aragón (2012), nos quais discute a juventude medieval e, em um dos artigos, debate também especificamente a educação dos nobres nas obras de Don Juan Manuel, este intitulado *La educación de los nobles en la obra de Don Juan Manuel* (2001).

Ainda em relação à educação medieval, mas dentro da pesquisa nacional em História, encontramos três estudos e todos utilizam as obras de Ramon Llull. O artigo de Conceição Solange Bution Perin e Terezinha Oliveira, nomeado *A educação de cavaleiros medievais em dois momentos históricos: séculos XII e XV* (2002). Ricardo da Costa escreveu "A educação na Idade Média: A busca da sabedoria como caminho para a felicidade: Al-Farabi e Ramon Llull (séculos X-XIII)" (2003). E por fim, a tese de Paula Carolina Teixeira Marroni, intitulada: *O Livro da Ordem de Cavalaria, de Raimundo Lúlio: uma proposta de educação pelo modelo de conduta virtuosa*" (2015); a mesma autora, junto à professora Dra. Terezinha Oliveira, publicou um artigo de nome: *A educação do corpo e a educação para a vida: o olhar sobre a educação do cavaleiro medieval por Raimundo Lúlio* (2015).

Composto esse quadro geral em torno dos estudos e publicações já feitos que ressoam junto às perspectivas e horizontes temáticos dessa dissertação, desperta o momento de apresentar sua estrutura. Roy Lowe (2009) versa sobre a possibilidade da construção social da infância, uma vez que essa fase foi reduzida em certos contextos, o que abre espaço para uma concepção de infância distinta daquela do mundo contemporâneo (BRAGA, 2015, p. 28). Por essa razão, a relevância do primeiro capítulo se evidencia, pois é por meio do contexto sociocultural e da influência da cavalaria que é possível localizar a formação do escudeiro e compreender a cerimônia de investidura. Desse modo, o referido capítulo se dedica ao debate acerca da cavalaria e das fontes empregadas no estudo, com especial atenção voltada a Don Juan Manuel e suas obras, as quais representam nossa principal fonte de análise. O objetivo consiste em analisar essas obras em sua essência; contudo, é imperativo considerar que é impossível estudar um texto sem contemplar o seu autor. Essa constatação pode parecer óbvia, mas implica que, ao estudar as obras de Don Juan Manuel, é essencial considerar o autor como objeto de igual relevância, discussão também realizada no primeiro capítulo.

Para estudar o jovem aprendiz de cavaleiro, foi necessário acessar a noção de juventude na Idade Média, partindo de pressupostos básicos como os esquemas de divisão das idades. Buscamos uma aproximação com essa juventude medieval, a visão desta pelos seus contemporâneos, como eram lidos e o que esperavam inculcar nesses jovens, como a sociedade os moldavam. Para essas questões, procuramos elaborar respostas no segundo capítulo desta dissertação. A expressão da juventude é extensa; como Maria del Carmen Garcia Herrero (2011) admite, a juventude não poderia se reduzir a uma única manifestação. Portanto, quando olhamos para o escudeiro, o jovem que observamos é um menino em formação, parte da aristocracia. Também, em um último tópico do capítulo, discutimos como a prática cavaleiresca é essencialmente masculina e, assim sendo, convém olhar para esse universo de símbolos significados por homens e por eles interpretados.

Quanto ao terceiro capítulo, este tem como escopo a cerimônia de investidura cavaleiresca. Aqui, passamos por uma discussão conceitual entre rito e ritual, compreendendo os desdobramentos semânticos dessas palavras, e encaminhando-nos para o ritual da cavalaria, o qual é analisado passo a passo, de acordo com a descrição trazida nas fontes. Por fim, para não apenas concluir este capítulo, mas o texto como um todo, retomamos a argumentação de Don Juan Manuel a respeito dos cavaleiros nobres e dos que não o são. Esse momento no texto nos permite elucidar a cavalaria vilã, a qual Don Juan Manuel não vê como depositária da verdadeira cavalaria. Discutimos, a partir de Norbert Elias e John L. Scotson (2000), a construção de poder e identidade que Don Juan Manuel configura para seu estamento em detrimento de outros.

Quanto às fontes auxiliares, as *Siete Partidas* representam um conjunto de leis que foram compiladas durante o reinado de Alfonso X, o Sábio. As *Partidas* não são apenas um documento histórico relevante, mas também uma fonte importante para se compreender o contexto social e jurídico em que foram produzidas. O Título XXI da *Segunda Partida* é especialmente significativo para estudiosos da cavalaria, pois é uma seção reservada apenas a essa instituição e seus homens. O *Livro da Ordem da Cavalaria* uma obra de cunho didático-pedagógico, foi escrito por Ramon Llull, homem de alta posição social. No entanto, o fato de pertencer à nobreza nos parece minoritário, sendo pouco comentado nos estudos referentes a ele, pois desistiu da vida de nobre para

dedicar-se ao caminho cristão. “Ao inserir-se numa proposta missionária de conversão, Llull trouxe importantes contribuições à visão cristã da cavalaria” (COSTA, 1997, p. 231). Portanto, o *Livro da Ordem da Cavalaria* ajuda-nos a pensar sobretudo na relação entre cavalaria e Igreja, mas também traz uma descrição detalhada da cerimônia de investidura, contribuindo muito para a discussão realizada no terceiro capítulo.

Em resumo, a estrutura desta dissertação é bastante clássica. Conforme exposto, o primeiro capítulo aborda o contexto e as fontes utilizadas; o segundo capítulo adentra no universo do escudeiro; e, por fim, o terceiro e último capítulo dedica-se à discussão da cerimônia de investidura. Explicitados os limites temáticos, convém dizer algo sobre os limites cronológicos e espaciais. Dadas as fontes utilizadas, restringimos a pesquisa ao território de Castela e Leão nos séculos XIII e XIV. Com as *Siete Partidas*, de Alfonso X, temos um momento único na teorização da cavalaria castelhano-leonesa, como coloca Jesus Rodriguez-Velasco (2010). Olhamos, portanto, para esse espaço hispânico e para como ele construiu e se relacionou com a cavalaria, a fim de construir o jovem homem nobre do qual fala Don Juan Manuel e localizar a cerimônia de investidura enquanto um momento simbólico para a nobreza castelhano-leonesa.

CAPÍTULO I

A CAVALARIA HISPÂNICA MEDIEVAL (séc. XIII E XIV)

Este capítulo tem como propósito inicial adentrar o universo da cavalaria hispânica e seus elementos. É evidente que, para o desenvolvimento das discussões, em relação ao escudeiro e à cerimônia de investidura, precisamos contextualizar a cavalaria hispânica do século XIII e XIV. Um fenômeno como a instituição cavaleiresca não apenas molda os comportamentos e valores de seus membros, mas também reflete os traços daqueles que a constituem. Partimos, portanto, de uma investigação preliminar sobre a cavalaria, a fim de estabelecer esse terreno para a posterior investigação dos indivíduos nela envolvidos.

Característica de toda receita culinária é a necessidade de uma primeira etapa que consiste na apresentação dos ingredientes de forma separada. Posteriormente, com a combinação dos ingredientes previamente estabelecidos, é possível obter uma preparação homogênea e coesa. Analogamente, a cavalaria ilustra essa dinâmica, com seus elementos predispostos, porém ainda não constituindo, por si só, a entidade completa até meados do século XI; depois desse momento, podemos observá-la na sua forma clássica. Desse modo, dispusemos de alguns aspectos desse grupo guerreiro, aqueles que mais interessam para o debate dentro da nossa proposta, a fim de evidenciá-los junto às fontes em argumentações seguintes.

No que concerne à estrutura desta dissertação, neste primeiro momento, dividimos este primeiro capítulo em três tópicos principais: apresentação e discussão de determinados aspectos da cavalaria medieval europeia; depois, o debate sobre a cavalaria hispânica; e, por fim, uma apresentação geral das fontes. Essa divisão auxiliou-nos na construção da cavalaria castelhano-leonesa do século XIII, dispondo no tabuleiro as peças necessárias para a leitura e análise das obras de Don Juan Manuel, o *Libro del cauallero et del escudero*, o *Libro de los Estados* (1327-1332) e o *Libro Enferido* (1336-1337), nossas fontes principais. Os documentos escolhidos, ainda que escritos em momentos diversos da vida do autor e com suas especificidades, carregam em comum passagens dedicadas à visão manuelina da educação do jovem pertencente à nobreza. Como fontes

secundárias, foram selecionadas as *Siete Partidas*, de Alfonso X, e o *Livro da Ordem de Cavalaria*, de Ramon Llull.

1.1. Vínculos vassaláticos e a nobreza cavaleiresca

O estudo da cavalaria como instituição da Idade Média requer a compreensão de algumas premissas fundamentais. Organizou-se, portanto, uma “setorização” da cavalaria, no sentido de que alguns dos elementos que a compõem, aqueles que interessam e se conectam com a nossa discussão, foram evidenciados separadamente. Os laços de vassalagem, o aspecto nobre e clerical, que nos propusemos a discutir, são recortes conceituais, feitos não só para uma discussão mais fechada, como para uma maior aproximação do próprio conteúdo inscrito nas fontes.

Maurice Keen (1984, p. 2) reconhece que a palavra “cavalaria” permanece de difícil descrição, imprecisa em suas implicações. Essa afirmação demonstra que essa organização é abrangente e multifacetada, com nuances e particularidades que tornam sua elucidação flexível quanto ao período e ao contexto geográfico. Os componentes que a compõem ditam essas variações que encontramos e, ainda, não deixam de formar uma unidade que a define.

Nesse sentido, Josef Fleckenstein (2006, p. 2) entende que a cavalaria:

[...] apresenta componentes distintos e variados que não formam uma unidade e que tampouco estiveram vinculados desde o princípio. Ao lado do componente guerreiro e militar aparece outro senhorial e político, e ao mesmo tempo que o econômico, outro social; mas junto a eles tem, assim mesmo, um elemento religioso e eclesiástico e, em particular, um aspecto cultural, diferenciador e ao mesmo tempo unificador, que caracteriza em definitivo a cavalaria como um todo.

Em referência a esses componentes, o primeiro a ser mencionado é o guerreiro, também seu elemento mais antigo. A pré-história da cavalaria, assim como Josef Fleckenstein (2006) nomeia as fases prévias dessa organização, que antecedeu o século XI e trata de destacar o guerreiro, de encontrar nestes indícios do cavaleiro montado do século XI em diante. Essa pré-história fala de um período quando a cavalaria ainda não era uma realidade, mas tinha-se a

existência de uma milícia guerreira. Dentro dessa lógica, os povos germânicos¹ teriam legado valores e formas de organização que podem ser visualizados em sua relação estreita com a vassalagem e a futura cavalaria. Os francos teriam introduzido, quando passaram a ser senhores da Gália, comportamentos e práticas guerreiras das quais mais tarde procederiam a cavalaria (BARTHÉLEMY, 2010, p. 22). Isso porque o homem montado a cavalo está inserido, primordialmente, em uma sociedade belicosa, na qual suas práticas, comportamentos e valores refletem essa realidade.

Os invasores bárbaros viviam e lutaram em pequenos grupos tribais unidos, nos quais os guerreiros não eram contratados do estado, mas eram eles mesmos a elite dominante, os companheiros do chefe que os liderava. Embora o cavaleiro fosse tecnicamente mais uma vez um servo contratado, ele manteve os antigos ideais das raças germânicas, leais aos companheiros guerreiros e ao senhor (BARBER, 1941, p. 15).

Desde a época merovíngia, homens livres entravam na dependência de um senhor, alguém mais poderoso, pela garantia de sua existência. As relações feudo-vassálicas, quando começam a se desenvolver e ampliar, conduzem os sujeitos, mesmo os de nível mais elevado, a prestar homenagem ao senhor do qual eles recebiam rendimentos (FLORI, 2005, p. 20-21). De acordo com Josef Fleckenstein (2006, p. 40), a vassalagem funciona como um fator de atração da nobreza para o serviço militar, fenômeno observado até os anos que marcam a transição do século, em todos os estados sucessores do império carolíngio. Os vassallos ganham uma relevância substancial a partir do século X, e a aristocracia é incorporada nesse tipo de relação social.

Para Olga Pisnitchenko (2016, p. 66):

[...] o serviço militar era um dos deveres que o vassallo assumia como contrapartida do recebimento de bens pelo senhor no momento em que se estabelecia, entre os dois, o vínculo feudovassálico. De fato, de acordo com Hilda Grassoti, a obrigação de fazer a guerra e a paz constituía inicialmente um dos deveres tradicionais de caráter feudal que os vassallos teriam que cumprir como contraprestação dos benefícios recebidos do senhor. Assim, em Castela e Leão, a entrega de *soladads*, tenências de

¹ Dentre os povos germanos invasores, podemos destacar os godos (divididos em visigodos no Ocidente e ostrogodos no Oriente), os francos, os suevos, os burgúndios, os anglos, os saxões, os alamanos, entre outros.

fortalezas, terras ou simplesmente um equipamento militar por parte de um senhor ao seu vassalo criava uma obrigação militar entre um e outro [...].

O fato é que a crescente demanda militar requeria uma adaptação correspondente às condições sociais que sustentavam o exército. O combate a cavalo foi sempre custoso. Os equipamentos, o animal e o treino regular exigiam profissionais abastados, ou, ao menos, um senhor para custear as despesas. Por isso, dispor de um exército de cavaleiros era tarefa difícil. Os mais ricos senhores não eram em grande número; ainda que o rei pudesse contar com essa aristocracia, havia a necessidade de membros de “segunda ordem”, os homens *segundones*, o grau inferior dessa aristocracia. A partir de meados do século X e, principalmente, do século XI, nos reinos de Castela e Leão, essa categoria de homens:

[...] os “filhos e segundos”, chamados de “infanzones”. Um número cada vez maior deles abraçava a carreira militar. Por entrarem no fonsado real (exército), eles recebiam o domínio vitalício de um benefício (terras, por exemplo) ou, cada vez mais, um salário em dinheiro. Às vezes, estavam ligados ao rei ou a um grande por laços de dependência. Em qualquer caso, como os *infanzones* não eram de longe suficientes para cobrir as necessidades, foi necessário ampliar notavelmente o campo social do recrutamento até todos aqueles que eram economicamente capazes de servir a cavalo: os *milites*. Em pouco tempo, a condição social dos *milites* se equiparou a que os *infanzones* tinham (BONASSIE; GUICHARD; GERBET, 2008, p. 197).²

Devemos nos ater aqui aos *segundones*, os filhos dos magnatas e dos senhores que não eram o primeiro homem da linha de descendentes. Em alguns casos na Península Ibérica, tem-se a adoção de um sistema unilinear masculino na transmissão de bens, o que não configurava a regra nessa região. Os primeiros séculos do medievo hispânico não conheceram a mesma estrutura agnática³ observada em outras regiões da Europa. Em correspondência à lei visigótica, o patrimônio da família deveria ser compartilhado igualmente entre os

² No original: “[...] los hijos y 'segundones' llamados infanzones. Cada vez hubo un número mayor de éstos que abrazó la carrera militar. Por ir al fonsado real (ejército), recibían el dominio vitalicio de un beneficio (una tierra, por ejemplo), o cada vez más a menudo un sueldo en numerario. A veces, estaban ligados al rey o a un grande por lazos de dependencia. En cualquier caso, como los infanzones no eran ni mucho menos suficientes para cubrir las necesidades, hubo que ampliar notablemente el campo social del reclutamiento hasta todos aquellos que eran económicamente capaces de servir a caballo: los milites. En poco tiempo, la condición social de los milites se equiparó a la que teman los infanzones” (BONASSIE; GUICHARD; GERBET, 2008, p. 197).

³ No sistema agnático, o parentesco é transmitido apenas pelo lado do pai.

herdeiros, ou seja, era uma transmissão bilateral, que dava a mesma importância às linhas masculina e feminina do grupo de parentesco (BARTON, 1997, p. 39-42).

No entanto, a partir do século XI, o agnatismo começa a surgir no horizonte ibérico, com o aparecimento de novos padrões de comportamento, germe das estruturas de parentesco que determinaram a configuração da parentela (MORA, 2003, p. 367- 368).

Em Castela e Leão:

[...] tais mudanças no senso de família da aristocracia levaram consideravelmente mais tempo para se cristalizar. Por um lado, como vimos, há evidências abundantes de que as herdeiras continuaram a participar plenamente dos patrimônios familiares ao longo do século XII. Sinais claros de que os ramos colaterais das famílias estavam perdendo importância não ocorrem até a primeira metade do século XIII, quando havia uma tendência crescente de favorecer herdeiros masculinos com um terço do patrimônio familiar (BARTON, 1997, p. 43, tradução nossa).⁴

Essa tendência vai se perfilar ainda mais nos últimos séculos da Reconquista, do XIII ao XV, já que a relativa abundância de terras fruto desse processo histórico de ganho de territórios, que os deixava seguros quanto à divisão das terras, não poderia perdurar por muito mais tempo. As primeiras referências à primogenitura — o *mayorazgo* — datam da segunda metade do século XIII, mas, somente no final do século XIV, tal prática se generalizou (BARTON, 1997, p. 43).

Portanto, a partir do século XIII, vemos surgir a preferência pelo filho mais velho, varão e primogênito, na herança, o que leva a um maior prestígio social perante seus irmãos (BECEIRO PITA, 1990, p. 69). A primogenitura não implicava a exclusão completa dos segundos filhos da herança. No entanto, os bens recebidos por esses últimos não se equiparavam aos recebidos pelo primogênito, que assumia o papel de chefe da família após a morte do pai (BECEIRO PITA, 1990, p. 238).

⁴ No original: “[...] such changes in the aristocracy's sense of family took appreciably longer to crystallize. For one thing, as we have seen, there is abundant evidence that female heirs continued to participate fully in family patrimonies throughout the twelfth century. Clear signs that collateral branches of families were losing importance do not occur until the first half of the thirteenth century, when there was an increasing tendency to favour male heirs with a third of the family patrimony.” (BARTON, 1997, p. 43)

Se não temos uma repartição igualitária dos bens, os filhos segundos, de certa forma, empobrecidos, tinham que encontrar uma forma de subsistir na sociedade e, como opção, tinha-se a cavalaria. Portanto, “[...] os cargos honoríficos, a entrada na carreira religiosa em importantes postos ou no serviço na corte foram outros sistemas empregados pela alta nobreza para resolver os direitos sucessórios dos filhos segundos e terceiros [...]”⁵ (BECEIRO PITA, 1990, p. 242, tradução nossa). Cabia, então, aos nobres gerenciar para seus filhos um espaço no círculo aristocrático castelhano-leonês e deste criar as condições para sua “sobrevivência”. Aquele que fosse direcionado à cavalaria, enviado em tenra idade à casa de um senhor, mais rico e com uma posição elevada a sua, poderia construir para si não só um ofício, mas uma relação de dependência que lhe legaria vantagens no futuro.

Nessa perspectiva:

A vassalagem, a clientela e a cavalaria colocam os indivíduos em um determinado contexto dentro da nobreza e são elementos fundamentais em sua ação política; geram relações verticais, entre o senhor e o vassalo ou entre o patrão e o cliente, mas também geram relações horizontais entre o conjunto dos vassalos e clientes de um determinado senhor ou patrão (ÁLVAREZ BORGE, 2001, p. 31, tradução nossa).⁶

A hierarquia dos laços de vassalagem se mostrou, no contexto da cavalaria medieval do ocidente europeu, um desses membros sem o qual o corpo não opera. O serviço militar colocou o guerreiro sob o cuidado e a dependência de um senhor. Com o desenvolvimento da vassalagem, foram criadas condições que atraíram a nobreza para essa relação. A partir da incorporação da nobreza, temos a transição de uma milícia guerreira para uma instituição cavaleiresca, um processo que pode ser observado na ressignificação ou exclusão de determinados vocábulos.

⁵ No original: “[...] los cargos honoríficos, la entrada en la carrera religiosa en importantes puestos o el servicio en la corte fueron otros tantos sistemas empleados por la alta nobleza para resolver los derechos sucesorios de los hijos segundos y terceros [...]” (BECEIRO PITA, 1990, p. 242).

⁶ No original: “El vasallaje, la clientela y la caballería sitúan a los individuos en un contexto determinado dentro de la nobleza y son elementos fundamentales en su acción política; generan relaciones verticales, entre el señor y el vasallo o entre el patrón y el cliente, pero también generan relaciones horizontales entre el conjunto de los vasallos y clientes de un determinado señor o patrón” (ÁLVAREZ BORGE, 2001, p. 31).

1.1.2. Um simples *vassalus* ou um nobre *miles*?

Richard Kaeuper (2016) cria um quadro, cronologicamente estipulado, para entender a evolução da nobreza e cavalaria. Do século X ao XV, ele verifica como ocorre essa identificação entre *nobilis* e *miles*, grupos distintos que criam um vínculo e, desse vínculo, um círculo fechado depois do século XIII, dividindo essa transição em três fases. Nelas, encontramos uma fase de guerreiros e nobres, o primeiro cumprindo sua função marcial e o segundo, de poder; na fase inicial, que antecede e circunda o século XI, a função militante dominou o status e a ideologia, com forte ênfase na função militar, que persistiu até fases posteriores. Na segunda fase, a era clássica do mundo cavaleiresco, do século XI ao XIII, teria sido a soma do guerreiro ao nobre, em que status e ideologia se encontram entrelaçados. A terceira e última fase, que perdurou até o século XV, foi um momento contraditório dentro da cavalaria, pois, ao mesmo tempo que se criava um círculo restrito para somente aqueles da nobreza, outras figuras, de linhagens baixas, ainda reclamavam para si a cavalaria (KAEUPER, 2016, p. 60).

Miles e *militia* determinam uma relação essencial entre a cavalaria e a milícia guerreira. Tais vocábulos captam uma determinada situação social e política, concretizada então no nível linguístico. O estudo desses conceitos e a análise de suas significações são relevantes devido à capacidade dessas palavras de apreenderem as transformações políticas e sociais no contexto histórico relacionado à cavalaria. Quando o termo *miles* passa a denotar a posição superior de um indivíduo, evidencia-se a realidade de concretização da cavalaria nos seus traços mais nítidos. A partir desse momento, tal título particular passa a expressar uma categoria social específica e fundamenta a existência desse grupo, sendo plenamente reconhecido pela consciência coletiva e transmitido como uma estrutura sólida para as gerações seguintes (DUBY, 1989, p. 24).

Corroborando a exposição de Georges Duby, Josef Fleckenstein (2006, p. 51-52) vê, na palavra *miles*, um conceito-chave para entendermos o novo significado de cavaleiro, pois, ainda que tenha a simples conotação de guerreiro

em geral, ao final do processo, é o vocábulo que expressa o novo significado de cavaleiro.

Portanto, no início, tínhamos uma condição de vassalagem, primeiro de homens livres que se dispuseram a combater em troca de algum benefício e, depois, da atração exercida pela vassalagem sobre a nobreza que conduziu a uma preponderância de vassalos no serviço militar. O encadeamento desses fatos pode ser testemunhado “na substituição do termo vassalo pelo de *miles* já em meados do século IX. Ambos os conceitos adquiriram o mesmo significado e serviram para diferenciar a pessoa designada do antigo camponês guerreiro” (FLECKENSTEIN, 2006, p. 40, tradução nossa).⁷ A partir do século IX, a identidade comum assumida pelos vassalos, em partes livres e em parte nobres, é a de *militēs*, pois a *militia*, enquanto um exército de vassalos, caracteriza-se pela identidade entre *miles* e *vasallus*. A *militia* está acima do contingente popular da guerra, os antigos livres constituem a base da *militia*, ao passo que a vassalagem e seus benefícios foram admitindo um número cada vez maior de aristocratas, impulsionando e reforçando o prestígio da *militia* como um todo (FLECKENSTEIN, 2006, p. 44).

O que o autor descreve é um processo de “centrifugação da cavalaria”, na medida em que os seus compostos heterogêneos, considerando os pequenos e grandes aristocratas e todo o restante da base guerreira, a *militia*, foram sendo aglutinados ou separados, fazendo-se a distinção entre eles. Vemos a aproximação entre o *miles*, o guerreiro simples, e o *nobilis*, o aristocrata, pois ambos se veem submetidos à condição de vassalos, enquanto a base da *militia* é “empurrada” para as margens, realizando, assim, esse processo de centrifugação mencionado. Nesse mesmo sentido, Maurice Keen esclarece:

Vemos os nobres maiores adotando o mesmo título que os homens menores e, portanto, a distinção entre a grande e pequena nobreza é borrada, não economicamente, [...] mas em estilo e título. Os dois polos da aristocracia começam a ser desenhados juntos (KEEN, 1984, p. 28, tradução nossa).⁸

⁷ No original: “[...] en la sustitución del término vasallus por el de miles ya desde mediados del siglo IX. Ambos conceptos adquirieron el mismo significado y sirvieron para diferenciar a la persona designada del antiguo guerrero campesino [...]” (FLECKENSTEIN, 2006, p. 40).

⁸ No original: “[...] we see the greater nobles adopting the same title as the lesser men, and thus the distinction between the great and petty nobility is blurred: not economically, it is true [...] but in style and title. So the two poles of aristocracy begin to be drawn together [...]” (KEEN, 1984, p. 28).

Desse modo, *miles* sempre faz referência ao guerreiro, principalmente o combatente a cavalo. Porém, se um nobre é referido enquanto *miles*, para além de significar uma função, desenha, no quadro social, a relação que este tem com os seus subordinados e superiores, por qualquer razão que seja: vassalagem, patronagem, deferência, amizade, parentesco (FLORI, 2005, p. 22). Assim, o nobre (*nobilis*) é um *miles* dentro da condição de vassalagem, mas está acima dos *militēs* comuns que não vêm de uma linhagem superior (FLECKENSTEIN, 2006, p. 44-45).

Na Península Ibérica:

Os vassalos castelhano-leoneses seguiram fazendo-se chamar *militēs* ou cavaleiros e, a partir do século XII, *mesnatarii* ou *mesnaderos*, quando faziam parte de uma mesnada ou *militia* de um grande ou do próprio rei. O termo *miles* reveste quatro significados a partir do início do século XI: vassalo, cavaleiro, nobre ou *infanzón* e cavaleiro armado [...] (BONASSIE; GUICHARD; GERBET, 2008, p. 262, tradução nossa).

A terminologia para qualificar os grandes senhores castelhanos era a de *ricos hombres*; abaixo destes, havia um grande grupo muito pouco delimitado, geralmente referido nas fontes como *militēs*, *infanzones* ou, no final do século XII, *fijosdalgo* (BARTON, 1997, p. 33-34). São assim chamados “porque foram escolhidos de lugares bons, e com algo, que significa tanto na língua da Espanha, como bem, por isso chamaram de hijosdalgo, que mostra os filhos de bem” (PARTIDA II, T. XXI, L. II).^{9, 10} Essa pequena nobreza provinha, já no fim do século XIII, de dois grupos distintos: os descendentes de antigas linhagens de *infanzones* anteriores ao século XII e os descendentes de cavaleiros vilões (BONASSIE; GUICHARD; GERBET, 2008, p. 267). A nobreza era determinada enquanto *hidalguía*, que “é nobreza que vem aos homens por linhagem”¹¹ (PARTIDA II, T. XXI, L. III), sendo o termo frequentemente utilizado tanto para os nobres maiores como para os menores.

⁹ No original: “[...] porque estos fueron escogidos de buenos lugares, e con algo, que quiere tanto decir en language de España, como bien, por eso llamaron hijosdalgo, que muestra hijos de bien” (PARTIDA II, T. XXI, L. II).

¹⁰ Todas as citações das *Siete Partidas* correspondem à edição de José Sánchez-Arcilla Bernal, mostrando a indicação da *Partida*, o título e o número da lei. In: Alfonso X, el Sabio. **Las Siete Partidas**. Ed. José Sánchez-Arcilla Bernal, Madrid, 2004.

¹¹ No original: “es nobleza que viene a los hombre por linaje” (PARTIDA II, T. XXI, L. III).

As virtudes aristocráticas ligadas ao senhorio, já elementos centrais da cultura nobiliárquica, em particular, generosidade e justiça, são adicionadas à ética cavaleiresca (JONES, 2011, p. 148). O processo de aproximação da classe guerreira com a nobreza proporcionou a inserção desses homens em um contexto que ajustaria seus valores e, posteriormente, enalteceu-os também por meio da literatura. Seja em romances, seja em canções de gesta, é certo que a literatura desempenhou o papel de espelho, refletindo e idealizando os valores cavaleirescos. Maurice Keen destaca o papel da corte como centro de produção e reprodução da moral cavaleiresca, tendo como via, principalmente, a literatura:

As maiores cortes senhoriais da França do século XII desempenharam, assim, um papel decisivo na finalização da forma dos modos e da ideologia cavaleiresca [...]. Eles foram capazes de fazê-lo porque eram, ao mesmo tempo, um ponto de encontro para homens provenientes de diferentes níveis da sociedade aristocrática e os centros de uma cultura literária secular (KEEN, 1984, p. 31, tradução nossa).¹²

Podemos constatar que o componente nobiliárquico é basilar na cavalaria, dando a ela contornos cortesões, o que gera discursos e narrativas como aparece nas *Partidas*, de Alfonso X, o Sábio:

[...] acima de tudo, escolheram que fossem homens de boa linhagem, para que tivessem o cuidado de não fazer nada que os levasse a cair em vergonha. E por terem sido escolhidos de bons lugares e com algo que, na língua da Espanha, significa tanto bom quanto bem, foram chamados de *hijosdalgo*, que significa bons filhos (PARTIDA II, T. XXI, L. II, tradução nossa).¹³

A boa linhagem, então, é descrita como a pedra angular para o cavaleiro, porque quem a tinha vivia “mais ordenadamente que as outras pessoas” (PARTIDA II, T. XXI, L. II).¹⁴ Os bons costumes, herdados dessa linha aristocrática, qualificavam os bons cavaleiros. “E por isso *hijosdalgo* devem ser escolhidos, que venham de linhagem correta, do pai e do avô [...]. Mas quanto

¹² No original: “The greater seignorial courts of twelfth century France thus played a decisive part in finalizing the shape of chivalrous modes and ideology [...]. They were able to do so because they were, at the same time, a meeting ground for men drawn from different levels of aristocratic society, and the centers of a secular literary culture” (KEEN, 1984, p. 31).

¹³ No original: “[...] sobre todas las cosas cataron que fuesen hombres de buen linaje, porque se guardasen de hacer cosa porque pudiesen caer en verguenza. E porque estos fueron escogidos de buenos lugares, e con algo, que quiere tanto decir en language de España, como bien, por eso llamaron hijosdalgo, que muestra hijos de bien” (PARTIDA II, T. XXI, L. II).

¹⁴ No original: “[...] más ordenadamente que las otras gentes” (PARTIDA II, T. XXI, L. II).

mais longe vem uma boa linhagem, mais sua honra e sua nobreza aumentam” (PARTIDA II, T. XXI, L. II).¹⁵ Entende-se por *hijosdalgo* aqueles que eram “filhos de algo”, ou de alguém — alguém importante. A palavra expressa, em sentido conotativo, os bem-nascidos. A linhagem oferecia ao cavaleiro características desejáveis a esses homens; quanto mais longínqua fosse, mais envolto nessa névoa de bons costumes estaria ele, preservado pela honra reservada à nobreza.

Essa transformação do simples guerreiro ao cavaleiro cortês se deve a dois planos distintos, identificados por Georges Duby como: o das atitudes e representações mentais e o das instituições públicas. O primeiro, acerca do comportamento e da mentalidade cavaleiresca, é interpretado por esse historiador francês através do desenvolvimento da teoria das *ordines*, ou seja, do esquema tripartido, representando um momento capital de ideias que origina a cavalaria (DUBY, 1989, p. 31). Joseph Fleckenstein também entende essa estrutura da sociedade das três ordens como influência externa no campo da mentalidade. No entanto, há ainda para ele uma movimentação interna, relacionada à ética cavaleiresca, na forma com que os cavaleiros viam a si, determinante quanto ao comportamento e ao sentido de unidade interna às diferentes categorias de *militēs* (FLECKENSTEIN, 2006, p. 84).

Os componentes agregadores de uma mentalidade cavaleiresca para Fleckenstein englobam uma contribuição do espaço físico, como os castelos, materiais, como as armas, e ainda a percepção criada pela Igreja e as Cruzadas (FLECKENSTEIN, 2006, p. 98-99). O elemento religioso presente na cavalaria tende a ser mais notório ou menos evidenciado na sua relação com a fonte analisada, como veremos no próximo subtópico. De qualquer forma, é visível o esforço da Igreja para regulamentar a prática da guerra desde períodos que antecedem essa pesquisa.¹⁶ Se a cavalaria era parte da guerra e, ainda, parte expressiva da sociedade da Baixa Idade Média, não poderia ter sido esquecida das pautas e dos discursos dessa instituição cristã.

¹⁵ No original: “E por esto hijosdalgo deben ser escogidos, que vengan de derecho linaje, de padre e de abuelo, [...]. Pero quanto de allí en adelante más de lejos viene de buen linaje, tanto más crece su honra, e su hidalguía” (PARTIDA II, T. XXI, L. II).

¹⁶ Como demonstra Jean Flori nas páginas 127-133. In: FLORI, Jean. **A cavalaria**: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média. São Paulo: Madras, 2005.

1.2. Igreja e cavalaria

A associação entre a Igreja e a aristocracia guerreira desenvolveu-se na medida em que os clérigos contavam com o apoio financeiro e a proteção dos aristocratas, enquanto estes foram envoltos pela narrativa religiosa, persuadidos, principalmente, pelos monges, se não à piedade, pelo menos à consciência de seu relacionamento com Deus. Com os interesses e valores destes, uma agenda política do papado reformado a partir da metade do século XI, fomentada pelo desenvolvimento do direito canônico e pelo estabelecimento de um sistema penitencial coerente e acessível, foi fortalecida (TYERMAN, 2007, p. 474-475). Nessa agenda, vamos encontrar movimentos religiosos como a reforma gregoriana, a Paz de Deus, a Trégua de Deus e as Cruzadas, que exerceram influência na forma da guerra.

A reforma gregoriana, fundamentada em “submeter mais o clero ao papado e os leigos ao clero, visando a um aprimoramento e purificação dos costumes” (BARTHÉLEMY, 2010, p. 290), trouxe consigo a ideia das duas milícias, uma espiritual e outra secular, personificadas nos *oratores* e nos *bellatores*, com a finalidade lógica de reafirmar e enfatizar o primado do combate espiritual (BARTHÉLEMY, 2010, p. 304). A partir do fim do século X, primeiramente na Aquitânia, depois para se estender a todo o Ocidente ao longo do século XI, são realizadas assembleias de paz. O objetivo dessas assembleias, realizadas ao ar livre e que contavam com a iniciativa de eclesiásticos e príncipes, era obter dos cavaleiros um juramento solene, proferido sobre as relíquias dos santos. Esse juramento, denominado “paz de Deus”, comprometia os cavaleiros, sob pena de perjúrio e excomunhão, a renunciar a qualquer ato de “exação” ou violência cometida contra igrejas, seus ocupantes e bens; a não atacar clérigos, monges, religiosos e, em geral, os desarmados (FLORI, 2005, p. 133-134).

A Trégua de Deus, nascida na Catalunha na primeira metade do século XI, foi um desenvolvimento dos pactos da Paz de Deus (BARTHÉLEMY, 2010, p. 317). Dominique Barthélemy explica o que essa trégua representaria alguns anos depois após a Paz de Deus, procurando restringir ainda mais as atividades guerreiras:

A trégua de Deus consiste em interditar todo ato de guerra e mesmo todo constrangimento judiciário, durante as épocas mais importantes do ano cristão, e também durante quatro dias de cada semana, de quinta a domingo, os mesmos em que se deram a Paixão e a Ressurreição de Cristo. Naturalmente, um príncipe forte e a pressão social devem prestar seu apoio à Igreja. (BARTHÉLEMY, 2010, p. 317).

Enquanto esse último historiador não vê na Paz de Deus e na Trégua de Deus uma pequena revolução, como pensaram alguns historiadores antes dele (BARTHÉLEMY, 2010, p. 318), Josef Fleckenstein atribui um valor distinto a esses movimentos, considerando que a Igreja, por meio de seus inúmeros concílios e pregações, conseguiu efetivamente modificar a postura da milícia. Para esse historiador, é inegável que o movimento da Paz de Deus inaugurou uma nova concepção de cavalaria, ao menos em linhas gerais. Fleckenstein argumenta que, no século XI, os *milites* se apresentam de forma mais disciplinada e aparentemente atentos aos padrões da ética cristã com maior rigor. Esse comportamento disciplinado parece refletir, em especial, a mudança ocorrida no ambiente geral da época, manifestando-se de maneira clara com o início da Primeira Cruzada, que marcaria o início de uma nova era (FLECKENSTEIN, 2006, p. 102-107).

As Cruzadas deram a Jerusalém e à defesa dos lugares santos uma posição única de significado no mundo mental da cavalaria, criando um ideal com um profundo impacto na civilização da Europa ocidental (KEEN, 1984, p. 49-50). Contudo, a cavalaria estava relacionada a uma ampla gama de atividades marciais e aristocráticas que não necessariamente tinham conexão com esses movimentos militares cristãos.

Para Dominique Barthélemy (2010), a relação entre cavalaria e Igreja trata-se, na verdade, da própria teia de relações feudo-vassálicas em que esses homens, clérigos e guerreiros armados, estavam envolvidos. O autor dá indícios da proximidade entre esses homens, argumentando que eram os parentes deles que dirigiam a Igreja, o que o leva à conclusão de que havia certa tensão e uma série de arranjos nessa relação.

Como demonstra Carmen Vallejo Naranjo:

A verdadeira relação entre cavalaria e Igreja era realizada diariamente nas grandes famílias através de seus próprios mosteiros de fundação. Este contato foi muito mais próximo e continuado do que a distante autoridade papal. Foi amplamente resolvido dentro das necessidades de formação

dos jovens aristocratas, futuros cavaleiros de linhagem, uma vez que os monges cuidavam ao mesmo tempo da preparação espiritual e da secular. Ali tinham contato com as canções de gesta e com os tratados de cavalaria, com os heróis clássicos ou com os brasões de sua linhagem que continuamente lhes falavam de heroicidades familiares que insuflavam em seus ânimos a obrigação de participar em aventuras futuras. Ao seu mosteiro doariam parte do seu saque ou dos seus troféus e ali receberiam sepultura cristã (VALLEJO NARANJO, 2008, p. 41, tradução nossa).¹⁷

Quando a autora fala em mosteiros próprios e formação de jovens aristocratas, ela está concebendo que a estreita relação entre a Igreja e a nobreza se manifesta de forma ainda mais notável no seio das relações individualizadas. Dado nosso interesse central na instrução dos jovens da nobreza, Nicholas Orme enfatiza que o envio de meninos para as famílias de bispos e outros grandes eclesiásticos era tão popular quanto o envio para a casa de um outro senhor a fim de receber o devido treinamento cavaleiresco (ORME, 2018, p. 39). Em ambas as circunstâncias, o currículo era abrangente, ao menos até a fase inicial da adolescência, uma vez que a especialização didática não era a norma. Além disso, mesmo para os jovens que se destinavam à instrução cavaleiresca, esta poderia ser presidida por um grande clérigo, delegando o ensino cotidiano a mestres subordinados (ORME, 2018, p. 55). A respeito da relação entre esses grupos, Ramon Llull escreve que:

[...] a maior amizade que deveria existir neste mundo deveria ser entre clérigo e cavaleiro. Logo, assim como o clérigo não segue a ordem de clerezia quando é contra a ordem de cavalaria, assim, cavaleiro não mantém ordem de cavalaria quando é contrário e desobediente aos clérigos, que são obrigados a amar e a manter a ordem de cavalaria (LLULL, T. II, N. 4).¹⁸

Podemos encontrar, no *Llibre de l'orde de cavalleria*, essa proximidade entre cavalaria e Igreja. Nesse tratado literário, observa-se que Llull confere à

¹⁷ No original: “La verdadera relación entre caballería e Iglesia se realizaba cotidianamente dentro de las grandes familias a través de sus propios monasterios de fundación. Este contacto fue mucho más cercano y continuado que la lejana autoridad papal. Se resolvía ampliamente dentro de las necesidades de formación de los jóvenes aristócratas, futuros caballeros de linaje, ya que los monjes cuidaban a la par la preparación espiritual y la seglar. Allí tenían contacto con los cantares de gesta y con los tratados de caballería, con los héroes clásicos o con los blasones de su linaje que continuamente les hablaban de heroicidades familiares que insuflaban en sus ánimos la obligación de participar en aventuras futuras. A su monasterio donarían parte de su botín o de sus trofeos y allí recibirían cristiana sepultura” (VALLEJO NARANJO, 2008, p. 41).

¹⁸ Todas as citações do *Llibre de l'orde de cavalleria* correspondem à tradução de Ricardo da Costa, com indicação de título e numeração do trecho. A seguinte edição está disponível no link: <https://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/o-livro-da-ordem-de-cavalaria-c1274-1276>

cavalaria laica uma função, se não inteiramente eclesial, ao menos atrelada a ela, pois os cavaleiros são os defensores e multiplicadores da santa fé católica (BATLLORI; CALDENTEY, 1948, p. 112). A pregação e a cavalaria são equiparadas como estratégias de conquista cristã.

A cavalaria, assim como outros segmentos da sociedade, também foi permeada pelas influências cristãs. Independentemente do maior ou menor efeito que esses movimentos e discursos cristãos possam ter exercido sobre a cavalaria, é incontestável que a Igreja experimentou um crescimento significativo no século XI, fortalecendo seu poder e a força de sua mensagem. Conforme mencionado por Dominique Barthélemy (2010), a instituição eclesiástica exerceu influência e desempenhou papel importante em diversos aspectos da vida medieval. Não é possível precisar com exatidão o grau de influência religiosa sobre a cavalaria, pois, nas diferentes fontes, essa influência pode se manifestar de forma mais marcante, como é o caso do *Livro da Ordem de Cavalaria*, de Ramon Llull.

1.3. A cavalaria hispânica medieval

Nos itens anteriores, foram delineados alguns aspectos da cavalaria dentro de um contexto europeu mais geral, ainda que observações específicas dessa ordem em Castela e Leão tenham sido parcialmente colocadas. A primeira teorização é relevante na medida em que todo fenômeno compartilha de elementos comuns que podem ser analisados para além de fronteiras e barreiras sociopolíticas. Por outro lado, a cavalaria assume características do meio físico e social, nesse caso, dos reinos hispânicos de Castela e Leão. Neste tópico, propomos investigar as especificidades castelhana-leonesas.

Pensando a singularidade geográfica, Jesus Rodriguez-Velasco escreve que a Castela Medieval é única em muitos aspectos significativos. Para esse historiador:

[...] podemos datar a criação e configuração da cavalaria aristocrática em quase toda a Europa por volta do ano 1100, o discurso cavaleiresco castelhana, particularmente textos sobre a regulamentação da cavalaria, surgem entre um século e um século e meio depois. O cavaleiro aristocrático de Castela se origina nas Cortes de Afonso VIII de Castela (r.

1158-1214) e de Afonso X de Castela e Leão (r. 1252-1282) (RODRIGUEZ-VELASCO, 2010, p. 16-17, tradução nossa).¹⁹

Nos séculos XI, XII e XIII, temos um momento crucial na evolução da cavalaria e das ideias cavaleirescas, pois é nesse período que muitos dos atributos que a identificam ideológica e funcionalmente se consolidam e adquirem plena legitimação ao longo do século XIII em Castela e Leão. David Porrinas observa dois fatores como mais determinantes e singulares no desenvolvimento cavaleiresco ibérico, sendo:

[...] a maior capacidade de coesão sócio-militar que durante os séculos XI, XII e XIII mostram os monarcas peninsulares, e de outra a presença prolongada e próxima de um inimigo que professa uma fé diferente da cristã. A existência de um inimigo muçulmano multissecular condicionará a fisionomia e a natureza dos poderes eclesiásticos, régios e aristocráticos, os verdadeiros motores da cavalaria como prática e, especialmente, como ideia (PORRINAS, 2015, p. 111, tradução nossa).²⁰

Quando o autor pontua a presença na história ibérica desse opositor próximo e presente através dos séculos, a pauta que nos alcança certamente é a Reconquista.²¹ Esse processo que perdurou por sete séculos, envolvendo os

¹⁹ No original: “[...] we can date the creation and configuration of aristocratic chivalry in almost all of Europe at around 1100 (Flori, L'idéologie du glaive; L'essor de la chevalerie), Castilian chivalric discourse, particularly texts on the regulation of chivalry, arise between a century and a century and a half later. The aristocratic chivalry of Castile originates in the Cortes of Alfonso VIII of Castile (r. 1158–1214) and that of Alfonso X of Castile and León (r. 1252–1282) [...]” (RODRIGUEZ-VELASCO, 2010, p. 16-17).

²⁰ No original: “[...] la mayor capacidad de cohesión socio-militar que durante los siglos XI, XII y XIII muestran los monarcas peninsulares, y de otra la presencia prolongada y próxima de un enemigo que profesa una fe diferente a la cristiana. La existencia un enemigo musulmán multissecular condicionará la fisonomía y naturaleza de los poderes eclesiásticos, regios y aristocráticos, los verdaderos motores de la caballería como práctica y, especialmente, como idea” (PORRINAS, 2015, p. 111).

²¹ O debate teórico-conceitual sobre a Reconquista é vasto e complexo, portanto não existe a pretensão de abordá-lo de forma total nessa nota, mas antes construir um alicerce que nos serve para contextualizar o termo e o processo histórico mencionado na dissertação. Carlos Roberto F. Nogueira (2001) afirma que não se encontra, ou pelo menos não restou, qualquer comentário por parte dos derrotados, os “espanhóis”, acerca da “perda” que teriam vivido do reino visigótico no século XIII, o que, para o autor, é um sinal claro de que não houve uma perda para ser lamentada. A construção posterior da Reconquista se deve, segundo o mesmo autor, a um momento histórico específico: a perda da *Hispaniae* (NOGUEIRA, 2001, p. 277-279). A Reconquista foi descrita como uma luta travada contra o inimigo de outra fé, os muçulmanos, considerados intrusos que ocupavam injustamente território que por direito pertencia aos cristãos. No entanto, nos últimos 40 anos, historiadores desafiaram essa concepção, pensando se é apropriado falar em reconquista (O'CALLAGHAN, 2003, p. 3). Como Nogueira concluiu, o processo reconquistador não foi um argumento artificial dos historiadores modernos, mas antes inventado pelos espanhóis interessados na unidade da Espanha e no direito a ela, principalmente os castelhanos; garantindo aos cristãos o direito sagrado e legítimo de possuir e usufruir da Península e de expulsar estrangeiros e infiéis (NOGUEIRA, 2001, p. 280). O significado da Reconquista foi “historicamente

diferentes grupos sociais pertencentes aos reinos cristãos, impactou os indivíduos na forma de viver, de fazer guerra e de exercer poder. Renata Vereza fala do processo reconquistador como pauta permanente e prioritária dos reis ibéricos em seus “programas” políticos:

[...] os esforços dos diferentes setores da sociedade em reunir braços para a guerra e braços para a terra não podem ser considerados desprezíveis, sobretudo se compararmos o espaço ocupado inicialmente pelos reinos cristãos e o espaço que vão dominar ao fim da reconquista. O espaço inicial de onde partem os reinos ibéricos no século IX se desdobra em um território de extensão pelo menos quatro vezes maior no século XV. Dimensionar espacialmente essa expansão permite mensurar a estatura da empresa empreendida pelas sociedades ibéricas (VEREZA, 2011, p. 46-47).

Desde os primórdios para as regiões sobreviventes do estado visigótico, reaver territórios e sua subsequente defesa nas fronteiras contra os mouros, os outros que professavam uma fé alheia à sua, conferia propósito à organização militar (LOURIE, 1966, p. 54). Portanto, conforme enfatizado por Vereza (2011), a necessidade de mobilizar forças armadas para conquistar e salvaguardar territórios se justifica, tendo em consideração que esse empreendimento envolveu também o confronto com um outro não cristão.

De modo particular, nas regiões meridionais da cristandade latina, sobretudo no Languedoc e na Península Ibérica, os milites foram muito sensíveis à sua condição de protetores do espaço cristão contra o inimigo sarraceno, fato que os colocava numa situação eclesial diferenciada, uma vez que os guerreiros ajudavam a definir os contornos geográficos da comunidade cristã pela exclusão do outro não cristão, bem como contribuíam para “gerar o idêntico” (IOGNA-PRAT, 2016, p. 108 *apud* MIATELLO, 2017, p. 1153).

O ideal de cruzada foi um dos elementos, importante sem dúvida, que influenciaram a ideia e a realidade da reconquista, mas um elemento que, em si mesmo, não era necessário para justificar a guerra contra os muçulmanos que se travava na Península Ibérica (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1994 *apud* VEREZA, 2011, p. 50). Quanto à influência da Reconquista, o avanço dela havia favorecido o desenvolvimento de um grupo de magnatas, aristocratas guerreiros enriquecidos pela guerra, as doações reais e as usurpações que foram levantadas na corte,

construído, apropriado e repensado sob a defesa de um ideal de hispanicidade questionável” (PORTELA, 2017, p. 281).

onde desempenharam funções domésticas ou de governo e apropriaram-se dos cargos da administração local, exercendo direitos sobre os homens (GERBET, 1997, p. 69).

Para Adeline Rucquoi, a guerra, na sociedade ibérica:

Está, todavia, sempre presente na vida quotidiana e no horizonte mental hispânicos: a sociedade ibérica é uma sociedade de fronteiras e, como tal, caracteriza-se por uma forte mobilidade social, onde as possibilidades de ascensão são tão numerosas como os riscos incorridos. Na medida em que a guerra de reconquista é um cometimento próprio de todos os espanhóis, não pode ser considerada uma arte reservada aos todo-poderosos, ao grupo de detentores de parcelas de poder que adotaram progressivamente um código de valores cavaleirescos (RUCQUOI, 1995, p. 217).

Como consequência dessa mobilidade social, temos uma cavalaria ibérica extremamente diversa. Esse agrupamento de homens esteve longe de se apresentar como um grupo político e socioeconomicamente homogêneo. Para além da sua função militar partilhada e da sua posição hegemônica nos seus respectivos quadros sociais, existem inúmeras subdivisões de “cavalaria” que podemos encontrar nessa região:

Combatentes a cavalo com uma componente aristocrática — elitista, social e juridicamente privilegiado — eram os monarcas e a nobreza de sangue, mas também os *infanzones*, os freires das Ordens Militares, os mesnaderos do rei, os cavaleiros das vilas e cidades, os tenentes de fortalezas ou, mesmo, os mercenários [...] (PORRINAS, 2015, p. 105, tradução nossa).²²

Nesse mesmo sentido, Pisnitchenko (2016) entende que:

a palavra “cavaleiro”, desde o século XII até XV, engloba uma multiplicidade de realidades, podendo ser atribuída tanto a um rei como a um cavaleiro vilão que fazia parte da defesa permanente da cidade, sem nenhuma menção ao pertencimento deste a uma nobre linhagem (PISNITCHENKO, 2016, p. 46).

Os *caballeros villanos*, recrutados entre os homens livres não nobres, foram uma das classes militares mais importantes da Espanha medieval. Emergiram das lutas entre Castela e Leão no século X, e isso foi um fator nas

²² No original: “Combatientes a caballo con un componente aristocrático — elitista, social y jurídicamente privilegiado —, eran los monarcas y la nobleza de sangre, pero también los infanzones, los freires de las Órdenes Militares, los mesnaderos del rey, los caballeros de las villas y ciudades, los tenentes de fortalezas o, incluso, los mercenarios [...]” (PORRINAS, 2015, p. 105).

guerras civis e intercristsãs dos séculos XIV e XV, mas cuja formação se deveu principalmente ao seu papel na Reconquista (LOURIE, 1966, p. 55).

O que gostaríamos de destacar sobre a Reconquista e sua relação com a sociedade ibérica e sua organização é o que ela poderia ter representado para os jovens cavaleiros castelhano-leoneses. É plausível conceber os períodos da Reconquista como uma tarefa, um compromisso, para os guerreiros, “a ideia de recobrar territórios era um mote importante” (VEREZA, 2011, p. 46), mas também, concomitantemente, uma jornada desafiadora. Maurice Keen argumenta que “a ideia da juventude como um tempo de teste para o jovem guerreiro, no qual ele procura estabelecer sua posição aventurando-se longe” (KEEN, 1984, p. 55, tradução nossa).²³ O autor está pensando no contexto cruzadístico eminentemente cristão, mas este é uma eventualidade que pode ser conjecturada também para a realidade da Península Ibérica e do processo reconquistador.

Segundo Renata Vereza:

A abrangência da mobilização necessária tornou imperativo a existência de um poder que coordenasse os vários esforços e que pudesse catalisar e direcionar as energias para objetivos específicos. Neste sentido, sem sombra de dúvida, a aristocracia teve um importante papel, nomeadamente o relacionado com os avanços militares (VEREZA, 2011, p. 47).

Fechamos aqui o parêntese aberto quando falamos de Reconquista. Sobre os aspectos que procuramos ressaltar da cavalaria hispânica, foram pontuadas a influência da Reconquista e a presença constante de um inimigo de outra fé; em segundo lugar, a cavalaria ibérica enquanto um grupo heterogêneo em sua composição; por fim, falta ainda destacar o discurso cavaleiresco castelhano, mencionado por Rodriguez-Velasco como tardio em comparação com os seus vizinhos europeus.

Em relação à manifestação da cavalaria nos relatos ibéricos, Duby determina que, após o fim do século XI:

a linguagem das atas jurídicas trata a cavalaria como um grupo coerente, compacto, estreitamente unido em torno de uma qualidade familiar e hereditária, como um corpo que se incorporou aos escalões superiores da nobreza e que, por conseguinte, se identifica com toda a aristocracia laica (DUBY, 1989, p. 25).

²³ No original: “[...] the idea of youth as a testing time for the young warrior, in which he seeks to establish his standing by adventuring far afield [...]” (KEEN, 1984, p. 55).

Porém, no âmbito jurídico para o reino castelhano-leonês, um marco fundamental ocorreu com as *Siete Partidas*, de Alfonso X, o Sábio. Esse compêndio do direito produzido durante o reinado alfonsino, por volta do ano de 1256, inaugurou um tratamento específico à cavalaria, o Título XXI da *Segunda Partida*. A cavalaria deixa de aparecer como um conceito vago e disperso entre outros aspectos que a envolviam, como a vassalagem e a guerra, conforme se deu nos códigos que precederam as *Partidas*, o *Fuero Real* e o *Espéculo*, também obras de Alfonso X.

As *Siete Partidas* introduziram um novo aspecto, a criação de um vínculo de natureza específica no processo de obtenção da cavalaria, conforme abordado na *Quarta Partida*, Título XXIV, na segunda lei (RODRIGUEZ-VELASCO, 1997, p. 1336). Em relação às novidades introduzidas nas *Partidas*:

Apesar de os aspectos sociais e profissionais da cavalaria estarem presentes no Espéculo, não é possível concebê-la como uma entidade baseando-se neste código, principalmente pelo fato de o código não definir nenhum tipo de vínculo em função desta. Além do mais, a cavalaria no Espéculo, mesmo ultrapassando o significado de um simples ofício e indicando uma dignidade àquele que a exerce, não é concebida como uma identidade de todos aqueles que exercem atividades militares. [...] Enquanto no Espéculo o cavaleiro envolvido nas relações vassálicas está ligado a seu senhor *en muchas maneras*, sendo que nenhuma destas maneiras subentende a cavalaria, nas *Siete Partidas* esta passa a ser um dos vínculos naturais (PISNITCHENKO, 2016, p. 165).

Entendemos que a cavalaria castelhano-leonesa era, majoritariamente, a prática de uma função militar, representando o exercício das armas, embora também garantisse uma superioridade econômica e social. Ao examinarmos a discussão realizada anteriormente em relação aos vocábulos *miles* e *milites*, esta pode trazer maior luz a essa questão, pois o grupo de homens livres armados se diferenciava dos seus vizinhos condenados ao campesinato.

Contudo, retomando as palavras de Fleckenstein, a nobreza, incluída na cavalaria, diferencia-se do simples *milites* pela sua linhagem. Consequentemente, pertencer à cavalaria não elevaria esses homens à grandeza de um bem-nascido, alguém de alta moral, honra e riqueza segundo os padrões daquela sociedade. Aqueles que poderiam prover a distinção do vínculo vassálico seria o rei ou um grande senhor. Segundo Olga Pishnitchenko, esse mesmo vínculo tornou-se um instrumento na política de Alfonso X, em que o rei triunfaria como a figura central

da cavalaria, unindo, através dessa ordem, tanto a alta quanto a baixa nobreza (PISNITCHENKO, 2016, p. 48).

Com Alfonso X, o Sábio, vemos “nascer” a cavalaria medieval castelhano-leonesa como categoria social homogênea, um projeto observado nas *Siete Partidas*. Jesús Rodríguez-Velasco afirma que as *Partidas* constituem uma invenção da cavalaria, pois, antes da segunda metade do século XII, não havia uma definição sistemática dela. Para ele, “as *Partidas* não introduzem uma transformação da cavalaria, mas sim uma transformação na maneira como a cavalaria foi concebido e discutida; elas introduzem um debate definitivo no universo da cavalaria” (RODRIGUEZ-VELASCO, 2010, p. 28-29, tradução nossa).²⁴ A cavalaria encontra sua legitimação com Alfonso X, pois se considera que:

O auge da cavalaria medieval é anterior aos tempos que agora nos interessam, mas não há dúvida de que o desejo integrador em torno do rei dos distintos componentes da sociedade da época que as novas monarquias reclamavam, obrigaram também na segunda metade do século XIII a um esforço para especificar os limites de um grupo que, justamente pelo papel relevante que lhe era concedido no edifício social, não podia manter-se na indeterminação das situações de facto nem as suas grandes vantagens derivar da mera e simples circunstância de lutar a cavalo (SÁNCHEZ SAUS, 2015, p. 179, tradução nossa).²⁵

A cavalaria teorizada no Título XXI da *Segunda Partida* nada tem a ver com a cavalaria plural hispânica, nascida das necessidades das guerras contra os mouros. No título mencionado, tinha-se uma concepção cavaleiresca que permitiria a incorporação da nobreza a um sistema político dominado pela monarquia por meio de uma delicada equação entre nobreza e cavalaria (SANCHEZ SAUS, 2015, p. 180). Bergqvist observa essa mesma discrepância entre a cavalaria hispânica existente e a desenvolvida na *Segunda Partida*:

²⁴ No original: “[...] the Partidas do not introduce a transformation of knighthood, but rather a transformation in the manner in which chivalry was conceived of Ritual as a Strategy for Chivalric Creation and discussed; they introduce a definitive debate in the universe of chivalry” (RODRIGUEZ-VELASCO, 2010, p. 28-29).

²⁵ No original: “El auge de la caballería medieval es anterior a los tiempos que ahora nos interesan, pero no cabe duda de que el afán integrador en torno al rey de los distintos componentes de la sociedad de la época que las nuevas monarquías reclamaban, obligaron también en la segunda mitad del siglo XIII a un esfuerzo para precisar los límites de un grupo que, justamente por el papel relevante que se le concedía en el edificio social, no podía mantenerse en la indeterminación de las situaciones de hecho ni sus grandes ventajas derivarse de la mera y simple circunstancia de combatir a caballo” (SANCHEZ SAUS, 2015, p. 179).

[...] os cavaleiros são explicitamente equiparados aos nobres, um fato notável, já que a paisagem social particular de Castela incluía muitos cavaleiros não nobres, os *caballeros villanos* e *concejiles* — mas o texto não os menciona. É claro que Alfonso escreveu (ou melhor, supervisionou a escrita de) este título sabendo muito bem que seu reino era aquele em que muitos cavaleiros não eram de origem nobre, mas cavaleiros urbanos de origem comum. No entanto, ele insiste que os cavaleiros são nobres. Que a lacuna entre a realidade e o ideal é grande, neste caso, não poderia ser mais óbvia. No entanto, devemos tentar entender por que tal abordagem foi útil para este rei. Alfonso estava interessado em definir e criar um cortês, nobre cavalaria, leal ao rei. Essa cortesia seria expressa pela moderação, na fala e nos gestos (BERGQVIST, 2014, p. 155).²⁶

O ambiente cortês e o elemento nobiliárquico têm a capacidade de influenciar a formação de um grupo. O discurso cavaleiresco ibérico é de particular interesse para esta dissertação não apenas por representar uma virada significativa, conforme abordado no Título XXI, que se configura como uma de nossas fontes auxiliares, mas também porque exerceu influência sobre a obra de Don Juan Manuel, nosso autor principal, dado que ele próprio elaborou um discurso a respeito da cavalaria, e da nobreza, levando em consideração as influências pertinentes e o contexto da época, como demonstraremos a seguir.

1.4. A cavalaria de Don Juan Manuel

Existe uma questão, intrínseca ao estudo e à análise de um documento histórico, que se inscreve em planos mentais e subjetivos da escrita, sendo tal questão a relação entre o autor e fonte, o que é esboçado, delineado e concebido no registro a partir de um determinado indivíduo ou grupo. Portanto, já foi questionado: “vamos ver a escrita de Juan Manuel como uma codificação de valores que eram comumente mantidos dentro do grupo social ao qual ele pertencia, ou seja, os *ricos hombres*?” (BERGQVIST, 2014, p. 162).²⁷ A

²⁶ No original: “[...] knights are explicitly equated with nobles, a noteworthy fact since the particular social landscape of Castile included many non-noble knights, the *caballeros villanos* and *concejiles* — but the text does not mention them. Of course, Alfonso wrote (or rather oversaw the writing of) this title knowing full well that his realm was one where many knights were not of noble origin, but urban knights of a commoner’s background. Nonetheless, he insists that knights are nobles. That the gap between reality and ideal is great in this case could not be more obvious. Yet we must try to understand why such an approach was useful to this king. Alfonso was interested in defining and creating a courtly, noble knighthood, loyal to the king. This courtliness would be expressed by moderation, in speech and in gestures” (BERGQVIST, 2014, p. 155).

²⁷ No original: “are we to see Juan Manuel’s writing as a codification of values that were commonly held within the social group to which he belonged, that is, the *ricos hombres*?” (BERGQVIST, 2014, p. 162).

recuperação dessa questão e a construção da sua resposta significam, para este trabalho, ser capaz de formular mais tarde o que significou a cavalaria para Don Juan Manuel, ou ao menos a imagem que este concebeu dela. Logo nos concentramos em cercar o meio sociopolítico onde nasceu o autor, de onde absorveu conhecimentos, abraçando ou rejeitando-os, e travou lutas próprias em nome de suas crenças e interesses. Coube-nos analisar sua biografia em consonância com os propósitos desta investigação, em uma síntese das disputas e relações políticas em que Don Juan Manuel esteve envolvido.

Don Juan Manuel foi um nobre com certo protagonismo, filho do infante de Castela e Leão, Don Manuel (1234-1283), sobrinho de Alfonso X, o Sábio, primo e futuro conselheiro de Sancho IV (1258-1295) de Castela. Ele não foi apenas a figura literária-cultural mais importante do século XIV em Castela, como também esteve emaranhado em diversas querelas políticas devido à conexão direta com muitos personagens importantes do período. Um homem como Don Juan Manuel não poderia nunca permanecer indiferente à vida política, “seu nascimento e suas riquezas e por consequência seu poder o destinavam a ser personagem de influência no Estado” (SOLER, 1932, p. 6, tradução nossa).²⁸ Dedicou-se aos seus escritos apenas no final de uma longa e turbulenta vivência em muitos sentidos, seu primeiro trabalho data, incertamente, do ano de 1325 e, seu último, do ano de 1342.

Presume-se, portanto, que um indivíduo de seu estrato social valorizasse em demasia a alta nobreza, visto que ele próprio fazia parte dessa categoria privilegiada. Além disso, sendo um dos grandes senhores de maior importância, é plausível afirmar que o caráter de sua obra refletiria os padrões elevados e as honras associadas àqueles homens de linhagem mais nobre, bem como as conquistas que poderiam ser alcançadas nessa posição. Suas origens linhagísticas condicionam todas as suas ações tardias, envolvendo-o em quase todos os entrelaços políticos que abrangeram o reino de Castela (GÓMEZ REDONDO, 1998, p. 1094). Um dos personagens de Don Juan Manuel, no *Libro de los Estados*, afirma como os males e os infortúnios cercam o Estado dos filhos dos infantes, o Estado do nosso escritor.

²⁸ No original: “su nacimiento y sus riquezas y por consecuencia su poder le destinaban a ser personaje de influencia en el Estado” (SOLER, 1932, p. 6)

Devido a tantas razões e em virtude do que me haveis dito porque o estado dos filhos dos infantes é muito perigoso para salvar suas almas e para manter os corpos naquela honra e estado que devem, que eu, em verdade vos digo, não acho uma maravilha caso lhes aconteça isto que vós me dissestes ²⁹ (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 375). ³⁰

Nos primeiros anos de vida, Don Juan recebeu orientação da sua figura materna, Dona Beatriz de Saboya (1250-1292), e a influência dos oficiais de confiança de sua Casa, junto à própria corte castelhana. Quando sua mãe faleceu, ele ficou sob cuidado direto dos servidores de sua Casa e sob a tutela e a guarda oficial da família real castelhana, sendo apadrinhado pelo rei Sancho IV, que, ao subir ao trono, confirmou o cargo hereditário de *Adelantado mayor* do reino de Múrcia para seu primo mais novo, cargo que se tornou uma verdadeira plataforma das ambições políticas do Dom Juan Manuel (PISNITCHENKO, 2016, p. 87-88). Ligado à família real castelhana pelo lado paterno e à nobreza do império romano germânico pela sua mãe, a linhagem régia de Don Juan Manuel, segundo Loureiro, constituiu um dos seus principais sinais de identidade, tal como atesta sua titulação tanto na documentação oficial e nas epístolas da época, assim como nos prólogos de suas obras. Em todas as ocasiões, ele menciona a si como Don Juan, filho do infante Don Manuel (LOUREIRO, 2019, p. 189). Esse mesmo autor também expõe uma autoconsciência nobiliárquica que parte dessa dupla linhagem:

[...] situando-se entre dois grupos sociais, como são a família real e a alta nobreza. Nisso, parece se encaixar com a ambiguidade de sua posição social como filho de infante. Na Castela do século XIV a distinção de status entre a nobreza não tem uma base jurídica clara, mas é bastante subjetiva. De forma geral, um filho de infante tendia a ser colocado mais dentro da alta nobreza. De fato, o comportamento político de don Juan Manuel foi, em geral, próprio de um membro desse grupo (LOUREIRO, 2019, p. 190, tradução nossa).³¹

²⁹ No original: “Ca tantas razones et con virtud me avedes dicho por que el estado de los fijos de los infantes es muy peligroso para salvar las almas [et] para mantener los cuerpos en aquella onrra et estado que deven, que yo, verdad vos digo, que non tengo por marabilla de les acaesçer esto que vos dezides” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 375).

³⁰ Todas as citações do *Libro de los Estados*, correspondem a edição de José Manuel Blecua, com indicação de página. In: Don Juan Manuel: Obras completas. Ed. José Manuel Blecua, Madrid: Editorial Gredos, 1982. As seguintes traduções, de todos os excertos de Don Juan Manuel, foram feitos pela Prof. Dra. Alai Garcia Diniz.

³¹ No original: “[...] situándose entre dos grupos sociales, como son la familia real y la alta nobleza. En esto, parece encajar con la ambigüedad de su posición social como hijo de infante. En la Castilla del siglo XIV la distinción de estatus entre la nobleza no tiene una base jurídica clara, sino que es más bien subjetiva. De forma general, un hijo de infante tendía a ser ubicado más bien

Ao alcançar a idade de 12 anos, Don Juan Manuel se apoderou da autoridade para o exercício da administração de suas terras e titulação. Aos quatorze anos, já esteve envolvido em uma importante negociação pelo reino de Múrcia com o rei Jaime II de Aragão, que dominava grandes territórios na região depois que a invadiu em 1296, por conta do conflito recente dos infantes de La Cerda.³² Em julho do mesmo ano, Don Juan firmou um acordo de paz por sete anos com Jaime II, mantendo seu direito de propriedade, mas à sombra do jugo da Coroa de Aragão.

De acordo com Aurélio Pretel Marin e Miguel Rodríguez Llopis, essa foi uma “autêntica traição aos interesses de Castela, que deixava Elche e os demais lugares ocupados sob a soberania aragonesa” (MARIN; LLOPIS, 1998, p. 63, tradução nossa).³³ Olga Pishnitchenko confirma que alguns historiadores compartilhavam dessa mesma visão de “traidor” de Don Juan Manuel e que este estava “numa posição de grande ambiguidade política em relação aos reinos de Castela e de Aragão. Mais tarde, historiadores julgarão seu comportamento como traição em relação ao rei de Castela, que seria seu senhor natural” (PISNITCHENKO, 2016, p. 91).

A respeito desse cenário de confusão política e administrativa, que obrigou Don Juan Manuel a provar os sabores de toda essa ambiguidade, abdicando até mesmo de exercer sua função no *adelantamiento* de Múrcia, Marin e Llopis argumentam que:

Não estava clara, de qualquer forma, a situação em que ficavam as terras de Don Juan Manuel no reino aragonês. O rei reconhecia-lhe, teoricamente, o direito de propriedade, mas não a jurisdição; e na situação de guerra imperante, sendo don Juan um magnata castelhano, esse reconhecimento era pouco menos do que nada (MARIN; LLOPIS, 1998, p. 63, tradução nossa).³⁴

dentro de la alta nobleza. De hecho, el comportamiento político de don Juan Manuel fue, en general, el propio de un miembro de este grupo” (LOUREIRO, 2019, p. 190).

³² Para entender mais esse cenário, ver: MARIN, Aurelio Pretel; LLOPIS, Miguel Rodríguez. El Señorío de Villena en el siglo XIV, 1998, p. 62-63; LOUREIRO, José A. Salgado. Política y cultura en don Juan Manuel (1320-1325), 2019, p. 191-192; SOLER, Andrés Giménez. Don Juan Manuel: biografía y estudio crítico, 1932, p. 6-11.

³³ No original: “[...] autêntica traición a los intereses de Castilla, que dejaba Elche y los demás lugares ocupados bajo soberanía aragonesa” (MARIN; LLOPIS, 1998, p. 63).

³⁴ No original: “No estaba clara, de todas formas, la situación en que quedaban las tierras de don Juan Manuel en el reino aragonés. El rey le reconocía, teóricamente, el derecho de propiedad, pero no la jurisdicción; y en la situación de guerra imperante, siendo don Juan un magnate castellano, aquel reconocimiento era poco menos que nada” (MARIN; LLOPIS, 1998, p. 63).

Desde a tenra idade, Don Juan Manuel já negociava com ambas as cortes, castelhana e aragonesa, como demonstra o acordo com Jaime II de Aragão e, momentos mais tarde, quando vai até a rainha de Castela, Maria de Molina, em 1297, pedindo compensação pelas terras que tinha perdido (MARIN, 1982, p. 42). “Aos seus vinte e dois anos, don Juan já se apresentava como um astuto negociador e um ambicioso político” (MARIN, 1982, p. 50). Mesmo seu casamento com Constança, filha de Jaime II, serviu-lhe como oportunidade para estreitar laços com o rei aragonês, além dos dotes e das rendas que traria em benefício. Viúvo da sua primeira esposa, Isabel de Maiorca, casamento que não lhe legou nenhuma descendência, contraiu matrimônio com Constança em abril de 1312; ainda que tenha acordado o matrimônio antes, em 1302, teve que esperar a menina completar 12 anos de idade para consumir o casamento.³⁵

Nos anos seguintes, em meio às intrigas da corte castelhana, dividida a favor e contra a guerra com Aragão, Don Juan Manuel oscilou buscando alianças alternativas em uns e outros, inclinando-se a quem pudesse melhor servir aos seus objetivos. Até 1312, Don Juan Manuel passou os anos lutando pela expansão de seus domínios, tentando agrupar uma nova população ali. Nesse mesmo ano, com a morte do rei Fernando IV, surgiu uma nova pugna dinástica no reino castelhano e, mais uma vez, Don Juan Manuel estava no meio dela como personagem ativo. Dessa vez, a briga era pela tutoria do pequeno monarca, Alfonso XI, entre o infante Don Pedro, o irmão do rei Sancho IV e o infante Don Juan, o irmão de Alfonso X.

Consciente da ambiguidade de sua posição como filho de infante, ao longo do reinado de Fernando IV e a minoria de Afonso XI don Juan Manuel vinculou sua atividade à dos infantes castelhanos como reitores da nobreza. Reforçou com isso o seu sentimento de pertença à família real e o seu sentido de superioridade em relação aos outros nobres castelhanos. Participou de forma ativa tanto das intrigas nobiliárias como em funções militares e no desempenho de cargos altos como o de adelantado, mayordomo ou tutor. Assim, apesar de ser um membro menor da família real, conseguiu situar-se como um dos personagens mais destacados do panorama político e social castelhano (LOUREIRO, 2019, p. 194, tradução nossa).³⁶

³⁵ Não foi seu último casamento, ainda se casou uma terceira vez.

³⁶ No original: “Consciente de la ambigüedad de su posición como hijo de infante, a lo largo del reinado de Fernando IV y la minoría de Alfonso XI don Juan Manuel vinculó su actividad a la de los infantes castellanos como rectores de la nobleza. Reforzó con ello su sentimiento de

Como teria esse grande senhor, ávido negociador e ambicioso homem, elaborado a cavalaria castelhana? Não há dúvidas de que estava em uma relação direta com ela, tanto pela educação que recebeu como pela vida que levou. Don Juan Manuel recebeu uma educação voltada à cavalaria, aprendendo a montar cavalo, manusear armas e exercer as artes da caça. Com uma vida cercada por conflitos políticos, armados ou não, recorreu, enquanto um grande senhor, aos cavaleiros ao seu serviço. Devia preocupar-se com a cavalaria que lhe rodeava, visto que seus títulos, propriedades e ambições próprias dependiam, em algum nível, desses homens.

Marin e Llopis colocam algumas passagens que ilustram esse caminho: “em 23 de março de 1305, teve de prometer ‘*al conzejo, a los caualleros, a los clerigos e a los escuderos, a los homes buenos de Alarcón, de villa e de aldeas, mios vassalos*’ guardar-lhes o seu foro e liberdades” (MARIN; LLOPIS, 1998, p. 69). Documentado na “folha de pagamento” em Chinchilla, Don Juan Manuel, no ano de 1336, preocupado em aumentar a sua cavalaria, acabou “recorrendo não só aos cavaleiros do seu serviço, mas aos homens bons de suas vilas, a quem encorajaria a manter cavalos e armas, em troca de uma subvenção, que os concelhos pagariam a partir de certos rendimentos e direitos que ele cedia” (MARIN; LLOPIS, 1998, p. 80-81).³⁷

A cavalaria foi um dos temas que mais o ocupou, dedicando, como aponta Rodriguez-Velasco: um tratado perdido, o *Livro da cavalaria*, o *Libro del cauallero et del escudeiro*, além de extensas partes do *Libro de los Estados* e um terço do *Libro de las tres razones* a mesma temática (RODRIGUEZ-VELASCO, 2006, p. XXXII). Esse historiador apresenta uma divisão para o discurso cavaleiresco: o discurso da cavalaria nobre, da cavalaria não nobre e o discurso anticavaleiresco³⁸, no qual enquadra Don Juan Manuel. Ele o faz porque vê na

pertenencia a la familia real y su sentido de superioridad respecto a los demás nobles castellanos. Participó de forma activa tanto en las intrigas nobiliarias, como en funciones militares y en el desempeño de altos cargos como el de adelantado, mayordomo o tutor. Así, a pesar de ser un miembro menor de la familia real, consiguió situarse como uno de los personajes más destacados del panorama político y social castellano” (LOUREIRO, 2019, p. 194).

³⁷ No original: “recurriendo no sólo ya a los caballeros de su servicio, sino a los hombres buenos de sus villas, a los que animaría a mantener caballos y armas, a cambio de una subvención, que los concejos pagarían con cargo a ciertas rentas y derechos que él cedía” (MARIN; LLOPIS, 1998, p. 80-81).

³⁸ Podemos encontrar essa divisão na introdução de Jesus Rodriguez-Velasco na obra de Josef Fleckenstein. RODRÍGUEZ-VELASCO, Jesús D. *Invención y Consecuencias de la Caballería*. In: FLECKENSTEIN, Josef. **La caballería y el mundo caballeresco**. Trad. José Luis Gil Arístu. Madrid: Siglo, 2006. p. XI-LVIII.

Castela medieval não só uma única manifestação cavaleiresca, e como poderia se, segundo ele mesmo, nem os próprios homens daquele tempo saberiam responder o que era a cavalaria, pois:

Teoricamente, o estado dos defensores era constituído pela liderança da sociedade, e, portanto, poderia ser estabelecido um elo entre a cavalaria e a nobreza. No entanto, Don Juan Manuel, imbuído da cultura cavaleiresca tardo-medieval, teve de fazer uma precisão essencial a este princípio, e considerou que até poderia haver defensores a cavalo que não fossem remotamente nobres (RODRIGUEZ-VELASCO, 2006, p. XXXII, tradução nossa).³⁹

Seguindo esse raciocínio, aponta-se para a presença da cavalaria urbana castelhana, ou seja, homens não nobres que desempenhavam um papel suficientemente relevante para serem mencionados por Don Juan Manuel em seus escritos, tais como os *hombres de caballo*. Não se pode ignorar a importância que esses cavaleiros adquiriram na sociedade castelhana, dada a sua presença e funcionalidade. No entanto, para Don Juan, não era uma opção misturá-los com a cavalaria nobre:

Juan Manuel tinha, no entanto, um ponto cego: não se interessava nem apreciava os caballeros villanos. Provavelmente porque tinha a mania da genealogia e da nobreza, nomeadamente a sua. Não havia quem acreditasse mais na mística da caballeria, uma honra exclusiva dos hidalgos, uma ordem nobre, na qual a entrada só era possível através de uma iniciação cerimonial e simbólica — a condecoração. Segundo ele e outros nobres, só os membros desta ordem eram os verdadeiros defensores da terra. Os caballeros villanos foram tacitamente ignorados (LOURIE, 1966, p. 72).

Quando Rodriguez-Velasco coloca Don Juan Manuel como parte de um discurso anticavaleiresco, parece-nos que, longe de ser contra o grupo, revia antes as funções, virtudes, sistemas imaginários e quem poderia ascender à ordem (RODRIGUEZ-VELASCO, 2006, p. LII). Don Juan Manuel não vincula a cavalaria com a defesa da terra, pois, entre os que lutavam para a defesa das fronteiras, havia os guerreiros montados, mas nem todos eram cavaleiros, ou seja, nobres.

De acordo com Olga Pishnichenko:

³⁹ No original: “Teóricamente, el estado de los defensores estaba constituido por la cúpula de la sociedad, y, por tanto, podia establecerse un vínculo entre la caballería y la nobleza. Sin embargo, don Juan Manuel, imbuído por la cultura caballerescas bajomedieval, tenia que hacer una precisión esencial a este principio, y consideraba que incluso podía haber defensores a caballo que no fueran ni lejanamente nobles” (RODRIGUEZ-VELASCO, 2006, p. XXXII).

Considerada como uma ordem ou como condição social, a cavalaria de Dom Juan Manuel não é ofício de um guerreiro combatente a cavalo. Sem dúvida, o cavaleiro não deixa de ser um combatente a cavalo, mas também é mais do que isto. O que primeiramente define o seu estado são: sangue, costumbres, buenas maneras. As oligarquias urbanas que se definem como cavaleiros, inclusive, não recebem esta designação de Juan Manuel. Eles pertencem ao estado de defensores, mas não pertencem à cavalaria (PISNITCHENKO, 2016, p. 233).

Podemos ter alguma ideia de como esses arranjos funcionaram na prática com os escritos de Don Juan Manuel. No *Libro de los Estados*, ele qualifica quem são nobres e aqueles que não o são. A primeira ideia que a obra traz é de que os *infanzones*, os filhos dos nobres, eram cavaleiros, mas havia muito mais cavaleiros que não eram *infanzones*. Como escreve o nobre castelhano no seguinte fragmento “como quer que os infanções sejam cavaleiros, são em muito maior número os outros cavaleiros que não são infanções” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 388, tradução nossa).⁴⁰ Ao explicar os três estados “do mundo”, ele descreve o dos defensores, enquanto “o estado dos fidalgos, que são os defensores nobres, [e] depois deles há outros defensores que não são fidalgos” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 395, tradução nossa).⁴¹ Ele continua dizendo que existem homens que vêm das vilas que não são fidalgos, mas que vão à guerra e contribuem muito para ela.

“Tudo o que eu entendo do estado dos defensores, tanto dos nobres quanto dos outros” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 396, tradução nossa).⁴² Nessa passagem, não subsistem incertezas quanto à divisão dentro do estado dos defensores para Don Juan Manuel, que expressa, de forma inequívoca, sua perspectiva em relação a esse estado, que engloba tanto os membros da nobreza como os “outros”. Esses últimos, isto é, aqueles que não pertencem à aristocracia e, ainda que integrem o estado dos defensores, não são os “nobres defensores”, ou seja, os cavaleiros do qual fala Don Juan Manuel.

A respeito da afinidade entre o homem e a obra, os escritos de Don Juan Manuel delimitam o mundo externo de Castela do século XIV visto através dos olhos da consciência desse indivíduo não apenas quanto às suas experiências,

⁴⁰ No original: “Commo quier que los infançones son caualleros, son muchos mas los otros caualleros que non son infançones” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 388).

⁴¹ No original: “[...] los estados de los fijos dalgo, que son los nobles defensores, [et] en pos estos ay otros defensores que non son fijos dalgo” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 395).

⁴² No original: “[...] todo lo que yo entiendo en los estados [de los] defensores, tan bien de los nobres commo de los otros” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 396).

mas também no tocante às conexões entre ideias e desejos que ele desejou assimilar. Conforme demonstrado, ele viveu transitando entre pessoas e situações que melhor serviriam aos seus objetivos, sendo caracterizado por Soler como um desses indivíduos contraditórios em si mesmo (SOLER, 1932, p. 119).

A vida dos grandes escritores costuma ser uma contradição das suas ideias; em muitos deles existem duas personalidades: a que actuou em sociedade e a que escreveu, porque o seu modo de pensar difere tanto de sua maneira de agir, que são realmente duas tendências e duas inteligências distintas, uma que se move e vive e outra que pensa e consigna seus pensamentos (SOLER, 1932, p. 119, tradução nossa).⁴³

Para reiterar o paradoxo juanmanuelino mencionado por Soler em 1932 e aprofundado por Mario Cossío Olavide e Carlos Heusch em estudo recente, esses últimos buscam sustentar sua argumentação por meio da análise documental. No *Libro del cauallero et del escudero*, quando o jovem aprendiz de escudeiro pergunta ao ancião que coisa é o homem e ele responde “fijo, el omne es una cosa e semeja a dos”, para Heusch, essa é uma clara demonstração do homem de nossa análise, de Juan Manuel escancarando sua própria duplicidade, que lhe fez companhia durante a vida diligentemente.

Juan Manuel foi sempre um ser dividido, rasgado entre extremos opostos. No âmbito intelectual foi um guerreiro que se comportava como um clérigo, escrevia como um clérigo e dispunha da cultura escrita de um clérigo. Essa é a cultura, a “letradura” que quer transmitir em uma obra como o *Libro del cavallero e del escudero*. E, ao mesmo tempo, parece se dar conta de que isto é impossível pois ninguém é como ele (HEUSCH, 2022, p. XXI, tradução nossa).⁴⁴

Dentro do extenso material literário de Don Juan Manuel, os mais relevantes são dedicados à propagação de preceitos normativos de cunho ético voltados, principalmente, à sociedade aristocrática e ao aprimoramento moral do comportamento desta. O *Libro del cauallero et del escudero* (1326-1328), o *Libro de los Estados* (1327-1332) e o *Libro Enferido* (1336-1337) estão entre as obras

⁴³ No original: “La vida de los grandes escritores suele ser una contradicción de sus ideas; en muchos de ellos existen dos personalidades: la que actuó en sociedad y la que escribió, porque su modo de pensar difiere tanto de su manera de obrar, que realmente son dos tendencias y dos inteligencias distintas, una que se mueve y vive y otra que piensa y consigna sus pensamientos” (SOLER, 1932, p. 119).

⁴⁴ No original: “Juan Manuel fue siempre un ser escindido, desgarrado entre extremos opuestos. En el ámbito intelectual fue un guerrero que se comportaba como un clérigo, escribía como un clérigo y disponía de la cultura escrita de un clérigo. Esa es la cultura, la «letradura» que quiere transmitir en una obra como el *Libro del cavallero e del escudero*. Y, al mismo tiempo, parece darse cuenta de que ello es imposible pues nadie es como él” (HEUSCH, 2022, p. XXI).

que dissertam sobre as maneiras de proceder da nobreza. No entanto, nosso foco recai sobre os jovens, filhos dos grandes senhores, ponto central da nossa investigação.

1.4.1. Experiência e juventude se encontram: uma conversa entre um cavaleiro ancião e um escudeiro

Assim aconteceu uma vez que este rei mandou realizar cortes, e logo que se soube por todas as terras, vieram de muitas partes muitos homens ricos e pobres, e entre toda as outras pessoas vinha um escudeiro mancebo, e ainda que ele não fosse muito rico, era de bem⁴⁵ (LIBRO DEL CAVALLERO ET DEL ESCUDERO, 1955, p. 12, tradução nossa).⁴⁶

O trecho apresentado é o início da fábula do *Libro del cauallero et del escudero*, interrompido por inconvenientes fatídicos. O início do primeiro parágrafo do terceiro capítulo sofre uma interrupção que se prolonga até quase o final do Capítulo 16. Essa lacuna se deve ao desprendimento de dois bifólios do primeiro caderno (COSSÍO OLAVIDE, 2022, p. IXXVI).

O *Libro del cauallero et del escudero* é um documento expressivo, tanto no seu número de capítulos quanto nos conhecimentos abordados. Possui 51 capítulos, dos quais 12 se perderam. O prólogo se concebe como uma dedicatória para Don Juan, arcebispo de Toledo e amigo de Don Juan Manuel, no qual Juan Manuel afirma compor essa obra de uma maneira que em Castela chamam de *fabliella*. A escolha da fábula é, para Mario Cossío Olavide (2022), uma forma de angariar leitores; existe, esse historiador comenta, a possibilidade de Don Juan Manuel ter querido conquistar pela caneta o que não fez pela pluma ou espada. É um fato que ele buscava compartilhar, muito além de saberes, sua própria experiência — o homem se tinha em muita estima —; portanto, concordamos com essa possibilidade de Don Juan Manuel ter se tornado um

⁴⁵ No original: “Asy acaesçió una vez que este rey mandó fazer unas cortes, et luego que fue sabido por todas las tierras, vinieron y de muchas partes muchos omnes ricos et pobres; et entre todas las otras gentes venia y un scudero mançebo, et commo quier que él non fuesse omne muy rico, era de buen” (LIBRO DEL CAVALLERO ET DEL ESCUDERO, 1955, p. 12).

⁴⁶ Todas as citações do *Libro del cavallero et del escudero*, que será abreviado como “Escudero” nas citações seguintes, correspondem à edição de José M. Castro y Calvo e Martin de Riquer, com indicação de página. In: **Obras de Don Juan Manuel**: Tomo I. Ed. José M. Castro y Calvo e Martin de Riquer. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1955.

escritor para substituir o espaço em branco que ficou enquanto sua imagem se apagava da cena ibérica, “[...] a partir do momento em que ele não pôde mais ser aquele cortesão central, aquele ayo e conselheiro real brilhante e inescapável que aspirava ser” (HEUSCH, 2022, p. XIII, tradução nossa).⁴⁷

Seguindo a hipótese de Carlos Heusch, a carreira como escritor viria a abrilhantar o final da sua vida e, para isso, precisaria de um público. Daí a ideia de dar a esse público o que desejava: narrações, ficções e, mais especificamente, os livros de aventuras cavaleirescas.

A fábula inicial que acompanha o jovem escudeiro rumo à corte de um rei para ser armado cavaleiro quando se depara com um cavaleiro ancião é claramente um eco de Ramon Llull e sua obra o Livro da Ordem da Cavalaria, de mesma trama inicial. No prólogo do livro Iluliano, também acompanhamos a história do encontro entre um cavaleiro já velho que “abandonou o mundo e as armas” e um escudeiro que está indo para a corte de um rei ser armado cavaleiro. Nesse encontro, o escudeiro pede que o eremita lhe diga que coisa é a ordem da cavalaria; então, para resolver esse “problema”, já que o cavaleiro mais velho entende que “nenhum cavaleiro pode manter a ordem que não sabe, nem pode amar sua ordem, nem o que pertence à sua ordem, se não sabe a ordem de cavalaria, nem sabe conhecer as faltas que são contra sua ordem” (LLULL, N. 8)⁴⁸, o mais velho entrega ao mais novo um livro. Dessa forma se estrutura a narrativa do autor maiorquino.

Porém, “se para Llull isso produz uma visão da cavalaria como uma corrida paralela à vida monástica, para o nobre é símbolo do isolamento dos defensores letrados como ele” (COSSÍO OLAVIDE, 2022, p. XLVI).⁴⁹ A fábula cavaleiresca, quando concebida como uma atividade moral, atribui à cavalaria uma abordagem passível de ser compreendida em termos de virtude, estabelecendo, assim, uma ética que se manifesta por meio de repercussões e implicações políticas (RODRIGUEZ-VELASCO, 2006, p. XLI).

⁴⁷ No original: “[...] a partir del momento en que ya no puede ser ese cortesano central, ese ayo y consejero regio brillante e ineludible al que aspiraba ser” (HEUSCH, 2022, p. XIII).

⁴⁸ Não apresenta a indicação do título, pois o seguinte trecho se encontra no prólogo do texto de Ramon Llull.

⁴⁹ No original: “[...] si para Llull esto produce una visión de la caballería como una carrera paralela a la vida monástica, para el noble es símbolo dei aislamiento de los defensores letrados como él” (COSSÍO OLAVIDE, 2022, p. XLVI).

De acordo com Cossio Olavide, a obra de Ramon Llull, bem estabelecida e com fama no contexto ibérico, veio a ser conhecida de Don Juan Manuel por meio de duas vias distintas. Primeiramente, através de sua primeira esposa, Isabel de Maiorca, cujo pai estabeleceu uma relação próxima com o mencionado religioso. Além disso, Don Juan Manuel também teve acesso às obras de Llull devido às suas conexões com Jaime II de Aragão e diversos membros de sua corte, onde o renomado escritor era amplamente reconhecido e apreciado (COSSÍO OLAVIDE, 2022, p. XLVI).

Considerando a prevalência dos pecados e vícios no contexto dos bellatores, Ramon Llull concebeu o Livro da Ordem da Cavalaria, fundamentado em premissas lógico-rationais de índole cristã, com a finalidade de instigar disciplina e efetuar a metamorfose dos cavaleiros em agentes militantes de Cristo, tornando essa obra em “uma espécie de manual pedagógico em que estão explícitos os valores morais, espirituais e éticos de como um cavaleiro deve se comportar diante da sociedade, de um combate e da Igreja” (ZIERER; MESSIAS, 2013, p. 131).

O *Libro del cauallero et del escudero* foi influenciado não só pela obra *lluliana*, como pelo conteúdo do Título XXI da *Segunda Partida* de Alfonso X, o Sábio. Don Juan Manuel recebeu influência de seu tio em aspectos gerais devido à proximidade com a herança cultural alfonsina, decorrente de sua estreita relação com a Casa Real castelhana, o que lhe proporcionou um conhecimento mais aprofundado do repertório das obras de Alfonso X (SILVEIRA, 2005, p. 142). A narrativa construída em torno desse rei, reconhecido como um sábio conhecedor da ciência divina e humana, e por sua habilidade em aplicá-la visando ao bem-estar comum de seus súditos, teve, por sua vez, uma grande influência sobre Don Juan Manuel (PEDRAZ, 2020 *apud* SOUZA, 2022, p. 95). A designação “o Sábio” atribuída a Alfonso X se deve ao ambiente cultural e erudito que criou, rodeando-se de eclesiásticos e pessoas com generosa formação intelectual. Não é à toa que seu reinado produziu grandes obras de repercussão e legado expressivo.

É importante ressaltar como o rei Sábio constituiu para D. Juan Manuel uma referência exemplar, representando um modelo de governante intelectual, preocupado com a cultura como meio de engrandecimento do reino e da própria honra nobiliárquica (SOUZA, 2022, p. 96).

Alfonso X, o Sábio, foi aclamado rei de Castela e Leão em 1252, após a morte de seu pai, Fernando III (1199-1252). A titulação de Alfonso X ao ascender ao trono de Castela, sob o título de “rey de Castiella, de Toledo, de Leon, de Gallizia, de Sseuilla, de Córdoba, de Murcia, de Jahen, de Baeça e del Algarue”, demonstra “uma clara identificação do monarca com os territórios sobre os quais exercia seu domínio, seja ele estabelecido de forma direta, por meio de herança ou conquistas, ou indireta, na forma de vassalagem” (REIS, 2007, p. 134). Segundo Joseph O'Callaghan (1993, p. 11), essa mesma lista de domínios enfatizava o fato histórico da expansão por conquista, bem como as disparidades existentes entre seus domínios.

Dando sequência ao processo de centralização jurídica do reino, iniciado por Fernando III, seu pai, exemplificado no *Fuero Juzgo*. Afonso X, o Sábio, passou aos seus próprios projetos de unificação do direito. A elaboração dos grandes códigos da legislação castelhana visou:

[...] assegurar maior coesão e uniformidade jurídica, baseada no poder do rei, como o “Foro Real” (1254-1255), o “Espéculo” (1255) e as “Sete Partidas” (1256). Estas obras que compõem o grande corpus do direito castelhanos medieval da época afonsina, especialmente as “Sete Partidas”, ultrapassam, em grande medida, seu conteúdo meramente jurídico, pois atuam como um verdadeiro “tratado político e moral”, na medida em que representam uma importante integração enciclopédica de inúmeros saberes, reunindo definições, comentários filosóficos e doutrinários, prescrições de conduta e normas gerais de ordenamento de toda a vida política, social e cultural (SILVEIRA, 2005, p. 139).

Quando olhamos para as *Siete Partidas* e o Título XXI, junto aos escritos manuelinos, buscamos justamente encontrar as definições de normas, condutas e comportamentos cavaleirescos. Dado o contexto de unificação legislativa, Alfonso X cria algo, pressionando os limites do usual, já que, “como em tantas outras ocasiões do seu reinado, os grandes e bem travados projectos alfonsinos chocavam com os condicionantes que impunham as circunstâncias políticas e os limites da capacidade da monarquia medieval” (SÁNCHEZ SAUS, 2015, p. 191, tradução nossa).⁵⁰ Mesmo que tenhamos de reconhecer que a composição da legislação não pressupõe necessariamente a sua aplicação, como foi com as Partidas, que tiveram uma promulgação tardia, tal situação não retira o crédito do

⁵⁰ No original: “Como en tantas otras ocasiones de su reinado, los grandes y bien trabados proyectos alfonsíes chocaban con los condicionantes que imponían las circunstancias políticas y los límites de la capacidad de la monarquía medieval” (SÁNCHEZ SAUS, 2015, p. 191).

conteúdo contido nelas. As Partidas são, sem dúvida, a obra jurídica mais importante elaborada na Espanha, e na Europa, durante toda a Idade Média. Foram conservados 81 manuscritos e 3 edições (MARÍN PÉREZ, 2014, p. 24).

Jesus Rodriguez-Velasco diferencia a natureza da cavalaria alfonsina da natureza da cavalaria de Llull e Don Juan Manuel. A primeira está ligada a uma verdade jurídica, na qual se criam cavaleiros dentro de uma perspectiva de servir ao reino; a segunda, pelo contrário, tem sua base firmada na verdade teológica. Os laços explorados entre as relações são diferentes: enquanto Alfonso X deseja explorar uma ligação de submissão, na medida em que politiza a cavalaria, igualando nobres de alta e baixa linhagem, Ramon Llull e Don Juan Manuel, por outro lado, empreendem a mobilização da cavalaria com o propósito de investigar os vínculos ideológicos que permeiam a aristocracia, estabelecendo, assim, uma relação de poder que transcende o domínio jurídico convencional. Essa relação não se configura como uma mera construção social, mas sim como um ofício sagrado inserido numa hierarquia teológica.

Don Juan Manuel representa uma estratégia que visa à emancipação do cavaleiro, ou nobre, de uma forma de sujeição imposta por Alfonso X. Sobre essas disparidades, Kim Bergqvist coloca que Juan Manuel propõe uma cavalaria autorreguladora, apresentando uma outra visão do papel da cavalaria na sociedade ao desconsiderar a questão da lealdade ao rei (BERGQVIST, 2014, p. 164). Esse historiador afirma que:

A diferença mais importante entre o rei Afonso X e Don Juan Manuel, em termos de ordem social, é que o primeiro procurou criar uma ordem unitária de cavaleiros, subordinada ao rei, enquanto o segundo procurou impor uma divisão estrita entre estados e uma organização da sociedade em uma hierarquia (BERGQVIST, 2014, p. 165).⁵¹

1.4.2. Um manual para jovens nobres

O *Libro Enfenido* e o *Libro de los Estados* têm conteúdos voltados à educação dos filhos da nobreza. No caso da primeira obra, é para o seu próprio

⁵¹ No original: “The most important difference between King Alfonso X and Don Juan Manuel, in terms of social ordering, is that the former sought to create a unitary order of knights, subordinated to the king, whereas the latter sought to impose a strict division between estates and an organization of society into a hierarchy” (BERGQVIST, 2014, p. 165).

filho, Don Fernando, que Don Juan Manuel escreve; enquanto, no *Libro de los Estados*, um príncipe, personagem figurativo na história, ocupa esse lugar.

“E fiz para don Fernando, meu filho, que me pediu que fizesse um livro”⁵² (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 147, tradução nossa).⁵³ Um livro escrito para seu filho. Todos os 26 capítulos, com exceção do prólogo, iniciam da mesma forma “Fijo don Fernando:”. Cada capítulo transmite conselhos ou saberes diferentes, abordando, por exemplo, temas como o que cabe aos filhos dos grandes senhores, como se deve agir diante de indivíduos de diferentes origens e funções sociais (reis, vassallos, conselheiros); das qualidades morais e materiais que deve saber administrar, sobre as perguntas e as respostas que devem ser ditas. Exatamente como um pequeno manual para seu filho, um jovem pertencente à nobreza, Don Juan Manuel redigiu um verdadeiro guia prático de conduta.

A decisão de escrever ao seu filho, em vez de se dirigir a um jovem príncipe, pode ser explicada com a evidência de que contar anedotas pessoais com finalidade didática a um filho é uma prática frequente nos pais de todos os tempos. Mas neste caso torna-se necessário destacar duas questões. Em primeiro lugar, não se trata de relatos orais, mas de escritos. Como compreender, então, a escrita de conselhos e anedotas pessoais para um filho que poderia conhecê-los pela circulação familiar? E em segundo lugar, [...] que lugar pretendia dar ao seu filho e que lugar pretendia dar a si mesmo ao fazer esta escolha? (JANIN, 2006, p. 190-191).⁵⁴

Erica Noemí Janin acredita que, apesar do propósito explícito da obra como um tratado educativo, de função didática, o texto é implicitamente uma produção autobiográfica. A autora afirma que não se deve confundir a forma do texto com o conteúdo, pois, embora no molde pedagógico, grande parte do documento tem caráter autobiográfico, no qual o objetivo fundamental é a construção de um personagem exemplar protagonista de uma autobiografia

⁵² No original: “Et fiz lo para don Fernando, mio fijo, que me rogo quel fiziese vn libro” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 147).

⁵³ Todas as citações do *Libro Enfenido* correspondem à edição de José Manuel Blecua, com indicação de página. In: **Don Juan Manuel**: obras completas. Ed. José Manuel Blecua, Madrid: Editorial Gredos, 1982.

⁵⁴ No original: “La decisión de escribirle a su hijo, en lugar de dirigirse a un joven príncipe, puede explicarse con la evidencia de que contar anécdotas personales con finalidad didáctica a un hijo es una práctica frecuente en los padres de todos los tiempos. Pero en este caso se hace necesario destacar dos cuestiones. En primer término, no se trata de relatos orales, sino escritos. ¿Cómo entender, entonces, la escritura de consejos y de anécdotas personales para un hijo que podía conocerlos por circulación familiar? Y en segundo lugar, [...] ¿qué lugar pretendía dar a su hijo y qué lugar pretendía darse a sí mismo al hacer esta elección?” (JANIN, 2006, p. 190-191).

exemplar (JANIN, 2006, p. 191-193). Fernando Gómez Redondo pensa se tratar da mais absoluta originalidade partindo das pautas genéricas anteriores de Don Juan Manuel, pois, ao contrário dos personagens que criou antes, conselheiros sábios e entendidos, no *Libro enfenido*, Don Juan Manuel se transporta para o plano da textualidade como o “eu” protagonista, uma voz ativa e determinada, que compartilha sua sabedoria (GOMEZ REDONDO, 1992, p. 102).

O *Libro Enfenido* apresenta-se como uma síntese do *Libro de los Estados*, ao qual se refere frequentemente para a explicação de temas que, no primeiro, só são esboçados. O *Libro de los Estados* é uma das obras de maior relevância teórica e significação doutrinal dentro de toda a produção literária manuelina.

O livro apresenta-se igualmente como uma obra de educação principesca e nobiliárquica, ao mesmo tempo em que constitui um notável tratado político-teológico e moral de doutrinação geral da sociedade cristã, escrita por um leigo. No “Livro dos Estados” o autor desenvolve suas principais concepções teóricas sobre os pressupostos básicos de funcionamento da ordem social e política salientando suas ideias relativas ao governo dos príncipes e à organização das instâncias de poder (SILVEIRA, 2005, p. 159).

José Ramon Araluce Cuenca (1976) coloca que o *Livro dos Estados* está distante da intenção de unificação alfonsina, idealizada nas Partidas, pois a obra manuelina desenha uma sociedade ideal em que os membros mantêm sua classe para conseguir a salvação da alma. O mesmo autor corrobora para pensar no *Libro de los Estados* enquanto uma “brecha sociológica”, pois a obra trouxe reflexões sobre a sociedade em que vivia Don Juan Manuel, mostrando a razão de ser de cada estamento, tratando assim das condições grupais na sociedade castelhana. Dada a situação de Don Juan Manuel no reino de Castela, segundo Araluce Cuenca, a obra é uma justificação e uma afirmação da circunstância em que ele se encontrava, pois, quando escreveu a obra, estava em conflito com Alfonso XI, ou seja, enfrentava tribulações na sua vida política; colocando-se em perigo, precisaria mostrar firmeza dentro da família real e do estamento dos grandes dos reinos. Por isso dedicou especial atenção aos imperadores e aos reis (ARALUCE CUENCA, 1976, p. 61-62).

Dada a extensão da obra, e seu caráter diverso, podendo ser creditada dentro de muitas interpretações textuais e sociológicas, optamos por evidenciá-la enquanto material instrucional, permeado pelas discussões de formação e criação

de sujeitos do estamento nobiliárquico. O manuscrito foi composto “na forma de perguntas e de respostas que faziam entre si um rei, um infante, seu filho, um cavaleiro que criou o infante e um filósofo” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 208, tradução nossa).⁵⁵ Os personagens, o rei, Moraban, o infante, Johas, o cavaleiro, Turin, e o filósofo, Julio, são envolvidos por uma estrutura de perguntas e respostas diferentes das do *Libro del cauallero et del escudero*; aqui temos uma estrutura de diálogo entre os personagens de modo bastante evidente. Dentro dos temas abordados no livro, a educação do príncipe e a descrição da sociedade ideal são tratados a partir de uma situação imaginária, construída com base na lenda de Buda, na qual o príncipe Johas deseja conhecer o mundo e a morte, sendo posteriormente convertido à fé cristã pelo seu tutor, o sacerdote Júlio (GONZALEZ; MIRANDA, 2015, p. 137).

Sobre a relação entre o escrito manuelino e a formação dos jovens aristocratas:

O castelhano don Juan Manuel, como corresponde à sua condição de membro da família régia, é o autor peninsular que melhor descreve as formas de vida aristocrática. O fragmento do Livro de los Estados sobre a educação dos filhos dos imperadores é o texto mais amplo e detalhado sobre estes temas. Coincide com o Blanquerna na ideia de que as crianças devem ser tratadas com severidade, como preparação para suportar os rigores da vida, o que em don Juan Manuel significa fundamentalmente a grosseria das atividades guerreiras (BECEIRO PITA, 1991, p. 583, tradução nossa).⁵⁶

Pode-se considerar o conjunto desse texto uma mistura de ideais e descrição da realidade sobre a educação aristocrática. Devido à centralidade que tal tema ocupa no documento, pode ser elencado como um dos objetivos principais dele. Isso se evidencia na forma como o texto expõe os processos de socialização dos códigos da vida cristã cavaleiresca e legitima a maneira pela qual o infante cavaleiro podia aprimorar seus modos e atitudes (PEDRAZ, 1996, p. 16)

⁵⁵ No original: “en manera de preguntas et de respuestas que fazian entre si vn rey vn infante, su fijo, et vn caballero que crio al infante et vn filosofo” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 208).

⁵⁶ No original: “El castellano don Juan Manuel, como corresponde a su condición de miembro de la familia regia, es el autor peninsular que mejor describe las formas de vida aristocrática. El fragmento del Libro de los Estados sobre la educación de los hijos de los emperadores es el texto más amplio y pormenorizado sobre estos temas. Coincide con el Blanquerna en la idea de que a los niños hay que tratarlos con severidad, como preparación para soportar los rigores de la vida, lo que en don Juan Manuel significa fundamentalmente la rudeza de las actividades guerreras” (BECEIRO PITA, 1991, p. 583).

CAPÍTULO II

O ESCUDEIRO: UM JOVEM APRENDIZ DE CAVALEIRO

Nosso ponto de partida foi a cavalaria castelhana-leonesa de forma ampla. No entanto, ao longo do primeiro capítulo, nos direcionamos para a análise de Don Juan Manuel, que representa tanto o desfecho desse trajeto quanto o ponto de origem dele. Pois, é a partir dele e suas obras que faremos a leitura do jovem aprendiz de cavaleiro, um *fijo dalgo* prestes a entrar em um universo repleto de códigos e valores próprios.

O título deste capítulo sintetiza os três principais temas que investigaremos nele. A definição do escudeiro como um jovem, aprendiz e futuro cavaleiro encapsula os elementos que buscamos esclarecer. As vias escolhidas para discussão e análise também imputaram a exclusão de determinadas questões. Sobre tais limitações, não poderíamos abordar a variedade de formas nas quais os jovens medievais se manifestaram nos diferentes espaços temporais e geográficos em uma única tentativa de aproximação dessa categoria. Além disso, não seria possível avançar sem antes fazer os recortes necessários relacionados ao gênero e à classe social. Pensar em uma categoria etária é pensar em outros marcadores que a atravessam.

Colin Heywood entende que:

[...] a infância é uma variável de análise social, a ser considerada em conjunto com outras, como a famosa tríade de classe, gênero e etnia. Ou seja, uma categoria etária como a infância dificilmente pode ser explorada sem referência a outras formas de diferenciação social que a atravessam (HEYWOOD, 2018, p. 14).⁵⁷

Nesse sentido, María del Carmen García Herrero trabalha com a ideia de “mocidades diversas”⁵⁸, justamente pela discrepância que a origem e o sexo

⁵⁷ No original: “[...] childhood is a variable of social analysis, to be considered in conjunction with others such as the famous triad of class, gender and ethnicity. That is to say, an age category such as childhood can hardly be explored without reference to other forms of social differentiation which cut across it” (HEYWOOD, 2018, p. 14).

⁵⁸ Essa ideia dá nome ao artigo (GARCÍA-HERRERO, 2011).

pautavam a vida da juventude medieval. A autora justifica que, em um mesmo lugar e tempo, coexistiram muitas juventudes de modo plural, pois não teria como ser única. Ela argumenta:

Assim, por exemplo, no Reino de Aragão, na Baixa Idade Média, não foi igual, nem mesmo parecida, a vida de uma donzela pertencente a uma família do patricio urbano de Saragoça, que a existência de um rapaz de família humilde do mundo rural turolense. Mesmo dentro do mesmo grupo social e em idênticos tempos e quadro espacial, o fato de ter nascido homem ou mulher implicava diferentes perspectivas, esperanças, desejos e obrigações que prefigurava, de entrada, itinerários vitais diferentes com objetivos e funções diversas (GARCIA-HERRERO, 2011, p. 11-12).⁵⁹

Na busca por compreender o escudeiro e seu universo, embora tenhamos recorrido a uma primeira discussão de caráter mais abrangente para embasar nossa pesquisa, nosso objetivo principal é analisar uma categoria específica de jovem: um indivíduo do sexo masculino pertencente à aristocracia castelhano-leonesa. Por isso, trata-se de compreender qual era a vida que a nobreza imaginou para os seus jovens, os meninos e os homens. Estamos aqui entre uma história social, das experiências e formação desses jovens aprendizes, e uma história cultural, na tentativa de uma aproximação mais fidedigna de como os adultos pensavam e se sentiam em relação aos escudeiros, quais expectativas e valores eram atribuídos a eles, e de como os ensinavam.

Ainda crianças, os meninos de família aristocrática eram enviados à casa de um outro senhor ou uma instituição religiosa para serem educados. Sob a supervisão e orientação dessas figuras, eles davam seus “primeiros passos” em direção a uma trajetória vocacional, fosse eclesiástica ou cavaleiresca. Esse processo representava uma interconexão que trazia benefícios mútuos, mas sobretudo para aqueles menos abastados financeiramente. O ato de servir e aprender sob a tutela de um senhor mais próspero e com melhores conexões sociais poderia atrair atenções favoráveis, constituindo-se como um recurso valioso para o futuro desses jovens. Nesse sentido, este capítulo se dedica a

⁵⁹ No original: “Así, por ejemplo, en el Reino de Aragón, en la Baja Edad Media, no fue igual, ni siquiera parecida, la vida de una doncella perteneciente a una familia del patriciado urbano zaragozano, que la existencia de un muchacho de familia humilde del mundo rural turolense. Aún más, dentro del mismo grupo social y en idénticos tiempo y marco espacial, el hecho de haber nacido hombre o mujer conllevaba diferentes perspectivas, esperanzas, deseos y obligaciones que prefiguraban, de entrada, itinerarios vitales distintos con objetivos y funciones diversas” (GARCIA-HERRERO, 2011, p. 11-12).

investigar essas práticas que se somavam a um contexto singular na vida de um escudeiro: o afastamento do convívio familiar, a imersão na residência de outro senhor, os ensinamentos adquiridos e a relação estabelecida com o mestre; todos esses aspectos sempre entrelaçados a uma expectativa vinculada à cavalaria.

2.1. *Mocedad e mancebia*: uma categoria etária

Quando consideramos uma categoria etária, estamos, na verdade, refletindo sobre uma fase da vida, mais do que uma simples medida de idade biológica. As vivências e perspectivas associadas a determinados anos é intrinsecamente parte de uma trilha social e política desenhada e delimitada socialmente. Hoje, a idade representa um dos nossos principais marcadores sociais, a ponto de, ao nos apresentarmos a um estranho, as primeiras informações ditas são nosso nome, idade e local de origem. Ao fazê-lo, estamos não apenas identificando quem somos, mas também afirmando nossa identidade por meio do nome, da idade e do lugar de nascimento ou residência.

Essa afirmação de si através de um número oferece ao outro uma noção do que fazemos ou, ao menos, do que é esperado. A idade, nos dias de hoje, tornou-se um instrumento para compreender o papel social do indivíduo. A pergunta que norteou este primeiro subtópico foi: como eram definidas as categorias etárias e qual era a sua expressão e alcance na vida social da nobreza castelhana-leonesa da Baixa Idade Média? O que ser jovem, dentro das balizas estabelecidas, poderia acarretar? Para dar início à discussão, procuramos enquadrar e qualificar as faixas etárias concebidas pelos sujeitos da Idade Média, retomando um panorama mais extenso da sociedade europeia ocidental do período. Dessa forma, podemos não só esquematizar as fases de vida segundo a disseminação medieval dessas informações, mas também delimitar o próprio entendimento sobre a adolescência e a juventude com base nos recortes etários definidos.

As distintas fases da vida, ou ainda, as idades dos homens, pensadas por poetas e filósofos desde a Antiguidade, também ocuparam um lugar central nas discussões medievais. Deparamo-nos com uma variedade razoavelmente ampla das divisões etárias, os esquemas de idade poderiam ser encontrados em divisões de 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 12 idades (ORME, 2018, p. 5). Michel Pastoureau

apresenta a separação entre as idades pensadas dentro da cultura profana e da cultura aristocrática, uma diferença a ser levada em consideração.

O primeiro estabelece correspondências com as quatro estações e os quatro elementos. A infância é a primavera; a juventude, o verão; a “idade média”, outono; e a velhice, o inverno. Quando se reduz a três, esse sistema funde a infância e a juventude numa só idade que simboliza a primavera da vida (PASTOUREAU, 1996, p. 246).

A segunda divisão que provém da aristocracia divide-se em:

[...] *infantia* (do nascimento aos sete anos), a *pueritia* (dos sete aos catorze), a *adulescentia* (de catorze a 21 ou 28 anos), a *juventus* (de 21 ou 28 a 35 anos), a *virilitas* (de 35 a 55 ou sessenta anos) e a *senectus* (acima de 55 ou 60 anos), com as fronteiras que separam essas diferentes classes de idade sendo ao mesmo tempo flexíveis e hesitantes. Muitas vezes acrescenta-se uma sétima idade, *senies* (acima de setenta anos), a fim de se obter um septenário que permita estabelecer correspondência com os planetas, os metais, as cores, os dias da semana, as idades do mundo ou os dons do Espírito Santo. (PASTOUREAU, 1996, p. 246).

Fica evidente como a divisão das idades refletia o tipo de conhecimento que regia a vida dos homens medievais. Para os servos, as fases da vida tinham relação com as estações do ano, uma concepção ligada à natureza e aos seus elementos, que era parte essencial da vida no campo, onde existiam práticas de safra e colheita que pautavam suas experiências coletivas e, justamente, voltava-se um olhar mais atento à natureza que os cercava. Para os nobres, havia ciências mais exatas e mais científicas; logo, pensavam as idades segundo os planetas, as idades do mundo ou, ainda, segundo o padrão religioso. Mas até que ponto essa esquematização refletia na nobreza castelhana?

À mercê de outros tempos em que a idade pouco importava, manteve-se esse costume na Idade Média de que a idade não era um conhecimento positivo (ARIÈS, 1986, p. 33). Habitualmente, não há registros da idade precisa dos sujeitos em grande parte dos documentos históricos baixos medievais; quando existe, atende a algum motivo específico (GARCÍA-HERRERO, 2011, p. 21). Portanto, estamos lidando com uma sociedade que não celebrava ou mesmo contava vividamente cada ano, eram raros os homens e as mulheres que sabiam sua idade exata, e isso também poderia ser verdade para a nobreza (PASTOUREAU, 1996, p. 245-246). Ainda assim, presenciamos, ao menos para o núcleo aristocrático, um esquema de idade que os ajudavam a posicioná-los social e racionalmente perante o mundo em que viviam.

Nas fontes examinadas, constam algumas passagens que trazem uma idade específica: “[...] se não enquanto forem moços, no máximo até os quatorze anos de idade” (ESCUDERO, 1955, p. 38, tradução nossa).⁶⁰ Don Juan Manuel, discutindo o que concerne aos filhos dos grandes senhores e de reis, aponta que “[...] passa dos sete anos até chegar aos vinte e cinco, o que representa o maior perigo que nunca pode ser [...]” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 157, tradução nossa).⁶¹ Na Lei XI da *Segunda Partida*, que explicita quem poderia investir os homens para dentro da cavalaria, cita, pela primeira e única vez no Título XXI, uma idade: “[...] disseram também, que homem esquecido, nem que fosse menor de quatorze anos, que não devia nenhum deles fazer isto [...]” (PARTIDA II, T. XXI, L. XI).⁶² Os 14 anos como marco da maioridade é uma concepção do direito canônico, que, para as mulheres, se dava aos 12 anos de idade.

Com as citações, nota-se uma tendência em idealizar o ser humano durante diferentes fases da vida, especialmente quando este ainda se encontra em desenvolvimento. O termo “idealização” aqui empregado refere-se à concepção de um modelo ou à projeção de características diante de um outro. Ao longo das referências citadas, os argumentos se direcionam para a ideia de que indivíduos são considerados “muito jovens” ou capazes de realizar certas ações ao atingirem determinada idade, enquanto anteriormente não estariam aptos para tal. Isso implica estabelecer critérios, notadamente baseados em faixas etárias, visando orientar o que é considerado apropriado ou não para cada fase específica da vida. Essa perspectiva é também influenciada pelo teor educativo presente nas obras de Don Juan Manuel, que almejam transmitir ensinamentos, dentro de balizas didático-pedagógicas.

A esse respeito:

[...] a discussão sobre as “idades do homem” durante a Idade Média deu às pessoas uma estrutura para identificar os limites da infância e da juventude, embora de várias maneiras. Também identificou o tipo de comportamento esperado do indivíduo quando ele atingiu idades sucessivas [...] (HEYWOOD, 2018, p. 36, tradução nossa).⁶³

⁶⁰ No original: “[...] si non en quanto son moços a lo más fasta en quatorze annos [...]” (ESCUDERO, 1955, p. 38).

⁶¹ No original: “[...] pasa de seze annos fasta que lega a los veynte et cinco, que es en el mayor peligro que nunca puede seer [...]” (LIBRO ENFENIDO, p. 157).

⁶² No original: “E aun dijeron, que hombre desmemoriado, ni que fuese de menor edad de catorce anos, que no debia ninguno de ellos esto hacer [...]” (PARTIDA II, T. XXI, L. XI).

⁶³ No original: “Yet discussion of the ‘ages of man’ during the Middle Ages gave people a framework for identifying the boundaries of childhood and youth, albeit in various ways. It also

Por isso, não nos concentramos tanto em idades fixas — ainda que existam esses esquemas e possamos encontrar relações entre eles —, mas em dois conceitos gerais: a *moçedad* e a *mancebia*, ambos tratados por Don Juan Manuel. A *moçedad* abrange a criança desde os seus 5 e 7 anos até os 14; já a *mancebia*, dos 14 até meados dos 20 anos. Se tentássemos uma aproximação com os enquadramentos atuais das faixas etárias, diríamos que a *moçedad* se aproxima do que caracterizamos por parte da infância e adolescência, e a *mancebia* pelo fim da adolescência e a juventude.

Entre essas terminologias, tinha-se uma concepção do que era adequado a cada fase. Don Juan Manuel deixa claro que “[...] algumas coisas pertencem a eles enquanto criança, outras em sua mocidade e outras em sua *mancebia* [...]” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 156-157, tradução nossa).⁶⁴ Assim, a idade exerce influência sobre o processo de aprendizagem e sobre a forma como um indivíduo é tratado e percebido pela sociedade. Essa ideia assemelha-se, em grande medida, ao que se observa na contemporaneidade, em que cada fase da vida é associada a determinadas atividades ou responsabilidades distintas. No entanto, na sociedade medieval, havia uma concepção diferente, com estruturas sociais e costumes que divergem dos padrões e conceitos atuais, resultando em métodos de aprendizado e tratamento social diversos dos que vigoram nos dias de hoje.

No capítulo X do *Libro Enfenido*, em que Don Juan Manuel escreve como seu filho Don Fernando deve se relacionar com os seus conselheiros, ele aponta outra questão etária:

[...] devem ser segundo a idade dos senhores; porque quando o senhor passa de quinze anos até os vinte e cinco, devem os conselheiros ser de um modo, e dos vinte e cinco anos em diante devem ser de outro modo. Porque os que são conselheiros até os vinte e cinco anos não devem ser qualquer um que o senhor queira empregar; já que se, em seu desejo e em seu poder estiver, sempre os tomará de modo contrário ao que ele cumpriria (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 168, tradução nossa).⁶⁵

identified the sort of behaviour expected of the individual when they reached successive ages [...]” (HEYWOOD, 2018, p. 36).

⁶⁴ No original: “[...] ca vnas cosas les pertenesçe[n] en su criança dellos, et otras en su moçedat et otras en su mancebia [...]” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 156-157).

⁶⁵ No original: “deuen ser segundo la hedad de los sennores; ca de que el sennor pasa de quinze annos fasta en XXV, deuen ser los consejeros de una guisa, et de los XXV annos adelante deuen ser de otra. Ca los que son consejeros fasta los XXV non deuen ser quales quier que el sennor quiera tomar; ca si en su voluntad et en su poder fuere, sienpre los tomara contrarios de lo que a el conplia;” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 168).

Essa pode ser a passagem mais significativa para pensarmos as idades. Os escritos manuelinos aqui dizem que a idade dos conselheiros deve ter como base a idade do senhor. Assim, se o senhor tem entre 15 e 25 anos, os conselheiros têm que ser mais velhos, portanto:

[...] os conselheiros dos senhores que são desta idade não devem, de forma alguma, ser escolhidos de acordo com a vontade do senhor daquela idade; mas devem ser amigos de seu pai (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 169, tradução nossa).⁶⁶

Com “amigos do pai”, Don Juan Manuel consolida que o mais novo, o jovem, deve sempre ser aconselhado por alguém mais velho, alguém que já tenha superado a juventude. E a justificativa também é feita por Don Juan Manuel: “[...] assim que passarem dos 25 anos, por queda o sangue e o miolo se vai, mas já vai sossegando” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 169, tradução nossa).⁶⁷ Ele está dizendo que, para os jovens que ainda não tinham passado dos 25 anos, os fluidos corporais ainda estavam agitados, afetando os humores da juventude. A teoria humoral hipocrático-galênica⁶⁸ foi uma reconhecida ciência médica no medievo, que diz respeito aos quatro fluidos corporais que precisam estar em equilíbrio para corpo e mente saudáveis.

Segundo Don Juan Manuel, a juventude é um lugar de desequilíbrios dos humores, portanto, de uma juventude inquieta, por vezes rebelde, dada sua composição humoral, em que o aconselhamento deveria ser feito por aqueles que já deixaram essa fase, que já tinham os humores comedidos.

Pensando nessa concepção de juventude rebelde, Elisabeth Crouzet-Pavan escreve:

A juventude é o tempo dos apetites e de seu excesso. Assim ela aparece como continuação direta da infância. Após a idade da fragilidade do corpo

⁶⁶ No original: “los consejeros de los senhores que son desta hedat en ninguna manera non deuen ser tomados a voluntad del senor de aquella hedat; mas deuen ser de los amigos que su padre prouo [...]” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 169).

⁶⁷ No original: “[...] desde que pasaren de los xxv annos, por queda sangre et el meollo se va mas ya aosega[n]do [...]” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 169).

⁶⁸ Hoje conhecida como teoria humoral ou hipocrática-galênica, foi desenvolvida por Hipócrates, precursor da medicina que nasceu na Grécia em 460 a.C., depois sintetizada por Galeno, médico romano do século II d. C. Nessa teoria, acreditava-se que a saúde e a harmonia do ser provêm do equilíbrio dos quatro humores, enquanto a doença se originaria da retenção, do desequilíbrio ou da ação deletéria de algum dos humores. Os escritos galênicos e de outros autores antigos existentes durante a alta Idade Média, foram incrementados nos séculos XI e XII, por uma importante quantidade de obras de Aristóteles, Galeno e autores árabes traduzidos principalmente em Toledo (GARCIA-BALLESTER, 1982, p. 100-105).

e das primeiras aprendizagens, vem a da fragilidade da alma e da razão. Por falta de freio e de governo, a juventude entrega-se ao mal. Para a própria sobrevivência da comunidade [...] é preciso orientá-la (CROUZET-PAVAN, 1996, p. 191).

Dessa forma, Don Juan Manuel percebe nos jovens um desequilíbrio humoral que pode resultar em consequências para a sua honra, necessitando, portanto, do aconselhamento de homens mais velhos. O nobre acredita que uma educação apropriada pode possibilitar que, mesmo que o jovem se desvie do caminho correto, aquele que foi bem-educado poderá retomar a conduta adequada. Ele reconhece as ameaças e os desvios desse momento, como podemos observar através das passagens: “[...] passa dos sete anos até chegar aos vinte e cinco, pelo maior perigo que nunca pode ser [...]”⁶⁹ (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 157, tradução nossa); “e desde que vocês estiverem nesta idade, guardai-vos quanto puder do pecado da carne e dos conselhos e dos ditames e das ações dos moços, e de ouvir as suas histórias inapropriadas, porque é disso que nascem muitos danos” (LIBRO ENFENIDO, p. 151, tradução nossa).⁷⁰ Ainda, Don Juan Manuel demonstra a preocupação com a juventude das vontades e dos excessos, dada a citação, “se na mocidade começa o homem a ter vontades, e depois que chega à *mancebia* [...]” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 214, tradução nossa).⁷¹

A importância do aconselhamento e de uma boa educação fica muito mais evidente conforme olhamos para os escritos de Don Juan. Ele, repetidas vezes, demonstra essa preocupação em conduzir o jovem — esse que chega à *mancebia* cheio de vontades — ao caminho da honra, afastá-lo dos pecados e ações que podem comprometê-lo de alguma forma. O aprendizado serve para cercar, remediar e posicionar o jovem. Os mais velhos precisam ensiná-los e controlá-los. Maria del Carmen Garcia Herrero indica que essa juventude é a expectativa que emerge da obra manuelina, uma *mancebia* de desordem, em que, portanto há:

⁶⁹ No original: “[...] pasa de seze annos fasta que lega a los veynte et cinco, que es en el mayor peligro que nunca puede seer [...]” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 157).

⁷⁰ No original: “Et desque fuéredes en esa hedat, guardat vos quanto pudieredes do pecado de.la carne, et de los consejos et de.los dichos et de.los fechos de.los moços, et de oyr las sus caçor[r]ias; ca desto naçe muchos dannos” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 151).

⁷¹ No original: “si en moçedat comiença omne en vondades, et despues que llega a mançebia [...]” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 214).

[...] a necessidade de preservar e proteger os rapazes, o que não é tarefa simples, pois se há um tempo em que o homem se encontra satisfeito de si, forte, seguro, à mercê dos apetites da sua vontade e pouco disposto a receber os conselhos e avisos dos seus mais velhos, esse tempo é a juventude (GARCIA HERRERO, 2000, p. 56-57, tradução nossa).⁷²

No início deste subtópico, quando questionamos, a princípio, as categorias etárias e a expressão na nobreza, o que encontramos foram algumas idades mais bem marcadas que outras, por exemplo, os 14 anos, que representam a maioridade; mas também os 7 anos, momento em que a criança deixa de ser um ser frágil e inocente. E a juventude, enquanto um estágio passageiro extremamente importante para a formação do adulto, tal como a *moçedat*. Mas a *mancebia* suscita no homem desvios e paixões, portanto precisa ser controlada, cercada a partir de valores éticos e sociais que se dão pela educação, através da família e do mestre ou tutor.

2.2. Entre o laço familiar e o compromisso vassalático

Quando Georges Duby se propôs a analisar o parentesco feudal, ele expressou que este representa uma relação mais geral, que abriga o homem feudal e, para o nobre, trata-se do meio e da expressão do seu poder (DUBY, 2009, p. 97). Usando como exemplo o mosteiro, o autor salienta que “a morada aristocrática assumia uma função de acolhida que se pode dizer estrutural” (DUBY, 2009, p. 76). E é estrutural porque vai repetir uma série de costumes e valores — sociais, éticos e políticos —, que partem de um mesmo lugar, a corte. Na sociedade medieval, o poder estava concentrado ali; como consequência, o que era feito dentro desse espaço espalhava-se para fora dele (INNES, 2003, p. 75). A aprendizagem dos filhos dos nobres também pode ser lida como um dos mecanismos disponíveis da reprodução de uma cultura cortesã para além das casas reais e da grande aristocracia. O próprio aprendizado carrega esse traço comum de fornecer a quem aprende uma base da sociedade em que se vive e de como se vive.

⁷² No original: “[...] la necesidad de preservar y proteger a los muchachos, lo que no resulta tarea sencilla, pues si hay un tiempo en el que el hombre se encuentra satisfecho de sí, fuerte, seguro, a merced de las apetencias de su voluntad y poco dispuesto a recibir los consejos y advertencias de sus mayores, ese tiempo es la juventud” (GARCÍA HERRERO, 2000, p. 56-57).

Portanto, pensamos esse costume, para além de outras possibilidades que ainda serão contempladas, como uma questão estrutural da sociedade medieval. Para o meio aristocrático, trata-se da própria reprodução do seu estatuto e das suas relações vassaláticas; logo, havia uma expectativa de alcançar um modo de ser, neste caso, um cavaleiro, e também da relação com o senhor e a casa para a qual o jovem era enviado, uma forma de estreitar os laços e de ter sua honra exaltada. Nicholas Orme argumenta que estar na corte, até para um simples espectador que não cumpria funções reais ou outras mais relevantes, era uma forma de aprendizado, pois o contato com o ambiente levaria à absorção de comportamentos, falas e modos cortesês (ORME, 2018, p. 53).

Os jovens eram então levados para que “aprendessem a ser cortesês e fossem ensinados e se afastassem da vilania, e de erros, e se tornassem bem acostumados, tanto em palavras quanto em ações [...]” (PARTIDA II, T. IX, L. XXVII, tradução nossa).⁷³ Nesse caminho, entendemos a aprendizagem dos moços e mancebos enquanto um modo de adequar esses meninos à sociedade, aos princípios morais, éticos e de conduta. Matthew Innes afirma que as fontes carolíngias, em um contraste marcante com as do período merovíngio, retrataram a corte como um lugar de instrução moral (INNES, 2003, p. 68). Ele continua:

Afinal, o esforço para educar esses jovens aristocratas não foi apenas central na definição do tom da política e da sociedade, foi também o ponto em que os ideais intelectuais foram aplicados e traduzidos em normas sociais. A vida na corte foi definida por um conjunto de costumes e modelos de conduta. A vida na corte era compartilhada por estudiosos e jovens aristocratas. Os ideais sobre autocontrole, a correção do pecado, a busca da sabedoria e a necessidade de demonstrar a ordem correta que foram repetidos uma e outra vez pelos moralistas carolíngios permearam a vida da corte, onde eram valores vividos (INNES, 2003, p. 74, tradução nossa).⁷⁴

A rede de dependências da sociedade feudal conta aqui como um reforço dessa ideia. Ao que Georges Duby chama de “solidariedades amplas”, a partir da

⁷³ No original: “[...] aprendiesen a ser cortesês e ensinados quitos de villania, e de yerros, e se acostumbrasen bien, asi de dicho como de hecho [...]” (PARTIDA II, T. IX, L. XXVII).

⁷⁴ No original: “After all, the effort to educate these youthful aristocrats was not only central in defining the tone of politics and society, it was also the point at which intellectual ideals were applied and translated into social norms. Life at court was defined by a set of mores and models of conduct. Court life was shared by scholars and young aristocrats. Ideals about self-control, the correction of sin, the pursuit of wisdom, and the need to demonstrate right order which were repeated time and again by Carolingian moralists pervaded the life of the court, where they were lived values” (INNES, 2003, p. 74).

oportunidade de viver na casa de primos e tios afastados, explorando essa convivência e o espaço; de ir “para a guerra” com as alegrias do esporte e a esperança do saque, tinha-se a garantia da liberdade do nobre, o trampolim de sua carreira e uma estrutura de reprodução que constitui o sucesso da vida pública desses homens (DUBY, 2009, p. 125). Jan Broekhoff compactua com esse pensamento, pois acredita que os filhos dos vassallos enviados à casa dos reis e outros grandes aristocratas para serem educados eram levados a tomar uma conduta que certamente fortalecia os laços de amizade e lealdade entre a nobreza (BROEKHOFF, 2006, p. 46).

Shulamith Shahar entende que a presença do filho do vassallo tensionava ainda mais o cordão que ligava o vassallo e o senhor. Essa historiadora fala em um acordo tácito, totalmente baseado na confiança recíproca, em que o menino ocupava um lugar de refém, na garantia da lealdade e do cumprimento das obrigações vassaláticas (SHAHAR, 1992, p. 217).

Tanto homens como mulheres orientavam a sua formação para a realização de objetivos benéficos para a parentela. Se o exercício de armas e cargos públicos proporcionava uma posição vantajosa, o casamento reforçava alianças entre os vários clãs. Ambos os aspectos renovavam constantemente a influências das linhagens [...] (MORA, 2003, p. 417, tradução nossa).⁷⁵

Essa ação, de enviar seu filho a alguém em uma posição maior, não está atrelada à simples ideia do aprendizado, mas, antes, de estabelecer conexões com um propósito de carreira e futuro alimentando essas relações. Silvia Nora Arroñada apresenta que mesmo as crianças da classe “média” eram entregues a outras pessoas na intenção de aprender ofícios; como um dos exemplos, aponta a oficina de um sapateiro ou uma fábrica de tecelagem. Eram feitos contratos de trabalho para que as crianças ajudassem em tarefas domésticas ou industriais, que pudessem ajudá-los a subir degraus na hierarquia social. Esse referencial é importante, mesmo que seja a respeito de grupos que não contemplamos aqui, pois reforça que, até nas classes menos abastadas, a prática de deixar a casa

⁷⁵ No original: “Tanto hombres como mujeres orientaban su formación hacia la consecución de objetivos beneficiosos para la parentela. Si el ejercicio de las armas y los cargos públicos proporcionaba una posición social ventajosa, el matrimonio reforzaba alianzas entre los distintos clanes. Ambos aspectos renovaban constantemente la influencia de los linajes [...]” (MORA, 2003, p. 417).

para entrar em uma outra estranha estava muito relacionada à inserção no mundo laboral e nas relações de clientelismo (ARROÑADA, 2010, p. 145).

Essa prática era uma forma para os indivíduos desenvolverem seus relacionamentos, o que, para os escudeiros, significava se envolver em uma rede de sujeitos, senhores e vassallos, que seria útil ao seu futuro na cavalaria. Não apenas o “sistema” era beneficiado com a reprodução dele, mas a educação na casa de um grande senhor trazia um bom patrocínio e os “contatos” necessários que lhe garantiriam uma sobrevivência futura não só financeira, mas também social. A consciência de que, nos tempos feudais, os amigos eram grandes tesouros da vida privada, que as “generosidades expansivas” serviam ao propósito de multiplicar as amizades (DUBY, 2009, p. 79), parece-nos estar profundamente relacionada com o costume do envio dos meninos para a casa de um outro senhor mais rico. Dessa forma, a partir de uma leitura desse costume de um ângulo estrutural, observamos como os valores, os laços de amizade e a própria instituição — cavaleiresca e nobiliárquica — é reproduzida.

2.3. Criando afetos e estreitando laços

E quanto ao estado afetivo da questão? É difícil enxergar essa prática apenas envoltos em uma inércia sentimental, sem questionar o lado emocional. Trata-se de uma situação que envolve uma criança, um filho e implica a separação de uma família e a integração dela em um novo ambiente, o qual lhe é estranho. Isso nos leva a refletir sobre o significado dos laços biológicos, da parentalidade e da compreensão da infância na sociedade da Baixa Idade Média castelhano-leonesa. Nesse sentido, este tópico busca oferecer respostas a esses questionamentos, os quais emergiram naturalmente, considerando que nosso foco central, o escudeiro, encontra-se nesse limiar entre a infância e a maturidade, enfrentando também esses desafios.

Os pais estavam cientes dos benefícios de terem seus filhos criados em outro senhorio, “em 1461, John Paxton I enviou seu filho mais velho, John II, à corte, na esperança de que ele pudesse ganhar um cargo permanente na casa de um senhor” (ORME, 2018, p. 53).⁷⁶ Eles “tentavam enviar seus filhos para se criar

⁷⁶ No original: “In 1461 John Paston I sent his eldest son John II to court, in the hope that he might gain a permanent post in the household” (ORME, 2018, p. 53).

com um poderoso, com a esperança de facilitar sua carreira” (GERBET; BONNASSIE; GUICHARD, 2008, p. 264, tradução nossa)⁷⁷. Era dever dos pais organizar a educação dos seus filhos e filhas, de escolher os mestres e planejar casamentos e carreiras. Em um primeiro momento, pode-se pensar serem inimagináveis o afeto e o vínculo dos pais para com o filho, quando o deixam aos cuidados de terceiros. Porém, há duas máximas que precisam ser evidenciadas: a reprodução de um sistema, de se estar inserido nele, e da noção que se tinha sobre o objetivo principal dos pais, de que:

[...] os filhos fossem bem-criados e aprendessem a ter autodisciplina, habilidades úteis e um senso de honra. Que herança mais rica e melhor poderia que um pai poderia dar a seus filhos do que ajudá-los a progredir nessas três coisas e se tornarem úteis e confiáveis para si mesmos e para os outros? (GRACE, 2010, p. 42).⁷⁸

Philippe Ariès pensou ser essa uma relação de pouca afetividade, uma realidade muito mais moral e social, em que apenas o desenvolvimento da vida privada poderia pôr um fim.

Os progressos do sentimento da família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica. O sentimento da família não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior: ele exige um mínimo de segredo. [...] Um dos obstáculos essenciais foi sem dúvida o afastamento das crianças, enviadas para outras casas como aprendizes, e sua substituição em sua própria casa por crianças estranhas (ARIÈS, 1986, p. 238).

É verdade que as famílias aristocráticas viviam em público, e não no privado, com um aglomerado de servos que lhes assistiam, bem como seus vassalos. A família não se reduzia ao pequeno núcleo do pai, da mãe e dos filhos, mas cobria também aqueles que viviam sob o teto da casa do senhor, compartilhavam a autoridade dos pais e recebiam em troca a mesma proteção que os filhos (ORME, 2018, p. 28). O argumento de Philippe Ariès, no entanto, seguiu sendo refutado por muitos autores.⁷⁹ É um fato que a diminuição do núcleo familiar legou um estreitamento de laços parentais, em que supostas intimidade e

⁷⁷ No original: “[...] intentaban enviar a sus hijos a «criarse» con un poderoso, con la esperanza de facilitarles su carrera” (GERBET; BONNASSIE; GUICHARD, 2008, p. 264).

⁷⁸ Essa é uma citação de Otto Brunfels, Von der Zucht und Underweisung der kinder / Ein Leer und Vermanung. Item ein underweisung der döchterlin auss der Epistel oder sentbrieff des heyiligen Hieronymi die er zum Letam geschriben hat (STRASBOURG, 1525), [Ox-Bod, T.L. 98.16]. Citado pelo autor Philip Grace (2010, p. 42) na sua tese.

⁷⁹ Exemplos: Nicholas Orme (2018); Shulamith Shahar (1992); Buenaventura Delgado (1998); Silvia Nora Arroñada (2010).

afetividade seriam a grande causa. Mas também é verídico que a convivência na mesma moradia não pode ser a régua, ao menos não a única, para medir a afetividade entre pais e filhos. Portanto:

O fato de que a promoção da carreira do filho era do interesse dos pais por razões familiares e dinásticas não descartou a preocupação com seu futuro ou afeição por ele. [...] De qualquer forma, é claro que, uma vez que o costume se tornou entrincheirado, era muito difícil para um pai evitar segui-lo, já que isso teria privado o filho de várias vantagens (SHAHAR, 1992, p. 217, tradução nossa).⁸⁰

O costume, estando enraizado — privar o filho, como coloca Shulamith Shahar, seria privá-lo de uma prática adequada à sobrevivência e à convivência do grupo que analisamos —, seria isolá-lo daquilo que era considerado pertinente e valoroso para os homens daquela esfera social. Se, à primeira vista, pode parecer uma atitude fria, distante e de pouco interesse para com o próprio filho, em um olhar mais aguçado, temos a percepção dessa prática, partindo de uma visão paternal e parental, de que o zelo estava justamente em prezar pela educação e pela honra do menino. O pai “[...] ensina ao seu filho e a sua filha, [...] os seres e os objetos que compõem o patrimônio senhorial [...]. Em suma, introduziu-os no mundo que os rodeia” (ALEXANDRE-BIDON, 1997, p. 7, tradução nossa).⁸¹

Dentre os muitos papéis que a paternidade cumpriu, dois deles se destacaram:

[...] pai como provedor e pai como educador. Em um sentido esquemático, ambos envolvem o pai gerenciando a fronteira entre a casa e o mundo exterior. Em provisão, o pai trazia recursos do mundo para cuidar de seus filhos. Na educação, os pais figurativamente traziam seus filhos ao mundo, preparando-os para enfrentar os desafios morais e práticos da vida (GRACE, 2010, p. 54, tradução nossa).⁸²

⁸⁰ No original: “The fact that the promotion of the son’s career was in parents’ interest for the family and dynastic reasons did not rule out either concern for his future or affection for him. [...] In any event, it is clear that once the custom became entrenched it was very difficult for a parent to avoid following it, since this would have deprived the son of various advantages” (SHAHAR, 1992, p. 217).

⁸¹ No original: “[...] il enseigne à son fils et à sa fille, [...] les êtres et les objets qui fondent le domaine seigneurial [...]. Bref il leur fait découvrir le monde qui les entoure” (ALEXANDRE-BIDON, 1997, p. 7).

⁸² No original: “[...] father as provider and father as educator.184 In a schematic sense, both involve the father managing the boundary between the household and the outer world. In provision, the father brought resources from the world to care for their children. In education, fathers figuratively brought their children out into the world, preparing them to face the moral and practical challenges of life” (GRACE, 2010, p. 54).

Difícilmente se consegue medir o grau de afetividade. De fato, a intimidade com a família era reduzida dado o tempo passado longe. Mas não podemos nos juntar a Ariès, que nega o afeto, nem a alguns dos seus críticos, de que, no outro extremo, tentaram forçar um afeto sem nuances. A necessidade de matizar os estudos relacionados à infância torna-se fundamental, pois “o legado de Philippe Ariès polarizou o debate sobre a educação infantil medieval” (GOLDBERG, 2014, p. 30).⁸³ Philip Grace aponta que, há pouco tempo, foi possível superar a questão da existência ou ausência do afeto, para entender a questão fora da dualidade de um ou outro. O historiador afirma que não é sobre amar ou punir, mas sim partir do pressuposto de que, existindo um zelo, o castigo vem como parte desse cuidado (GRACE, 2010, p. 39).

Tendo sido mencionado o castigo, quando o cavaleiro ancião está prestes a repreender o escudeiro, ele disse que o faria “[...] tal como o castigo do pai ou do bom amigo leal” (ESCUADERO, 1955, p. 47, tradução nossa).⁸⁴ Don Juan Manuel coloca o pai no mesmo nível de um bom amigo leal e, para aquele tempo, amizade e lealdade eram valores supremos e desejáveis em uma relação. Ao comparar o pai a esse tipo de amizade vantajosa e confiável, sugere-se a existência de amizades que não são nem boas nem leais, descrevendo-as:

No entanto, não procedas assim como amigo postiço. Quando tiver que castigar ou que aconselhar a alguém de tal maneira e em tal lugar, tu lhe dirás que sempre estará ali com dano, com desonra ou com vergonha. [...] desta maneira ele pode entender quem é o seu verdadeiro amigo. E fiques, persistente, que os amigos verdadeiros são os que amam por bons parentes que cuidam dele e por boas obras que fizeram juntos em um longo tempo e que do bem que a um venha que não venha dano ao outro (ESCUADERO, 1955, p. 47-48, tradução nossa).⁸⁵

O pai, enquanto um bom amigo leal, faz o contrário daquilo que um falso amigo faria, ou seja, trabalha e aconselha para que seu filho seja honrado e não

⁸³ No original: “The legacy of Philippe Ariès has polarized debate about medieval child rearing” (GOLDBERG, 2014, p. 30).

⁸⁴ No original: “tal como el castigo del padre o del buen amigo leal [...]” (ESCUADERO, 1955, p. 47).

⁸⁵ No original: “Mas non faze asý el amigo apostizo, que quando á de castigar o de consejar a alguno en tal manera et en tal lugar ge lo dirá que sienpre finque ende con danno o con desonra o con vergüença. [...] En esta manera pu[e] de omne entender qual es su amigo verdadero. Et sabet, fijo, que los amigos verdaderos son los que es aman por buenos deudos que ayan en uno, et por buenas obras que son entre ellos de luengo tiempo, et que del vien que al uno viene que non viene danno al otro” (ESCUADERO, 1955, p. 47-48).

passa vergonha, sem causar danos a ele. Isso constrói a imagem paterna como, no mínimo, atenta e fraternal. A relação estabelecida por Don Juan implica que o pai, seguindo o papel de educador destacado, fazia-o com boas intenções. Quando o pai “[...] fere ao filho pequeno, se fere com uma mão, dá o pão com a outra” (ESCUADERO, 1955, p. 47, tradução nossa).⁸⁶ Don Juan Manuel delimita a paternidade com generosidade, posiciona o pai como alguém que corrige por apreço pelo outro e, ao mesmo tempo, provê ao filho o pão, um aspecto econômico, no papel de provedor apontado por Philippe Grace.

O *Libro Enfenido* foi escrito para o filho de Don Juan Manuel, Dom Fernando, este “[...] que me pediu que fizesse um livro” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 147, tradução nossa).⁸⁷ De modo repetido, ao longo da obra, o autor escreve “*vos mando*” e “*vos consejo*”. Independentemente das intenções de Don Juan Manuel com o livro, essas palavras são vistas inúmeras vezes no texto. Ele, falando do seu lugar de pai, ou ao menos performando essa figura para o leitor, implicou uma representação de autoridade e mentoria, na qual é ele quem manda e quem aconselha. Assumindo esse papel, ele instrui o filho sobre o que deve ou não ser feito, afirmando: “E todas estas coisas vos mando que façais, sem minguar⁸⁸ no que deveis fazer para guardar a vossa honra” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 156, tradução nossa).⁸⁹ Assim, Don Juan Manuel ordena que o filho realize tais ações em prol da preservação da honra. Portanto, mais uma vez, garantir uma boa formação, o que implicava inserir o filho na esfera social e garantir que fosse reconhecido por sua honra, constituía uma parte significativa da responsabilidade paterna e parental.

E quanto ao outro lado? O outro homem, que poderia ser um tio ou primo materno, um senhor mais rico com que a família já tinha laços estabelecidos ou até mesmo o rei. E para com este? Qual relação podemos observar aqui? Don Juan Manuel afirma que “a melhor coisa que o senhor pode ter no mundo são

⁸⁶ No original: “[...] fiere al fijo pequenno, si le fiere con la una mano, dal del pan con la otra” (ESCUADERO, 1955, p. 47).

⁸⁷ No original: “[...] que me rogo quel fiziese vn libro” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 147).

⁸⁸ Observe que nesta frase Don Juan Manuel mostra uma metáfora da lua. Eis aí o escritor. Por isso na tradução se optou por deixar a metáfora, em lugar da palavra corriqueira que seria “sem diminuir” ou “deixar de fazer o que deveis para guardar a vossa honra”. Nota feita pela tradutora Alai Garcia Diniz.

⁸⁹ No original: “Et todas estas cosas vos mando que fagades non menguando en lo que deuedes hacer por guardar vuestra onra” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 156).

bons vassallos” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 166, tradução nossa).⁹⁰ Novamente, temos a manutenção de uma estrutura, pensando o macro, e a manutenção de laços individuais, pensando o micro, que conseqüentemente “[...] criava-se uma relação afetiva que num futuro seria garantia da sua posterior fidelidade, laços estendidos por vezes àqueles que se tinham criado ao lado dele” (MORA, 2003, p. 414, tradução nossa).⁹¹

A responsabilidade do treinamento dos aprendizes da cavalaria era dividida, ainda que o peso maior cabia ao senhor feudal, que Shulamith Shahar compara a um árbitro supremo; no dia a dia, o treinamento era guiado por um tutor, um mestre (SHAHAR, 1992, p. 210). Esses homens, ainda que tivessem espaço para ensinar a criança a seu modo, eram limitados pelos pais e senhores, e pela hierarquia social daqueles que educavam (GARCÍA HERRERO, 2000, p. 60). Portanto, “os filhos dos grandes senhores, em nenhum caso, podem ser feridos ou premiados como os outros homens de estados menores” (ESCUADERO, 1955, p. 38, tradução nossa).⁹²

Aos senhores e aos tutores, Don Juan lista o que poderiam fazer pelos moços que criavam:

[...] que sejam habituados a comer e a beber, e a mostrar-lhes boas maneiras e bons costumes. Mas quantos mestres e quantos servidores há no mundo que não poderiam oferecer ao rapaz de bom entendimento, nem arrumado, nem capacitado em seus membros, nem rápido, nem valente, nem esforçado, nem franco, nem de boa palavra, se Deus, pela sua mercê, não o fizer? (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 157, tradução nossa).⁹³

Isabel Beceiro Pita estima que o nobre detinha, sobre os indivíduos sujeitos ao seu senhorio, o patronato e o caráter de pai-protetor (BECEIRO PITA, 1991, p. 587). Sabe-se pouco sobre o relacionamento dos mestres com os seus

⁹⁰ No original: “la mejor cosa que el sennor en el mundo puede auer es los buenos vasallos” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 166).

⁹¹ No original: “[...] se creaba una relación afectiva que en un futuro sería garantía de su posterior fidelidad, vínculos extendidos en ocasiones a quienes se habían criado junto a él” (MORA, 2003, p. 414).

⁹² No original: “ca los fijos de los grandes señores en ninguna guisa non deuen ser feridos nin apremiados como os outros omnes de estados menores” (ESCUADERO, 1955, p. 38).

⁹³ No original: “[...] que sean bien costunbrados en comer et en beuer, et amostrarles buenas maneras et buenas costunbres. Mas quantos maestros et quantos ayos en el mundo son non podrian fazer al moço de buen entendimiento, nin apuesto, nin cunplido de sus mienbros, nin ligero, nin valiente, nin esforcado, nin franco, nin de buena palabra, si Dios, por la su merçed, non lo faze” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 157).

pupilos, mas existem sinais de que era algumas vezes uma relação próxima que permanecia até a morte (ORME, 2018, p. 19).

2.4. O aprendizado dos *mozos*

Moços e mancebos atendiam a diferentes horizontes de aprendizado. O rei Alfonso X afirma, em suas *Partidas*, que “[...] devem fazê-los aprender as coisas, de acordo com o tempo das idades em que estão entrando” (PARTIDA II, T. VII, L. X, tradução nossa).⁹⁴ O rei Sábio está afirmando que as “coisas” devem ser ensinadas conforme a maturidade dos menores, uma demonstração de uma aprendizagem pautada em pressupostos categóricos baseados nas idades. Don Juan Manuel demonstra o mesmo raciocínio na seguinte passagem: “[...] algumas coisas convêm fazer às crianças e outras aos moços e outras aos mancebos” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 158, tradução nossa).⁹⁵ Existiu — e essa é uma afirmação que parte da análise das fontes que nos permite avaliá-la apenas para a aristocracia — um consenso quanto ao que era conveniente para as fases de um indivíduo em crescimento. Fala-se da separação das etapas do aprendizado tanto nas *Partidas* quanto nas diferentes obras juanmanuelinas.

Os bebês e as crianças pequenas, os *ninnos*, como chama Don Juan Manuel, aparecem como seres frágeis, puros — já que atingiriam a idade de pecar somente mais tarde (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 385, tradução nossa) —; portanto, os adultos deveriam prezar pela sua saúde, pelo que comiam, bebiam e vestiam, evitando o que pudesse lhes adoecer.

Aos meninos, enquanto não adquirem compreensão para entender o que lhes dizem, não devem ser obrigados a outra coisa que não seja a de conservar a saúde do corpo, fazendo-lhes o que satisfaçam desfrutando o de comer e o de beber e o de mamar e o de dormir e o de vestir e o de calçar para estarem a salvo do frio e da quentura (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 158, tradução nossa).⁹⁶

⁹⁴ No original: “[...] deben hacer aprender las cosas, segun el tiempo de las edades en que fueren entrando” (PARTIDA II., T. VII, L. X).

⁹⁵No original: “[...] ca vnas cosas conuiene de fazer a los ninnos et otras a los moços et otras a los mançebos” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 158).

⁹⁶ No original: “A los ninnos, en quanto non han entendimiento para entender que les dicen, non han mester otra cosa sinon guardarles la salud del cuerpo, faziendoles lo que les cunpliere et aprouechar en el comer et en el beuer et en el mamar et en el dormir, et en el vestir et en el calçar para ser guardados del frio et de la calentura” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 158).

Nesse sentido, Buenaventura Delgado afirma:

A criança, segundo o Infante don Juan Manuel, tem as necessidades próprias de quem não sabe, nem entende, nem pode falar nem expressar qualquer coisa de que precisa. Os jovens já sabem expressar as suas necessidades, mas precisam de ser ensinados a comer, a beber e a comportar-se em sociedade de acordo com as normas estabelecidas. (DELGADO, 1998, p. 76).

Somente ao se tornarem moços, aproximadamente na idade dos 7 anos, receberiam todas as noções físicas e mentais para viver em sociedade e, para aqueles que se juntariam à cavalaria, tornar-se um guerreiro montado. Era no início da *moçedat* que o menino deixava sua casa para partir para a casa de outro senhor de grande família ou mosteiro; tendo em vista seu futuro como cavaleiro ou clérigo, recebiam a formação adequada nesses locais. Essa prática “[...] sempre foi costume na Espanha, que os homens honrados enviassem seus filhos para serem criados nas cortes dos reis” (PARTIDA II, T. IX, L. IX, tradução nossa).⁹⁷ Esse procedimento é mesmo antigo, remontando ainda à época merovíngia.

A *moçedat* é crucial para o aprendizado, é o momento, como alega Don Juan Manuel, em que as crianças já são vistas como seres “entendidos”. É o primeiro estágio de formação social e cultural desse indivíduo, e o mais importante para lhe inculcar os valores tidos como fundamentais, pois “[...] as coisas que são aprendidas na mocidade melhor se sabe e mantém o homem depois em toda sua vida” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 214, tradução nossa).⁹⁸

E depois que começarem a entender, ir mostrando a eles, pouco a pouco, todas as coisas que possam torná-los bons sabichões; tão bem nas letras quanto eles consigam aprender, como em saber tudo o que necessitem sobre cavalaria, e de como podem manter seus povoados no direito, na justiça e em paz (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 158, tradução nossa).⁹⁹

⁹⁷ No original: “[...] fue en España siempre acostumbrado de los hombres honrados de enviar sus hijos a criar a las cortes de los reyes” (PARTIDA II, T. IX, L. IX, p. 226).

⁹⁸ No original: “[...] las cosas que se aprenden en moçedat, mejor las sabe et retiene omne despues en toda su vida” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 214).

⁹⁹ No original: “Et despues que fueren entendiendo, yr les mostrando poco a poco todas las cosas por que pueden ser muy sabidores; tan bien en la letradura quanto les cunple de saber, commo en

Segundo Don Juan Manuel, se, por algum motivo, algo o desviar do caminho correto, é melhor que tivesse sido criado “en buena vida et buenas costumbres” na *moçedat*. Nesse sentido:

Os primeiros anos da vida são capitais para a formação da consciência moral das pessoas. As noções de bem e mal aparecem muito cedo na vida das crianças, uma vez que os adultos e o ambiente cultural que os rodeia vão proporcionando-lhes uma série de fundamentos axiológicos a partir dos quais julgar e calibrar o bom e o mau, o que pode e deve ser feito e o proibido. A este conjunto de regras e diretrizes — em ocasiões contraditórias — Rochais dá o nome de consciência socializada e caracteriza-se por ser um código de referência externa e adquirida. Tudo na infância, o jogo incluído, deve servir para que as crianças integrem estas leis culturais e se adaptem a elas porque o seu cumprimento tem a finalidade de garantir a sobrevivência, mas também de manter a ordem estabelecida e perpetuar a reprodução do sistema (GARCÍA HERRERO, 1998, p. 240, tradução nossa).¹⁰⁰

A condição de aprendizes revela muito a respeito desses garotos. O estágio em que se encontravam representava um período de aprendizado, uma fase transitória que se delineava como uma introdução à etapa subsequente, não apenas à cavalaria, mas à vida adulta e à integração na sociedade. Portanto, não estavam restritos aos ensinamentos cavaleirescos, mas ao serviço doméstico também. Ruth Karras ressalta que eles eram colocados, de modo temporário, numa posição servil como parte de uma fase da vida (KARRAS, 2002, p. 30). A noção de serviço se destaca dentre os aspectos políticos e culturais assimilados nessa fase da infância e da juventude. Ramon Llull escreveu que “ao filho de cavaleiro convém que antes seja súdito que senhor, e que saiba servir ao senhor, pois de outra maneira não conheceria a nobreza de seu senhorio quando fosse cavaleiro” (LLULL, T. I, N. 12). Philippe Ariès entendia que esse serviço não

saber todo lo que cunple de caualleria, et de commo pueden mantener sus pueblos en derecho et en iustiça et en paz” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 158).

¹⁰⁰ No original: “Los primeros años de la vida son capitales para la formación de la conciencia moral de las personas. Las nociones de bien y mal aparecen muy pronto en la vida de los niños, puesto que los adultos y el ambiente cultural que les rodea van proporcionándoles una serie de fundamentos axiológicos a partir de los cuales juzgar y calibrar lo bueno y lo malo, lo que se puede y se debe hacer y lo prohibido. A este conjunto de reglas y pautas — en ocasiones contradictorias — Rochais le da el nombre de conciencia socializada y se caracteriza por ser un código de referencia externo y adquirido. Todo en la infancia, el juego incluído, debe servir para que los niños integren estas leyes culturales y se adapten a ellas porque su cumplimiento tiene la finalidad de garantizar la supervivencia, pero también de mantener el orden establecido y perpetuar la reproducción del sistema” (GARCÍA HERRERO, 1998, p. 240).

implicava nenhuma degradação e não despertava nenhuma repugnância. Pelo contrário, era uma forma comum de educação, um formato de instruir que era habituado a fórmulas práticas. O serviço doméstico era uma via de transmissão de conhecimento, em que o mestre ou senhor, através da experiência prática, ensinava ao filho de outro homem valores que pudesse ter, pois não havia limites entre a profissão e a vida particular, o privado e o público se fundiam (ARIÈS, 1986, p. 226-228).

Nicholas Orme aponta, em seu trabalho, exemplos de como cuidar do cavalo e ajudar o senhor com seu equipamento, deveres mais humildes executados pelos meninos (ORME, 2018, p. 188). Eles também aprendiam os devidos hábitos à mesa, inclusive como servi-la, visto que comer e beber eram deveres levados muito a sério, bem como as maneiras à mesa. Don Juan aconselha: “para que seja muito prudente no comer e no beber” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 154, tradução nossa).¹⁰¹ Essa era mais uma forma de adquirir hábitos cortesês, um ensinamento que contava com a participação das mulheres e assistiu na produção das formas culturais expressas nos ideais cortesês da cavalaria (ZEIGLER, 2006, p. 47). Outra forma de olhar para a relevância das boas maneiras à mesa na educação dos cavaleiros:

[...] pode ser explicada pela importância do banquete para o mundo cavaleiresco. Os banquetes marcavam casamentos, tratados e outros eventos e demonstravam simbolicamente a amizade, a generosidade senhorial e a solenidade da ocasião (KARRAS, 2002, p. 45, tradução nossa).¹⁰²

Diante do exposto, observamos que o processo formativo medieval para os meninos da nobreza, os futuros cavaleiros, visava um desenvolvimento gradual e específico, formando indivíduos aptos a cumprir suas futuras responsabilidades sociais e militares. A *moçedat*, essa fase crucial do aprendizado, representava um momento de introdução à vida social e ensinamentos condizentes a ela, por isso as tarefas desempenhadas pelos meninos incluíam desde o cuidado com os cavalos até os hábitos e maneiras à mesa, fundamentais para a vida junto à

¹⁰¹ No original: “guisat que seades muy tenprado en el comer et en el beber” (LIBRO ENFENIDO, 1982, p. 154).

¹⁰² No original: “[...] may be explained by the importance of the feast to the chivalric world. Feasts marked weddings, treaties, and other events, and symbolically displayed friendship, seigneurial largesse, and the solemnity to the occasion” (KARRAS, 2002, p. 45).

nobreza. Subsequente a essa fase, um treinamento muito mais técnico e corporal se inicia, com o início da *mancebia* e sob o novo título de escudeiro, o jovem aprendiz adentra essa etapa elaborada no tópico seguinte.

2.5. O escudeiro

É chegado o momento do treinamento físico, do manuseio de armas e do acompanhamento do senhor em batalhas, do carregamento de seus equipamentos, do cuidado com o cavalo e do escudo em punho. A jornada do escudeiro começa agora, na *mancebia*. É nesse estágio que a vitalidade juvenil se destaca, intensificando-se o treinamento para a cavalaria e concedendo ao jovem da nobreza o título de escudeiro. Essa segunda fase preparatória é, de acordo com Michel Pastoureau, a “mais longa e mais técnica, é uma verdadeira iniciação profissional e esotérica” (PASTOUREAU, 1989, p. 44). Foi no período carolíngio que a juventude foi reconhecida como um momento singular de passagem de um estágio a outro, de preparação para a função que cumpriria mais tarde (INNES, 2003, p. 61-62). A nobreza e a realeza, os homens desse círculo, puderam experimentar um espaço temporal reservado ao aprendizado, em um momento mais “tardio”:

[...] como elementos sociais diferenciados do resto do corpo orgânico medieval, tiveram também etapas formativas próprias entre a infância e a maturidade de um estágio adulto. A juventude é um breve espaço de trânsito, no qual foram inseridos os textos de literatura sapiencial (TRAVESÍ, 2019, p. 191).

Na obra de Ramon Llull, o autor maiorquino chega a mencionar uma “idade conveniente” para o aprendizado da cavalaria, mas não a delimita em números exatos. Ele indica que não pode ser muito jovem, porque, assim, não teria passado tempo suficiente aprendendo os ensinamentos da cavalaria; também, devido à pouca idade, não se lembraria dele. Não poderia ser muito velho, já que a cavalaria é um corpo de combatentes, e estes precisam de um bom físico, um corpo preparado (LLULL, T. 3, N. 5). De qualquer forma, o treinamento mais rigoroso, que exigia mais habilidades e que muitas vezes oferecia riscos à vida desses meninos, frequentemente era prorrogado para a *mancebia*, entre as idades de 12 e 15 anos (WILKINSON, 2014, p. 99-100).

Durante esse tempo, os músculos tiveram que ser muito fortalecidos; a resistência teve que ser desenvolvida significativamente; as habilidades de

combate corpo a corpo tiveram que ser aprendidas; o nível de equitação teve que ser melhorado; e habilidades sociais e graças tiveram que ser adquiridas — cada um e todos juntos [...] (ZEIGLER, 2006, p. 76-77).¹⁰³

Pode-se dizer que é um período em que o corpo é ainda mais priorizado, visto que a educação do jovem cavaleiro era majoritariamente física (BROEKHOFF, 2006, p. 44). No título “Do ofício que pertence ao cavaleiro”, Ramon Llull reserva um item inteiro aos exercícios físicos: “cavalgar, justar, lançar a tábola, andar com armas, torneios, fazer távolas redondas, esgrimir, caçar cervos, ursos, javalis, leões, e as outras coisas semelhantes a estas que são ofício de cavaleiro” (LLULL, T. 2, N. 10).

Para o autor, essas atividades eram essenciais,

[...] pois por todas essas coisas se acostumam os cavaleiros a feitos de armas e a manter a ordem de cavalaria. Ora, menosprezar o costume e a usança disso pelo qual o cavaleiro é mais preparado a usar de seu ofício é menosprezar a ordem de cavalaria (LLULL, T. 2, N. 10).

O treinamento era essencial à vida cavaleiresca, pois do “[...] ponto de vista prático, a vida do nobre dependia de suas habilidades físicas e resistência” (BROEKHOFF, 2006, p. 45). A prática da cavalaria exigia que os jovens fossem excepcionais na montaria, visto que as batalhas, majoritariamente, resumiam-se a confrontos de grupos pequenos, portanto permanecer em cima do cavalo, com lança a postos, era necessário; não só a vida social exigia a caça, os torneios e as justas, também ligados ao cavalo, mas principalmente os torneios e as justas apareciam como oportunidade para se engrandecer, engrandecer o seu senhor e conseguir prêmios.

Quando falamos sobre os filhos *segundones* dos senhores no primeiro capítulo desta dissertação, discutimos que a cavalaria era uma forma de garantir a sobrevivência financeira, mas também social, contando que seriam abrigados sobre o lado de um grande senhor. Josef Fleckenstein entende que a competência de um cavaleiro era revelada por meio dessas batalhas individuais,

¹⁰³ No original: “During this time muscles had to be strengthened greatly; endurance had to be developed significantly; the skills of hand-to-hand combat had to be learned; the level of horsemanship had to be improved; and social skills and graces had to be acquired — each and all together [...]” (ZEIGLER, 2006, p. 76-77).

a justa, que tinha grande mérito para tanto na cultura festiva da corte como na poesia que a descrevia (FLECKENSTEIN, 2006, p. 201).

De modo que, a prática de montar a cavalo era essencial, Don Juan Manuel escreve não existir “nenhum tão bom posto para os cavaleiros como o que colocam em montaria ou na caça” (ESCUADERO, 1982, p. 52, tradução nossa).¹⁰⁴ Montar e caçar eram atividades essencialmente cavaleirescas, com exigência física e técnica em relação ao cavalo. Por isso:

A base do treinamento era a equitação de um padrão muito alto, longe da mera equitação, tanto nas exigências feitas ao cavaleiro quanto no nível de treinamento necessário. O jovem escudeiro — o futuro cavaleiro — teve que aprender a gerenciar sua montaria perfeitamente, para que ele pudesse andar em absoluta harmonia com todo a companhia, sendo capaz de mudar de ritmo, direção e velocidade a qualquer momento, e de combinar qualquer uma dessas variantes à vontade. Tudo isso tinha que ser alcançado apenas com os pés e as pernas, pois as mãos tinham que ser mantidas livres para empunhar armas pesadas enquanto cavalgava em toda velocidade (OLIVOVA, 1979, p. 30).

Na imagem abaixo, retirada de um manuscrito alemão do século XIV, podemos visualizar um cavaleiro e seu escudeiro. O cavaleiro está adornado da cabeça aos pés, carrega o escudo, a espada, traz as esporas nos pés, todos elementos que identificam esse homem enquanto cavaleiro já investido. O escudeiro, em proporções menores ao seu lado, sem os adereços mencionados, toca o cavalo, este animal que representa toda uma potência dentro da cavalaria.

¹⁰⁴ No original: “[...] non a ninguno tan bien puesto para los cavalleros commo lo que ponen en monte o en caça” (ESCUADERO, 1982, p. 52).

Figura 1: O cavaleiro germânico Wolfram von Eschenbach e seu escudeiro



Fonte: Codex Manesse, Zurique, 1305-1340.¹⁰⁵

Assim é preparado e formado um cavaleiro, pelas casas senhoriais que são a escola dos fidalgos¹⁰⁶ (LIBRO DE LOS ESTADOS, p. 390), como afirma Don Juan Manuel, pelos senhores, mestres e companheiros no seu entorno. A vida social, e formativa, do jovem aprendiz de cavaleiro é uma espiral de homens. No tópico seguinte, o último deste capítulo, trataremos desse mundo homosocial, como chama Ruth Mazo Karras (2002) a todos esses laços entre homens que regem a vida a ela subordinados. Até aqui, esse capítulo evidenciou fatores mais técnicos, éticos ou afetivos, da vivência diária desses meninos e jovens da nobreza, aspirantes a cavaleiros. Ao passo que o último tópico buscou, olhando para essas questões anteriormente postas, articulá-las ao universo masculino e masculinizante da cavalaria.

¹⁰⁵ Disponível em: https://commons.m.wikimedia.org/wiki/Codex_Manesse. Acesso em: 22 maio 2024.

¹⁰⁶ No original: “et que los palacios de los sennores son escuela de los fijos dalgo” (LIBRO DE LOS ESTADOS, p. 390).

2.6. Cavalaria: um olhar para um mundo exclusivamente masculino

Ao longo deste capítulo, inevitavelmente, tratamos essencialmente de homens. O aprendiz de cavaleiro é um jovem do sexo masculino, cujas relações incluem o pai, o senhor para o qual foi designado e seus companheiros, todos homens. Explorar esse universo é olhar para um contexto distintamente masculino, sendo essencial considerar a cavalaria, um domínio composto inteiramente por homens, dentro dessa perspectiva de gênero. Acerca da definição desse último conceito:

O gênero é uma forma pela qual a prática social é ordenada. Nos processos de gênero, a conduta quotidiana da vida é organizada em relação a uma arena reprodutiva, definida pelas estruturas corporais e pelos processos de reprodução humana. Esta área inclui excitação e relações sexuais, parto e cuidados infantis, diferenças e semelhanças entre os sexos corporais (CORNELL, 2005, p. 71, tradução nossa).¹⁰⁷

Quando a figura do escudeiro é abordada, referimo-nos a um indivíduo em processo de formação, no qual os valores relacionados à masculinidade, particularmente os que possuem relevância para a classe cavaleiresca, estão sendo internalizados. A atenção dedicada à sua formação moral e técnica, como evidenciado na análise deste segundo capítulo, implica em uma análise de gênero.

A partir dos sete anos de idade, esse menino é separado da convivência com a mãe e inserido em um ambiente predominantemente masculino. O afastamento da mãe não reduz o contexto de formação cavaleiresca a um mundo sem mulheres, mas antes em um mundo em que elas eram acessórias (KARRAS, 2002, p. 29). Portanto, a grande influência sobre esse menino são outros homens e meninos - cavaleiros, mestres e aprendizes -, que passam a constituir seu círculo social mais próximo. Esse processo exemplifica os ditos ritos “de separação”, onde ocorre a emancipação do menino em relação à mãe, promovendo sua progressiva socialização como homem e preparando-o para os desafios do mundo exterior (BOURDIEU, p. 2002, p. 29).

¹⁰⁷ No original: “Gender is a way in which social practice is ordered. In gender processes, the everyday conduct of life is organized in relation to a reproductive arena, defined by the bodily structures and processes of human reproduction. This arena includes sexual arousal and intercourse, childbirth and infant care, bodily sex difference and similarity” (CORNELL, 2005, p. 71).

As estratégias pedagógicas de formação dos futuros cavaleiros, e damos ênfase nessa ferramenta pois pertence ao escopo dessa análise, justifica, em partes, a divisão de um espaço, de uma prática, dos signos e seus significantes. A menina da nobreza não detém o mesmo espaço para crescer na sua educação como o menino nobre. Shulamith Shahar coloca que, nos primeiros dois estágios da vida, a *infantia* e a *pueritia*, as referências aos meninos e as meninas aparecem no texto, mas a partir do terceiro estágio de vida, que marca os 12 anos das meninas, a proporção dedicada às meninas é muito menor, e elas são praticamente ignoradas nas discussões sobre os problemas de transição para a vida adulta (SHAHAR, 1992, p. 29-30).

Se considerarmos que as ideias fisiológicas e anatômicas do período medieval foram amplamente influenciadas pelo pensamento clássico, uma das concepções fundamentais transmitidas pelos escritos da Antiguidade foi a existência de uma hierarquia física entre os sexos, na qual os corpos masculinos eram considerados superiores em termos de potência e vigor. Aristóteles é reconhecido como um dos principais expoentes dessa perspectiva hierarquizante dos sexos, e na Idade Média, Tomás de Aquino¹⁰⁸ reiterou a visão de que a força geradora das mulheres, pensando no campo da reprodução, era imperfeita (BULLOUGH, 1994, p. 31- 32).

Considerando que o corpo desempenha um papel essencial na prática da cavalaria, tais concepções sobre o corpo e a constituição física poderiam ter contribuído significativamente para a construção de uma identidade masculina vinculada à cavalaria. A crença na superioridade física masculina, fundamentada em pressupostos biológicos, legitimava a participação dos homens em atividades de guerra e batalhas. O treinamento do escudeiro era centrado no físico, no desempenho corporal desse corpo masculino. A visão de que as mulheres eram inferiores, dentro de um contexto de determinismo biológico hierarquizante, não apenas as relegavam a uma posição marginal na sociedade cavaleiresca, mas também as excluía da participação em suas práticas e símbolos.

Na discussão que apresentamos no terceiro capítulo, vimos a investidura cavaleiresca enquanto uma prerrogativa exclusiva de outro cavaleiro, ao passo que a mulher, “[...] por mais honrada que fosse, mesmo que fosse imperadora ou

¹⁰⁸ Houve outros pensadores que corroboram para a divisão sexual em uma perspectiva hierarquizante a partir do determinismo biológico. Consultar: Vern L. Bullough (1994).

rainha por herança, não podia fazer cavaleiro com suas próprias mãos” (PARTIDA II, T. XXI, L. XI).¹⁰⁹ Essa prática reflete a transmissão de um conhecimento legitimado, a transferência da própria essência do doador¹¹⁰, excluindo, assim, a possibilidade da participação feminina. Essa exclusão é eminentemente de gênero, pois, independentemente do status social ou da posição mais alta na hierarquia, a mulher carece da legitimidade necessária simplesmente por não ser do sexo masculino. A condição fundamental para ser cavaleiro é, antes de tudo, nascer homem. É um destino social fixado através do gênero, pois somente o corpo masculino poderia se adequar a essa prática, considerando as premissas medievais. Portanto, mesmo a mulher mais respeitada e honrada não poderia conferir o título de cavaleiro, uma vez que nela não existe a potência masculina desejada para que ela pudesse transmiti-la.

Um dos aspectos mais importantes das qualidades pessoais medievais é a honra, um assunto de extrema seriedade na Idade Média, sendo intrinsecamente associado ao universo masculino e ao espaço público (DUBY, 2009, p. 91). A honra no medievo foi um conceito fortemente influenciado pelo gênero, tanto que ser desonroso ou desonrado era ser pouco masculino (KARRAS, 2002, p. 60). A virilidade, enquanto atributo ético, entendida como uma qualidade essencial do ser masculino, estava estreitamente ligada à ideia de honra, sendo percebida como um princípio orientador para a preservação e a elevação do status honorífico (BOURDIEU, 2002, p. 14). Esta associação entre virilidade física e ética é evidenciada especialmente pelas expectativas em torno das proezas físicas e sexuais como formas de comprovar a virilidade masculina. De modo que, você precisa de um corpo - um corpo masculino - para ser viril. Virilidade essa que oportuniza realizar feitos e proezas em busca de uma honradez e, todos esses elementos, são condicionados por um fator agregador: a masculinidade.

Para os cavaleiros, especialmente os jovens, a busca por proezas físicas era central em suas vidas, pois quanto mais habilidades demonstrassem, mais viris e, conseqüentemente, mais honrados seriam considerados. Utilizando seus corpos, os cavaleiros podiam realizar feitos que evidenciassem sua masculinidade. Durante o período de formação do escudeiro, ele era instruído a

¹⁰⁹ No original: “por honra que hubiese, aunque fuese emperadora o reina por heredamiento, que no podria hacer caballero por sus manos” (PARTIDA II, T. XXI, L. XI).

¹¹⁰ Argumentação desenvolvida no terceiro capítulo.

executar tais proezas e incentivado a cultivar atributos como gentileza e coragem, todos os quais contribuíam para aumentar sua honra. Fiona S. Dunlop argumenta que o jovem, homem ou menino, é convidado a construir uma masculinidade para si em benefício de um público imaginado. Em diversos contextos, como na literatura, nos ambientes cortesões e em ocasiões públicas, eles encontravam oportunidades para representar essa masculinidade perante os outros (DUNLOP, 2007, p. 40).

Para Pierre Bourdieu (2002):

As mulheres são excluídas de todos os lugares públicos, em que se realizam os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana, que são os jogos da honra. E excluídas, se assim podemos dizer, a priori, em nome do princípio (tácito) da igualdade na honra, que exige que o desafio, que honra quem o faz, só seja válido se dirigido a um homem (em oposição a uma mulher) e a um homem honrado, capaz de dar uma resposta que, por representar uma forma de reconhecimento, é igualmente honrosa. A circularidade perfeita do processo indica que se trata de uma partilha arbitrária (BOURDIEU, 2002, p. 56).

No *Livro da Ordem de Cavalaria*, Ramon Llull classifica atividades como a de “cavalgar, justar, lançar a tábola, andar com armas, torneios, fazer távolas redondas, esgrimir, caçar cervos, ursos, javalis, leões, e as outras coisas semelhantes a estas que são ofício de cavaleiro” como tipicamente masculinas, “pois por todas essas coisas se acostumam os cavaleiros a feitos de armas e a manter a ordem de cavalaria” (LLULL, T. 2, N. 10).

Esses treinamentos, desafios e práticas, aconteciam em campo aberto ou ainda, em eventos públicos, eram convites ao olhar do outro e provas da virilidade cavaleiresca. Já as meninas e as mulheres não eram admitidas nestes “jogos de honra”, como classifica Pierre Bourdieu (2002). Esse encadeamento de fatores se encaixa na definição de gênero de R. W. Cornell (2005), da organização de uma prática social em torno de uma arena reprodutiva. Logo, do que convém a um gênero, mas não a outro.

Ruth Mazo Karras afirma que a educação e as boas maneiras eram questões relativas à classe e não sofriam uma influência forte do gênero (KARRAS, 2002, p. 46). Isso de fato se mostra verdadeiro, pois as meninas e as mulheres das camadas mais altas da sociedade do baixo medievo também eram educadas e deveriam saber se comportar à mesa, nos banquetes, nos eventos

públicos. Mas, uma grande diferença está em quem é este público e qual a troca que se tem com ele. As mulheres não precisavam *se provar*, no sentido de que, de novo, elas não estavam incluídas nos jogos de honra, as demandas sociais não exigiam das mulheres aristocráticas que se afirmassem diante de outras mulheres, elas tinham que ser boas para os homens, enquanto os homens tinham que ser bons para outros homens. Elas eram regidas por relações mais íntimas, com a casa, o marido e a Igreja. Os meninos, os aprendizes de cavaleiros, eram educados para impressionar outros do mesmo sexo e competir com eles. Esses eram o público alvo de suas proezas. Assim:

Mais importantes devem ter sido os laços que surgiram espontaneamente entre os cavaleiros. Como as mulheres foram excluídas da actividade militar que era a razão de ser dos cavaleiros, as experiências partilhadas de dificuldades e violência criaram laços homosociais - ligações entre homens nas quais as mulheres nunca poderiam participar (KARRAS, 2002, p. 62).

Nas obras de Don Juan Manuel aqui analisadas, os personagens das tramas são todos homens. Independente se ele traz um rei, um infante, um cavaleiro, um escudeiro, um filósofo, um eremita, todos são homens. Tanto a figura de autoridade quanto a figura do saber quanto da virilidade são por eles representados e significados. A história da cavalaria, dos seus homens, seus símbolos e ritos são interpretados por homens. Os gestos, os códigos, o ethos cavaleiresco é uma linguagem formativa, decodificada por homens e para homens. As mulheres não são imaginadas dentro desse ambiente didático-pedagógico dos escudeiros. O conhecimento é setorizado, bem como seu público. E um cavaleiro é o único apto para *fazer* outro cavaleiro.

CAPÍTULO III

A CERIMÔNIA DE INVESTIDURA

O etnólogo francês Arnold Van Gennep escreveu que é inata à vida a passagem de fases, que viver exige que nos movamos de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste em uma sucessão de etapas com finais e começos (VAN GENNEP, 1960, p. 2-3). O mesmo vale para o menino que virou homem no tempo em que foi preparado para a cavalaria. O escudeiro, após o processo pedagógico e formativo passado, em que pôde tomar consciência moral, corporal e técnica do papel ao qual foi destinado, está pronto para ser admitido em um “lugar” novo. A fase preparatória, de aprendizado social, ético e físico, se encerra com a fixação simbólica do seu aprendizado e também com a fixação simbólica do sujeito, de quem ele se tornou. Para alcançar a cavalaria, possuir-se dela, de seu estatuto e de sua função, o escudeiro precisa antes ser investido em um rito que se denomina investidura cavaleiresca. Investir alguém significa atribuir um poder, autoridade ou função a essa pessoa. Atribuir “o que” e “a quem” foram questionamentos para o raciocínio e desenvolvimento deste último capítulo.

A complexidade da cerimônia de investidura variou em função do contexto e dos envolvidos, mas o rito em si era bastante simples. O adubador, aquele que realiza a investidura, cinge a espada sobre o adubado, o neófito que está sendo investido, entregando-lhe as armas. Assim, um homem ganha o novo título de cavaleiro, realizado por um outro, pois, “para o pensamento arcaico, então, o homem é feito — ele não se faz sozinho. São os velhos iniciados, os mestres espirituais, que o fazem” (ELIADE, 1958, p. XIV).

Manteve-se uma trajetória linear para o caminho que traçamos, estipulado na intenção de se compreender a figura do escudeiro e a cerimônia de entrada na cavalaria. Neste capítulo, começamos discutindo algumas ideias mais amplas e conceituais, como a origem da cerimônia e a questão semântica da diferença entre rito e ritual, que são basilares para as discussões que se seguem. Depois, passamos para os rituais como descritos em nossas fontes e, aqui, Alfonso X e Ramon Llull foram quem descreveram a cerimônia passo a passo. No entanto, Don Juan Manuel, ainda que não tenha se debruçado sobre a investidura em sua

forma ritual, não deixa de ser o último foco da discussão. A argumentação do nobre castelhano, tópico último do capítulo, delinea a investidura enquanto um rito próprio da nobreza, feito por ela e para ela, tratando da cavalaria de modo exclusivista; deparamos com a investidura como uma ferramenta de diferenciação.

3.1. Origem do rito

A investidura cavaleiresca é própria da cavalaria; logo, não poderia ter existido antes que o fenômeno ao qual atende estivesse consolidado, ou seja, a partir do século XI. Portanto, “nem todo recebimento de arma é necessariamente entrada na cavalaria, nem toda concessão da espada é uma investidura” (FLORI, 2005, p. 32). Precisa-se da cavalaria para existir a investidura cavaleiresca, ainda que se verifiquem as conexões entre o rito de entrada na cavalaria e outros rituais anteriores, a cerimônia de que tratamos é parte de um fenômeno específico. Ao mesmo tempo, a entrega solene de armas não era novidade no cenário medieval; assim, prestaremos um olhar para as semelhanças e diferenças no tempo histórico que envolve a entrega de armas.

As mais antigas menções de entregas solenes de espada têm relação com ritos de coroação dos reis francos do Ocidente. Reis e imperadores, posteriormente príncipes, recebiam as armas quando chegavam à idade de assumir responsabilidades. Embora haja menções a essas práticas desde o século V em documentos, apenas no século X é que se conhecem as formas rituais dessas cerimônias detalhadamente (FLORI, 2005, p. 32-34). Dado o caráter guerreiro dos antigos reis merovíngios e carolíngios, a entrega solene desse objeto denota a atribuição de um papel, no qual a espada tinha a qualidade da representação de um poder em função da consolidação de um compromisso social e político.

A espada é descrita como a arma do homem adulto (FLECKENSTEIN, 2006, p. 188); logo, a ela também é atribuída a percepção de maioridade, indicando uma transição de um estágio para outro quando é recebida nos rituais de entrega de armas. Maurice Keen sugere uma conexão entre a cerimônia de investidura do cavaleiro e a antiga cerimônia de entrega de armas alemã, na qual a obtenção das armas simbolizava a conquista da maioridade por um jovem

(KEEN, 1984, p. 66-67). Dominique Barthélemy compartilha desse mesmo raciocínio; para ele, o adubamento que ocorre na França e na Aquitânia na segunda metade do século XI marca a maioria dos filhos dos nobres, desempenhando a mesma função descrita por Tácito na Germânia antiga, ao integrar esses homens à sociedade dos adultos feudais, ou seja, à cavalaria (BARTHELEMY, 2010, p. 208).

A maioria assim como o acesso ao poder são critérios que permeiam a história das entregas de armas, porém não são considerados determinantes para o ato de investir cavaleiros a partir do século XII. A promoção à cavalaria pode ocorrer sem necessariamente estar vinculada à transição de fase etária ou a um compromisso político-senhorial (FLECKENSTEIN, 2006, p. 189). Com exceção dos príncipes e vassalos, não se conhecem rituais de investidura destinados a cavaleiros antes do século XII. Para a massa de *milites*, que não tinham a ver com os grandes senhores ou castelões, a cerimônia de entrada na carreira das armas era bastante modesta, representando apenas uma entrada na profissão, um significado que se manterá para todas as investiduras cavaleirescas em qualquer nível (FLORI, 2005, p. 38).

Essas possíveis conexões entre a investidura cavaleiresca e as entregas de armas anteriores ressaltam que o fenômeno histórico é um processo de rupturas e continuidades, que nada simplesmente aparece em dado momento. A bênção eclesiástica das armas e várias orações na cerimônia, bem como a escolha de uma festa religiosa, como Pentecostes, para a celebração da investidura, são exemplos de elementos que apareceram na investidura cavaleiresca e já estavam presentes nas entregas solenes de armas (FLECKENSTEIN, 2006, p. 188; FLORI, 2005, p. 34). Dessa forma, sem a intenção de atribuir uma origem definitiva à investidura cavaleiresca, as reflexões acerca dos rituais de coroação e entrega de armas funcionam como um lembrete desse intricado processo histórico mencionado.

Quanto aos reinos de Castela e Leão, David Porrinas observa que, até a segunda metade do século XIII, justamente o momento de redação das *Siete Partidas*, não se tinha um quadro minucioso das cerimônias de investidura nessa região, apenas relatos vagos dos dois séculos anteriores. O historiador menciona que, em 1124, Afonso VII foi investido cavaleiro em uma cerimônia que a *Historia Compostellana* esmiuçou em detalhes, com um forte papel ideológico da Igreja,

foi “a primeira referência clara que temos no nosso contexto à deposição das armas de investidura num altar e à bênção das mesmas por um alto cargo eclesiástico” (PORRINAS, 2015, p. 437-438, tradução nossa).¹¹¹

A investidura cavaleiresca evoluiu paralelamente à instituição da cavalaria e, em relação a ela, apresentou nuances derivadas de contextos e épocas diferentes. Assim, se observamos na cavalaria a formação de um círculo nobiliárquico, a elaboração de um código de conduta próprio e a interação com os valores eclesiásticos e cortesões, o mesmo se aplica à investidura, que, como parte desse corpo institucional, acompanhou seus desdobramentos. São as mudanças na cavalaria, no espaço e no tempo, que conferem diferentes aspectos ao ritual da investidura, pois este precisa adaptar-se às diversas perspectivas presentes.

A investidura cavaleiresca pertence a um campo prático e funcional, destinado a investir o jovem que se preparou para integrar a cavalaria, assumindo plenamente a função guerreira. No entanto, ela também está intrinsecamente ligada à alta nobreza, aos valores cortesões e à Igreja, e todos esses elementos influenciam o cerimonial. Assim, prescreve-se um ritual, ou uma pluralidade deles, para o rito iniciático. Abordaremos, no próximo tópico, como nós estruturamos essa distinção entre rito e ritual, antes de analisarmos como nossas fontes narram a investidura cavaleiresca.

3.2. Rito e ritual: para além da semântica

A discussão sobre ritos e rituais é extensa, e muitos são os antropólogos e etnólogos em sua maioria, mas também historiadores e outros pesquisadores das ciências humanas, que se ocuparam e ainda se ocupam em delimitá-la. Os ritos, em seus desdobramentos seculares e religiosos, formais e informais, militares e civis, abordam uma pluralidade de critérios que exigem, a cada um deles, uma dada análise. Portanto, não temos como pretensão erigir teorizações sobre essa pluralidade de vias teóricas e conceituais, mas se faz necessário delimitar a investidura cavaleiresca enquanto uma cerimônia ritualizada, conceituando primeiro os termos.

¹¹¹ No original: “[...] la primera referencia clara que tenemos en nuestro contexto a una deposición de armas de investidura en un altar y de la bendición de las mismas por parte de un alto cargo eclesiástico” (PORRINAS, 2015, p. 437-438).

O rito é a essência, sendo uma ação ou cerimônia específica dentro de um contexto ritual maior. Já algo ritualizado pressupõe uma ordem, na qual se tem a configuração de uma realidade que já está posta, por isso se verifica como uma tendência dos rituais “usar estratégias simbólicas e [...] afirmar uma conexão entre o evento emoldurado e o mundo mais amplo” (CRANE, 2002, p. 5, tradução nossa).¹¹² Nesse sentido, o rito, de certa forma, cria a realidade que o ritual se ocupa em organizar. No ritual, tem-se o controle e o ajuste de uma série de fatores, organizados em um mesmo procedimento que retoma esse mundo mais amplo¹¹³, isso em uma realidade “montada”, artificial, ou ainda, nos termos de Susan Crane, performática, ou seja, deliberadamente pensado e disposto através de recursos visuais e retóricos (CRANE, 2002, p. 3).

Logo, “em um universo simbólico tudo está no próprio lugar, porque tudo se corresponde, as contas são exatas” (ECO, 2010, p. 110). Os cálculos são acertados para que o resultado seja preciso, para que exista na representação dessas disposições e atribuições um canal legítimo de comunicação que ligue o ritual à realidade espontânea e cotidiana, que o ligue ao seu público:

Uma configuração de gestos, ações e declarações que seguem uma determinada ordem, um ritual também é um aparelho que avança hierarquias específicas de poder. Rituais estabelecem relações de poder e constroem seu próprio conceito de autoridade através de eventos cerimoniais. Rituais e sua criação definem os sistemas de dominação e sujeição de uma instituição, uma sociedade ou qualquer outra entidade coletiva (RODRIGUEZ-VELASCO, 2010, p. 15, tradução nossa).¹¹⁴

Sendo o ritual realizado de forma ordenada e repetido, enquanto uma prática e performance reiterativa, ele tem a força de um comportamento poderoso (CRANE, 2002, p. 5). A repetição conduz a uma concretude; sem ela, corre-se o

¹¹² No original: “[...] use symbolic strategies and to assert a connection between the framed event and the wider world” (CRANE, 2002, p. 5).

¹¹³ Essas coisas podem ser bastante distintas a depender do tipo de ritual de que falamos: seculares ou religiosos. Os rituais seculares demonstram as relações sociais (civis, militares, éticas, festivas) (RODOLPHO, 2004, p. 140) e até hábitos cotidianos, menores, praticamente invisíveis, como rituais de beleza executados por mulheres todos os dias. Os rituais religiosos apresentam-se conectados a manifestação do que consideram sagrado àquela religião ou crença, podendo ser vistos dentro de um cerimonial - como é o caso da cerimônia litúrgica ou mortuária -, mas também em níveis psíquicos/físicos como os rituais divinatórios ou de cura.

¹¹⁴ No original: “A configuration of gestures, actions, and statements that follow a determined order, a ritual is also an apparatus that advances specific hierarchies of power. Rituals establish relations of power and construct their own concept of authority through ceremonial events. Rituals and their creation define the systems of domination and subjection of an institution, a society, or any other collective entity” (RODRIGUEZ-VELASCO, 2010, p. 15).

risco de cair no esquecimento. Tomemos como exemplo os copistas medievais e a reedição de obras clássicas: espera-se que, mesmo sofrendo atualizações, o conteúdo ali presente mantenha-se eficaz. O ritual se repete, mesmo sujeito a alterações, possibilitando a permanência viva do significado que ele representa. Assim, “se lidamos com rituais, tratamos de performance, ou seja, a participação ordenada nessas cerimônias. A cavalaria, moralizada e idealizada, dependia agora da ritualização de seu cotidiano para reproduzir seus valores e suas ideias” (ALVES, 2022, p. 94).

Como já destacado anteriormente, a investidura acompanha o desenvolvimento da cavalaria. Jean Flori (2005) esclarece que a investidura era caracterizada por uma variedade de cenários e elementos, que iam desde a simples entrega de armas até cerimônias realizadas em igrejas, com a presença de um bispo, ou na corte, conduzidas por um senhor. Todas essas composições constituem facetas distintas da investidura cavaleiresca, a qual, embora descrita no singular, é um fenômeno tão plural quanto a própria cavalaria. Assim, à medida que adentramos os séculos XIV e XV, percebemos um aumento do valor moral atribuído à cavalaria em detrimento de seu valor guerreiro. Consequentemente, ela assume uma dimensão mais simbólica, ritualizada e performática.

A investidura cavaleiresca é um ritual formalizado através de uma cerimônia que atende a vários outros ritos, mas não necessariamente precisa-se de todos eles para se realizar a investidura cavaleiresca. A entrega de armas e o cingir a espada são os dois ritos próprios da cerimônia estudada; os ritos que passam a compô-lo e, conseqüentemente, também significá-lo, como a vigília, o banho, agregam ao ritual como um todo. É determinante que se tenha o rito de investir o cavaleiro para ele se tornar parte da cavalaria; portanto, é determinante o ato solene da imposição da espada. “O que importa é afirmar a necessidade da investidura e manter a estrutura binária na qual vão descansar as implicações políticas do rito: um doador e um recipiendário, um que arma, outro que é armado” (MARTIN, 2004, p. 228). Todo o restante — os outros ritos dessa cerimônia extensa que vemos nas fontes, como iremos descrevê-lo a partir destas — soma-se ao rito iniciático.

3.3. Uma descrição ritualizada da investidura

Os acontecimentos de um evento festivo marcam uma quebra da rotina, do habitual. Mesmo que a investidura seja o estágio final de um processo mais amplo, o aprendizado cavaleiresco, ela assume uma importância especial por fugir do espaço temporal comum. O tempo festivo vivido durante as cerimônias difere do tempo comum, pois o ritual transcende o tempo profano, estabelecendo um tempo sagrado (ELIADE, 1992, p. 46). Conseqüentemente, “o rito faz referência a uma ação realizada em determinado tempo e espaço, diferente das ações da vida cotidiana, distinta do comportamento comum” (MEIRA, 2009, p. 188).

O ritual da investidura cavaleiresca começa na noite anterior ao rito. O primeiro passo é a vigília. Ramon Llull ainda menciona que a confissão deve ser feita antes da vigília, ele propõe que: “no princípio, quando o escudeiro deve entrar na ordem de cavalaria, convém que se confesse das faltas que fez contra Deus, o qual vai servir na ordem de cavalaria” (LLULL, T. IV, N. 1). Porém, essa prática religiosa não é incluída na descrição do ritual que consta nas *Siete Partidas* de Alfonso X.

A perspectiva da mudança do tempo, de como ele é sentido em momentos festivos, torna a noite da vigília um momento singular para o escudeiro, bem como o dia que se anuncia. “O escudeiro que fosse de nobre linhagem, um dia, antes que receba a cavalaria, deve fazer vigília”¹¹⁵ (PARTIDA II, T. XXI, L. XIII, tradução nossa) e “vir a Igreja orar a Deus [...]” (LLULL, T. IV, N. 3). No dia da vigília, “os escudeiros devem banhar-se, e lavar sua cabeça com suas mãos, e deitá-lo na melhor cama que puderem fazer. E ali devem vestir-se, e calçar os cavaleiros, dos melhores panos que tiverem” (PARTIDA II, T. XXI, L. XIII, tradução nossa).¹¹⁶ Quando Arnold Van Gennep (1960) estuda os ritos de passagem, ele observa os atos de se lavar e de vestir roupas limpas como um passo ritualístico de separação do meio anterior por protocolos de “purificação”. Na investidura, o banho integra o rito pela influência da Igreja, sendo o tema da pureza um

¹¹⁵ No original: “[...] el escudero que fuese de noble linaje, un día, antes que reciba caballería, que debe tener vigilia” (PARTIDA II, T. XXI, L. XIII).

¹¹⁶ No original: “[...] han los escuderos a bañar, e lavar su cabeza con sus manos, e echarle en el más apuesto lecho que pudieren hacer. E allí han de vestir, e calzar los caballeros, de los mejores paños que tuvieren” (PARTIDA II, T. XXI, L. XIII).

simbolismo cristão, mas ele teve origens práticas e profanas (FLORI, 2005, p. 221).

O fim da noite anuncia também o fim da vigília. O próximo passo do escudeiro é ir à missa. As expectativas desse encontro entre o jovem aprendiz de cavaleiro e Deus divergem um tanto. Para Ramon Llull, o escudeiro “deve se oferecer ao presbítero [...] e a ordem de cavalaria, para que seja servidor de Deus” (LLULL, T. IV, N. 4). Ele também deve ouvir os 14 artigos de fé, os 10 mandamentos e os 7 sacramentos da Igreja Católica. O Título XXI das *Siete Partidas*, especialmente a Lei XIII, não menciona nenhuma figura eclesiástica, o escudeiro deveria ir até a Igreja, pedindo o perdão pelos pecados e a guia divina sobre a ordem que quer receber, a cavalaria (PARTIDA II, T. XXI, L. XIII). De certa forma, ambos estão pontuando o mesmo: que a cavalaria atenda aos desejos de Deus. Porém, também é o esperado de uma sociedade como é desse período tardio medieval, principalmente das camadas mais altas, que estabeleça os padrões de comportamento junto a uma ética religiosa. Alfonso X não poderia estar fora do que lhe é contemporâneo, da normativa desse universo. Já Ramon Llull, como um religioso fervoroso, tem a projeção de uma cavalaria cristã, por isso aparece a questão da confissão, mencionada anteriormente, logo não só inclui uma figura religiosa para ser o mediador entre Deus e o escudeiro, como dá protagonismo à figura eclesiástica, o mesmo protagonismo que é retirado por Alfonso X.

Essa diferença de abordagem do ritual entre Alfonso X e Ramon Llull fica mais evidente na forma que, ao questionar o escudeiro sobre sua entrada na cavalaria, eles assumem premissas centrais diferentes.

Ramon Llull adverte que é conveniente:

[...] perguntar ao escudeiro que deseja ser cavaleiro se ama e teme a Deus, porque sem amar e temer a Deus nenhum homem é digno de entrar na ordem de cavalaria, e o temor faz vacilar ante as faltas pelas quais cavalaria adquire desonra (LLULL, T. III, N. 2).

Nas *Siete Partidas*, esse “interrogatório” não se liga a Deus, mas antes se deve perguntar ao escudeiro “se quer receber ordem de cavalaria, e se disser que sim, há de perguntar se a manteria assim como se deve manter” (PARTIDA II, T.

XXI, L. XIV, tradução nossa).¹¹⁷ Ambos refletem sobre como manter a honra da cavalaria, enquanto Ramon Llull não hesita em atribuir a honra cavaleiresca ao temor divino; para Alfonso X, percebemos um projeto de cavalaria muito mais social e político, no qual a pergunta feita ao escudeiro é uma “tomada de consciência” deste em relação ao grupo em que está entrando.

Após a vigília, a missa, o interrogatório feito ao escudeiro, a etapa seguinte é calçar as esporas. “Esporas são dadas a cavaleiros para significar diligência e esperteza e ânsia com que possa manter honrada sua ordem” (LLULL, T. V, N. 7). Tanto o cavaleiro pode calçá-las ou “mandar a algum cavaleiro que as calce” (PARTIDA II, T. XXI, L. XIV, tradução nossa).¹¹⁸ Na imagem seguinte, retirada de um manuscrito francês do século XIV, a cena ilustrada apresenta a investidura de um cavaleiro que está recebendo as esporas calçadas por outros dois homens.

Figura 2: Investidura de um cavaleiro



Fonte: La Quête du Saint Graal et la Mort d'Arthur, Paris, 1380-85.¹¹⁹

O cavaleiro “em construção”, paulatinamente, adquire elementos visuais, e essas insígnias visíveis são capazes de distingui-lo daqueles que não as

¹¹⁷ No original: “[...] si quiere recibir orden de caballería, e si dijere sí, hale de preguntar si la mantendría asi como se debe mantener” (PARTIDAS II, T. XXI, L. XIV).

¹¹⁸ No original: “[...] mandar a algum caballero que se las calce” (PARTIDAS II, T. XXI, L. XIV).

¹¹⁹ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Adoubement_de_Galaad.png Acesso em: 22 maio 2024.

receberam. Franco Cardini (2014) desenvolveu que isso os diferencia dos demais que lutam a cavalo, mas que não são reconhecidos como membros da elite militar.

Podemos conceber o momento da investidura como um processo endógeno, pois seu motor é interno. A transformação do escudeiro em cavaleiro acontece “de dentro para fora”. Inicialmente, são tratadas as questões espirituais e éticas, para então proceder com a preparação externa, isto é, como esse cavaleiro é visto aos olhos de quem o observa. “Corpo e consciência estão intimamente relacionados e eles se expressam mutuamente” (CRANE, 2002, p. 6, tradução nossa).¹²⁰ É uma transposição natural do que foi internalizado durante o tempo de aprendizagem, obtendo agora a confirmação com a cerimônia de investidura. Essa transformação rompe as barreiras íntimas da consciência e alcança o público por meio do corpo adornado, seja com roupas, armas ou cheiros. Afinal, o corpo é a expressão do homem em seu conjunto. Não podemos ignorar que, “durante a cristandade medieval, o corpo sobre a terra foi uma grande metáfora” (LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 13). Adornar esse corpo é recobri-lo de sentido, apresentando-o ao mundo segundo as imposições do espírito, aqui, da honra cavaleiresca apreendida.

O momento seguinte é o de cingir a espada “sobre el brial que veste” (PARTIDA II, T. XXI, L. XIV). A imagem a seguir traz justamente esse momento em que a espada é cingida sobre os cavaleiros que estão ali ajoelhados na frente do rei, nesse caso sabemos que é João II da França.

¹²⁰ No original: “body and consciousness are intimately related and that they express one another reciprocally” (CRANE, 2002, p. 6).

Figura 3: João II da França cingindo a espada ao fazer cavaleiros em uma cerimônia de investidura



Fonte: Grandes chroniques de France, Paris, f. 386, séculos XIV-XV.¹²¹

Ramon Llull traz mais detalhes desse momento: diante do altar, o escudeiro, ajoelhado, levanta “seus olhos a Deus, corporais e espirituais, e suas mãos a Deus. E o cavaleiro deve cingir-lhe a espada [...]” (LLULL, T. IV, N. 11). A noção de pessoa que se tem na Idade Média, de alguém formado por corpo e alma, é manifestada quando Llull menciona os “dois olhos”, os corporais e os espirituais.

Quanto a essa última afirmação, Jean-Claude Schmitt afirma que:

[...] o ritual não envolve apenas a sociedade como um todo ou os vários grupos sociais, mas os atores individuais: cada um deles, ao participar do ritual, se realiza como membro de um grupo (monge, confrade, cavaleiro etc.) e, ainda mais profundamente, como pessoa. Essa última noção também é relativa a cada cultura. Cada uma tem sua própria definição de pessoa, sua própria representação do que a compõe. No cristianismo medieval, o que faz uma pessoa é a combinação de um corpo e uma alma (SCHMITT, 2001, p. 44).¹²²

¹²¹ Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Adoubement1.jpg>. Acesso em: 22 maio 2024.

¹²² No original: “le rituel n’implique pas seulement la société dans son ensemble ou les divers groupes sociaux, mais les acteurs singuliers: chacun d’eux, participant au rituel, se réalise comme membre d’un groupe (moine, confrère, chevalier, etc.) et, plus profondément encore, comme personne. Cette dernière notion aussi est relative à chaque culture. Chacune a sa propre définition

A cerimônia transita de momentos espirituais para outros, físicos ou corporais, como, por exemplo, a vigília e a missa atendem às aspirações da alma, sendo elementos que a Igreja buscou encaixar na investidura quando passou a se ocupar desse rito; enquanto calçar as esporas e cingir a espada, ainda que abençoada por um presbítero, atendem aos moldes mais sociais, de representação de uma função e de uma ligação terrena, porque quem faz um cavaleiro é sempre outro; logo, quem se ocupa de cingir a espada é um outro cavaleiro.

Nas *Siete Partidas*, a Lei XI determina:

Os cavaleiros não podem ser feitos pelas mãos de um homem que não seja um cavaleiro, pois os sábios da antiguidade, que ordenavam todas as coisas com a razão, não consideravam que fosse uma coisa disfarçada, nem que pudesse ser correta, dar a um homem a outro o que não existia (PARTIDA II, T. XXI, L. XI, tradução nossa).¹²³

E Ramon Llull também aponta que:

[...] convém que o príncipe ou alto barão que deseja fazer cavaleiro o escudeiro que demanda cavalaria possua virtude e ordem de cavalaria em si mesmo, para tal que possa, pela graça de Deus, dar virtude e ordem de cavalaria ao escudeiro que deseja ordem e virtude de cavalaria. E se o cavaleiro não é ordenado nem virtuoso em si mesmo, não pode dar o que não tem [...] (LLULL, T. IV, N. 9).

As fontes são bastante precisas nesse momento: não se pode dar aquilo que não se possui. A transmissão de algo, nesse caso da cavalaria, requisita o ser. Existe a necessidade de ser cavaleiro para investir o outro, como Gérard de Sorval escreveu, um cavaleiro não pode ser feito no improviso, apenas quem recebeu essa ordem é capaz de transmiti-la de acordo com as formas exigidas. “Assim, o *adoubement*, corretamente executado, é a transmissão de uma influência espiritual iniciática e operativa” (SORVAL, 2014, p. 42).

Não somente se determina quem pode fazer cavaleiro, como também quem não pode e estes são três grupos: as mulheres, os loucos e os clérigos. A

de la personne, sa propre représentation de ce qui la compose. Dans la chrétienté médiévale, ce qui fait la personne, c'est l'association d'un corps et d'une âme” (SCHMITT, 2001, p. 44).

¹²³ No original: “Hechos no pueden ser los caballeros por mano de hombre que caballero no sea, pues los sabios antiguos, que todas las cosas ordenaron con razón, no tuvieron que era cosa con guisa, ni que pudiese ser con derecho, dar un hombre a otro lo que no hubiese” (PARTIDA II, T. XXI, L. XI).

mulher, por mais honrada que fosse, não poderia “fazer cavaleiro” por suas próprias mãos. Os loucos, considerados homens sem memória, não poderiam fazer ninguém cavaleiro, já que “a cavalaria é tão nobre e tão honrada, que aquele que a dá deve entender o que está fazendo ao dá-la, o que esses não poderiam fazer” (PARTIDA II, T. XXI, L. XI, tradução nossa).¹²⁴ Por fim, os homens pertencentes à classe eclesiástica também não poderiam, pois “o clérigo, nem o homem de religião, não tinham que fazer cavaleiros, porque seria coisa muito irracional intrometer-se no feito da cavalaria aqueles que não tiveram, nem têm, o poder de pôr ali as mãos para trabalhar nela” (PARTIDA II, T. XXI, L. XI, tradução nossa).¹²⁵

A Lei XII também faz a distinção daqueles que não poderiam ser feitos cavaleiros. O homem muito pobre não poderia ser cavaleiro, nem homens de religião ou os inválidos porque esse último grupo possui uma constituição corporal fraca, logo não poderiam ajudar na guerra com as armas (PARTIDA II, T. XXI, L. XII). Também, “um homem não deve ser um cavaleiro se ele for um comerciante em sua própria pessoa”. Os loucos também não poderiam ser feitos cavaleiros pelo mesmo motivo pelo qual não podem fazer cavaleiro, “porque não têm juízo para entender o que fazem” (PARTIDA II, T. XXI, L. XII, tradução nossa).¹²⁶

Georges Martin entende que sobre o grupo dos que não podem fazer cavaleiros pesam as limitações de ordem sexual — as mulheres —, intelectual — os loucos — e funcional — os clérigos. Já para os que não podem ser feitos cavaleiros, estes sofrem restrições econômicas, físicas, funcionais e éticas. Para o historiador, a dignidade e a funcionalidade do grupo são garantidas por meio dessas deliberações no âmbito das mentalidades do medievo (MARTIN, 2006, p. 228).

Voltemos à cerimônia. O que acontece depois do cingimento da espada? A Lei XIV determina que:

E depois que tiverem cingido a espada, devem sacá-la da bainha, e colocá-la na mão direita, e fazê-lo jurar três coisas: a primeira, que não

¹²⁴ No original: “[...] la caballería es tan noble, e tan honrada, que debe entender el que la da que es lo que hace en dar, lo que estos no podrían hacer” (PARTIDAS II, T. XXI, L. XI).

¹²⁵ No original: “el clérigo, ni hombre de religión, no tuvieron que podrían hacer caballeros, porque sería cosa muy sin razón de entrometerse de hecho de caballería aquellos que no hubieren, ni han, poder de meter allí las manos para obras de ella” (PARTIDAS II, T. XXI, L. XI).

¹²⁶ No original: “[...] no han cumplimiento de seso para entender lo que hacen” (PARTIDAS II, T. XXI, L. XII).

tenha medo de morrer pela sua lei, se necessário; a segunda, pelo seu senhor natural; a terceira, pela sua terra. E quando isto tiver jurado, deve dar-lhe uma *pescozada*, porque essas coisas ditas lhe venham em mente, dizendo que Deus guie ao seu serviço, e lhe deixe cumprir o que assim lhe prometeu (PARTIDA II, T. XXI, L. XIV, tradução nossa).¹²⁷

O termo francês *colee* é traduzido como palmada, uma forma que também é usada como *pescozada*. O *colee* era um golpe que o oficiante da cerimônia dava na bochecha do homenageado depois de cingi-lo com a espada (MARTÍN, 2003, p. 259). Outros autores, pensando as mais variadas formas que o gesto iniciático tomou (bofetada, toque nos ombros, golpe na orelha), interpretaram-no a partir de muitas perspectivas, algumas dessas mais simples, como um gesto jurídico-formal de agregação de um noviço ao grupo ou um lembrete da iniciação recebida; outros, porém, o veem em um sentido mágico-ritual como uma “decapitação” em que o homem velho morre e nasce o novo cavaleiro (CARDINI, 2014, p. 53).

Após a cerimônia, o novo cavaleiro deve, segundo as *Partidas*:

Desembainhar a espada [...] e, por essa razão, é preciso saber muito bem quem deve desembainhá-la. E isso não deve ser feito se não for pela mão de um homem que reúna qualquer uma dessas três coisas: que seja seu senhor natural, que o faça pelo parentesco que tenha em comum; ou um homem honrado, que o faça pelo gosto que lhe daria honra; ou um cavaleiro que seja muito bom em armas, que o faça por sua bondade (PARTIDA II, T. XXI, L. XV, tradução nossa).¹²⁸

Os antropólogos já observavam que o ato de presentear produz subordinação ou aliança (CRANE, 2002, p. 21). E, no ato de entrega das armas, o senhor presenteia os jovens preparados em suas casas, aqui ritualizado no cingir e desembainhar da espada. Susan Crane fala em como a mimese, a imitação ou representação de algo, é fundamental para a ritualização e como a troca de presentes é uma forma mimética que tem o potencial de espelhar a identidade social entre os envolvidos na transação, em que o vínculo pessoal é invocado

¹²⁷ No original: “E después que la espada hubieren ceñido, débenla sacar de la vaina, e ponérsela en la mano diestra, e hacerle jurar tres cosas: la primera, que no recele de morir por su ley si fuere menester; la segunda, por su señor natural; la tercera, por su tierra. E cuando esto hubiere jurado, débele dar una pescozada, porque estas cosa sobredichas le vengán en mente, diciendo que Dios le gué al su servicio, e le deje cumplir lo que así le prometió” (PARTIDAS II, T. XXI, L. XIV).

¹²⁸ No original: “Desceñir el espada es la primera cosa que deben hacer, [...] e por esto ha de ser muy catado quien es el que se la ha de desceñir. E esto no debe ser hecho si no por mano de hombre que haya en si alguna de estas tres cosas: o que sea su señor natural que lo haga por el deudo que han de consuno; o hombre honrado que lo hiciese por sabor que hubiese de hacerle honra; o caballero que fuese muy bueno de armas, que lo hiciese por su bondad” (PARTIDA II, T. XXI, L. XV).

(CRANE, 2002, p. 23-24). Ela continua sua argumentação dizendo que “os objetos adquirem algo da natureza de seus proprietários e conferem uma conexão pessoal aos destinatários [...]” (CRANE, 2002, p. 25, tradução nossa).¹²⁹

Na citação anterior das *Siete Partidas*, o parentesco, a honra e a habilidade com o manejo das armas são características requeridas para aqueles que investem outro cavaleiro, sendo necessário que possuam ao menos uma dessas qualidades elencadas, para que, na investidura, essas mesmas características sejam simbolicamente transmitidas. Pensamos, obviamente, na transmissão em um sentido figurado, mas o fato é que um senhor feudal honrado está qualificado para investir cavaleiros; logo, a legitimidade de sua ação provém de ser ou ter um — ou mais — desses atributos. Assim, a própria legitimidade do cavaleiro investido recai sobre quem o investiu.

Quem desembainha a espada é chamado de padrinho, pois,

[...] assim como os padrinhos no batismo ajudam a confirmar e conceder o título de cristão ao afilhado, aquele que é o padrinho do novo cavaleiro, ao desembainhar a espada com a mão, concede e confirma o título de cavaleiro que ele recebeu (PARTIDA II, T. XXI, L. XIV, tradução nossa).¹³⁰

A relação entre o “padrinho” e o “receptor” se assemelha, dessa forma, ao conceito proposto por Susan Crane (2002) de espelhamento de uma identidade através da transmissão de atributos considerados legítimos e essenciais à cavalaria. Imagina-se que um bom cavaleiro faça outro bom cavaleiro, que um cavaleiro honrado faça outro cavaleiro honrado. Portanto, o vínculo entre esses cavaleiros, estabelecido nos anos de aprendizagem cavaleiresca, é imprescindível para a investidura, pois, ao investir um cavaleiro, está “doando” algo de si mesmo, conferindo ao ritual um caráter pessoal. Por isso, fala-se de uma cavalaria fechada e nobiliárquica no século XIV, pois a investidura ficou restrita a um círculo de nobres que, como Don Juan Manuel, acreditavam na superioridade de seu estamento e impuseram limites àqueles que deveriam ser feitos cavaleiros.

¹²⁹ No original: “Objects acquire something of the nature of their owners, and confer a personal connection on recipients [...]” (CRANE, 2002, p. 25).

¹³⁰ No original: “[...] así como los padrinos al bautismo ayudan a confirmar, e a otorgar a su ahijado, como sea cristiano, otrosí el que es padrino del caballero novel, descifiéndole la espada con su mano, otorga, e confirma la caballería que ha recibido” (PARTIDAS II, T. XXI, L. XIV).

3.4. A quem deve ser dada a cavalaria?

Vamos retomar discussões iniciadas no primeiro capítulo desta dissertação, principalmente dos tópicos 1.3 e 1.4. Nesses tópicos, versamos sobre como o serviço militar, a princípio, fez com que homens prestassem homenagem aos grandes senhores, atraindo a nobreza para dentro da *militia*, mas diferia dessa base guerreira por seu estilo e título. Aos poucos, contornos da alta e baixa nobreza foram borrados, passaram a ser desenhados juntos no mesmo cenário cavaleiresco e, já nos séculos XIV e XV, mesmo os homens não nobres exigiam sua admissão na cavalaria. Essa primeira exposição nos possibilitou pensar a diversidade da cavalaria castelhano-leonesa e o discurso anticavaleiresco de Don Juan Manuel, como nomeia o historiador Jesus Rodriguez-Velasco. É a partir dessa primeira análise já feita que continuamos este texto pensando agora na cerimônia de investidura para o nobre castelhano que investigamos.

Nas obras de Don Juan Manuel, existem poucas menções à investidura. Ele concebe esse processo da seguinte maneira: “[...] a cavalaria tem necessidade que seja o senhor que dá a cavalaria e o cavaleiro que a recebe e a espada com que se faz. E assim tem cumprido a cavalaria [...]” (ESCUADERO, 1955, p. 14, tradução nossa).¹³¹ Don Juan Manuel não se ocupa em descrever a cerimônia com todos os rituais que a compõem, como fazem Alfonso X e Ramon Llull. A pouca atenção que confere à investidura pode ter como razão a divisão que Don Juan Manuel faz da cavalaria entre nobres e não nobres, na qual coloca que, “como quer que os infanções sejam cavaleiros, são em muito maior número os outros cavaleiros que não são infanções” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 388, tradução nossa).¹³²

Em contraste com as descrições detalhadas dos rituais de investidura presentes nas *Siete Partidas* e no *Livro da Ordem de Cavalaria*, nos quais ambos os autores utilizam o ritual para promover ou reforçar seus interesses em relação à cavalaria, Don Juan Manuel não sentiu a necessidade de recorrer a essa argumentação. Não que ele estivesse alheio à questão, mas porque sua

¹³¹ No original: “[...] la caualleria a mester que sea y el senyor que da la caualleria et el cauallero que la reçibe et la espada com que se faze. Et asi es la caualleria conplida [...]” (LIBRO DEL CAVALLEIRO ET DEL ESCUDERO, p. 14).

¹³² No original: “Commo quier que los infançones son caualleros, son muchos mas los otros caualleros que non son infançones” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 388).

discussão principal já havia sido estabelecida: a hierarquização dos estados da sociedade, evidenciando a posição dos reis e dos nobres senhores, mostrando como mantê-la e honrá-la. Essa perspectiva possibilitou a Don Juan Manuel — como mostramos no primeiro capítulo — diferenciar os cavaleiros nobres dos cavaleiros não nobres dentro do estado dos defensores.

Portanto, ao nosso ver, o que ele precisa com a investidura é reforçar quem pertence à cavalaria nobre, quem pode ter acesso a esse grupo exclusivista que delimita. Por isso sua afirmação de que “a cavalaria é ordem que não deve ser dada a nenhum homem que fidalgo não seja *diretamente*” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 388, tradução nossa).¹³³ O termo “diretamente” sugere uma referência à linhagem, um aspecto que ele valoriza profundamente. Que Don Juan Manuel tinha grande apreço pela sua linhagem também já colocamos.¹³⁴ Ele era um grande entusiasta em relação à genealogia e à nobreza, principalmente a sua (LOURIE, 1966, p. 72). Desse modo, a linhagem é apontada como um importante diferencial de poder entre duas categorias distintas: os cavaleiros nobres e os não nobres, como salienta Don Juan Manuel. Afinal, “[...] quanto maior o prestígio e a posição socioeconômica da linhagem, mais constitui a sua presença maciça um signo do poder e da força do grupo” (BECEIRO PITA, 1990, p. 253, tradução nossa).¹³⁵

A genealogia é o principal aspecto distintivo da cavalaria nobre, é com base na linhagem direta que Don Juan Manuel a distingue da cavalaria vilã. Conforme observado por Norbert Elias e Scotson, “a ‘antiguidade’ de um grupo é considerada um fator de prestígio e sua presença mais recente, um fator de censura” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 52). Ser um fidalgo, como defendido por Don Juan Manuel, é fundamental nesse contexto. Essa diferenciação reflete uma organização específica da sociedade e a perspectiva do autor em questão, que pensa os estados dentro de um sistema rígido de estratificação social, no qual vemos a exclusão do outro¹³⁶ com base em noções como a linhagem e a honra.¹³⁷

¹³³ No original: “[...] et la caualleria es orden que non deue seer dada a ningun omne que fijo dalgo non sea derecha mente” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 388).

¹³⁴ Ver no tópico 1.4 do primeiro capítulo.

¹³⁵ No original: “[...] quanto mayor sea el prestigio y la posición socio-económica del linaje, más constituye su presencia masiva un signo del poder y de la fuerza del grupo” (BECEIRO PITA, 1990, p. 253).

¹³⁶ Dessa forma, Don Juan Manuel se refere: “tudo o que eu entendo do estado dos defensores, tanto dos nobres quanto dos outros” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 396).

¹³⁷ Essa discussão é desenvolvida no subtópico 3.4.3 do capítulo.

Norbert Elias e John L. Scotson destacaram que os diferenciais de poder devem ir além da mera posse monopolista de objetos ou meios de produção, mas também considerar:

[...] os aspectos figuracionais dos diferenciais de poder que se devem puramente a diferenças no grau de organização dos seres humanos implicados. [...] sobretudo os diferenciais do grau de coesão interna e de controle comunitário, podem desempenhar um papel decisivo na relação de forças entre um grupo e outro (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 21-22).

Don Juan Manuel esclarece que o estado da cavalaria é a maior honra que o fidalgo pode obter, pois, para o nobre castelhano, a honra se traduz em riqueza. A exemplo, ele diferencia o “rico omne” do “omne rico”, aquele que leva “rico” antes “põem a riqueza, que indica honra, à frente, que quer dizer que é mais honrado que as outras pessoas” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 387, tradução nossa)¹³⁸; enquanto, “dizendo ‘homem rico’, se entende qualquer homem que tenha riqueza, tanto ruão como mercador” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 387).¹³⁹ Assim, a riqueza, que é honra, não pode ser obtida nos mesmos moldes da cavalaria vilã, como demonstraremos no próximo tópico. As armas, os bens e patrimônios e os privilégios que a cavalaria vilã conquistou não seriam suficientes para sua ascensão a uma categoria superior, não segundo Juan Manuel.

É pensando na relação de forças que teria a nobreza e a cavalaria vilã que procuramos compreender o pensamento exclusivista de Don Juan Manuel. Se alguns estados são mais honrados que outros, como concebe Don Juan Manuel, colocando a cavalaria como “o maior e mais honrado estado entre os leigos” (ESCUADERO, p. 13), quem poderia melhor servir ao estado mais honrado do que as pessoas mais honradas? Se, como pensa Pierre Bourdieu, o efeito essencial do rito é separar aqueles que já passaram por ele (BOURDIEU, 2008, p. 97), Don Juan Manuel também separa os cavaleiros nobres, aqueles que são fidalgos diretos, os mais honrados, dos outros do estado dos defensores, que são vilões; ainda que sejam cavaleiros, pertencem a uma categoria inferior, pois não possuem linhagem e lhes falta a honra dos *ricos hombres*, dos *infanzones*.

¹³⁸ No original: “[...] quando dize ‘rico omne’, ponen la riqueza, que es onra, delante, que quiere dezir que es mas onrado que las otras gentes” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 387).

¹³⁹ No original: “[...] diziendo ‘omne rico’, entiendese qual quier omne que aya riqueza, tan bien ruano commo mercadero” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 387).

Agora, a discussão caminha para o debate do grupo que Don Juan Manuel exclui, os *caballeros villanos*, para pensarmos na exclusividade que o nobre castelhano garante à promoção dos nobres a cavaleiros, ou seja, a investidura como forma de distinção. Primeiro, vamos elucidar a questão da cavalaria vilã, ou urbana, para, então, voltarmos à relação que estabeleceu Don Juan Manuel com o estado dos defensores; logo, com a cerimônia de investidura.

3.4.1. Quem são os vilões da história?

O termo “vilão” — *villanus* — floresceu durante o século XII em referência ao cavaleiro de origens humildes. Nesse período, a categoria dos cavaleiros, dos *militēs*, ainda era relativamente permeável devido às demandas militares, sendo elas as responsáveis pelo surgimento da cavalaria vilã (COELHO, 2015, p. 33), pois a guerra e os confrontos exigiam um número maior de homens do que a nobreza poderia oferecer. Para Carlos Astarita, a singularidade dos cavaleiros vilões foi pertencer, dentro de uma categorização tripartida da sociedade, à categoria mais baixa, a do campesinato. Apesar de estarem vinculados diretamente à terra, adotam valores e práticas característicos da nobreza, como “o luxo, o desperdício ostensivo, a economia do gasto, aspectos que assimilam os cavaleiros vilões das normas de vida da nobreza e corroboram a dualidade de sua cultura” (ASTARITA, 1994, p. 73-74, tradução nossa).¹⁴⁰

Enquanto Astarita vê a cavalaria vilã como um campesinato independente de homens enriquecidos, Máximo Diago Hernando (1992) afirma que essa cavalaria não pode ser definida desse modo, pois seus membros se estruturam para além de uma atividade agrária. No seu estudo da cavalaria vilã na região da Extremadura castelhana-leonesa, onde esses cavaleiros eram maioria apesar de serem encontrados em cidades também mais ao norte, ele detalha como os cavaleiros *villanus* ascenderam aos principais ofícios dos governos municipais, através das unidades jurisdicionais organizadas internamente, os conselhos das cidades e vilas.

Em razão desses núcleos dirigentes, nos quais os cavaleiros vilões ocuparam o centro desse sistema, a aristocratização da cavalaria vilã torna-se

¹⁴⁰ No original: “[...] el lujo, el despilfarro ostentoso, la economía del gasto, aspecto que los asimila a los caballeros villanos a las normas de vida de la nobleza y corrobora la dualidad de su cultura” (ASTARITA, 1994, p. 73-74).

possível¹⁴¹ e chega a se juntar às camadas mais baixas da nobreza. A partir de meados do século XII, a cavalaria vilã ganha dinamicidade e importância. Segundo André Madruga Coelho (2015), “[...] para a cavalaria vilã a obtenção de privilégios e o exercício de cargos políticos são cada vez mais estruturantes da sua condição social” (COELHO, 2015, p. 41-42).¹⁴²

As atividades bélicas desempenharam um papel fundamental no contexto hispânico e europeu no geral dos séculos XI ao XV. Máximo Diago Hernando reconhece a importância de uma arquitetura militar visualizada nos castelos de pedra e nas cidades fechadas por muralhas. Essas geografias artificiais de guerra estavam concentradas nos núcleos jurisdicionais da Extremadura castelhano-leonesa já mencionados e, claro, precisavam do elemento humano adequado para fazer a guerra, em que se enquadra a cavalaria vilã que estava à frente dessas organizações. Desse modo, os *caballeros villanos* tornaram-se elementos indispensáveis no conflito, bem como na vida urbana. Assim, eles desempenharam o exercício das armas que os aproximavam da nobreza, espelhando nesses homens comportamentos esperados para nobres cavaleiros, e, ao mesmo tempo, sua ligação aos núcleos urbanos os diferenciava da nobreza de marcado caráter rural estabelecida ao norte do Duero (DIAGO HERNANDO, 1992, p. 37).

Durante o século XIII, eles receberam privilégios outorgados por Alfonso X:

[...] esse mundo da cavalaria *concejal* que existia em algumas cidades, como Salamanca ou Ávila, atuaram os privilégios concedidos por Alfonso X a muitas cidades do centro peninsular. Esses privilégios foram concedidos principalmente no período de 1255-1273. [...] Esses privilégios foram chamados de “Fuero de los excusados” — “excusados” dos cavaleiros —, “privilégios para os vilões cavaleiros” ou de outras formas. [...] os efeitos das cartas reais em relação às elites urbanas foram, até certo ponto, irreversíveis (MONSALVO ANTÓN, 2017, p. 307, tradução nossa).¹⁴³

¹⁴¹ Atesta o historiador José M. Monsalvo Antón (1990, p. 142-143).

¹⁴² Para mais detalhes a respeito do desenvolvimento da cavalaria vilã, consultar: Monsalvo Antón (1990); Carlos Astarita (1994); Máximo Diago Hernando (1992).

¹⁴³ No original: “[...] este mundo de *caballería concejal* que existía en algunas ciudades, como Salamanca o Ávila, actuaron los privilegios que Alfonso X otorgó a muchas ciudades del centro peninsular. Estos privilegios se dieron sobre todo en el período 1255-1273. Hay unas decenas de villas y ciudades, sobre todo de la Meseta, de las que se tiene noticia de que los recibieron, pero es solo una parte de lo que hubo. Estos privilegios han sido denominados “Fuero de los excusados” — “excusados” de los caballeros —, “privilegios a los caballeros villanos” o de otras maneras. Iban acompañados del envío a cada concejo del Fuero Real, recién elaborado en la corte. Esta última exigencia no triunfó en el momento. Pero los efectos de las cartas regias en relación con las elites urbanas fueron en cierto modo irreversibles” (MONSALVO ANTÓN, 2017, p. 307).

A concessão dos privilégios aos cavaleiros vilãos foi parte da estratégia para a promulgação do *Fuero Real* nas cidades (PISNITCHENKO, 2016, p. 229). Ainda com os numerosos privilégios outorgados a esse grupo cavaleiresco específico durante o reinado de Alfonso X, o reconhecimento de um status privilegiado não garantiu à cavalaria vilã sua conversão em um grupo oligárquico fechado. Índícios apontam que esse tipo de instituição foi progressivamente se perfilando, preparando o terreno para que, na primeira metade do século XIV, tivesse lugar a consolidação definitiva dos grupos privilegiados de cavaleiros como oligarquias fechadas nos conselhos da Extremadura castelhano-leonesa (DIAGO HERNANDO, 1992, p. 41-42). A evolução dessas estruturas sociopolíticas avançou o suficiente para que, “durante a primeira metade do século XIV, se consolidasse nesse âmbito geográfico uma oligarquia de fidalgos, formada a partir das famílias de cavaleiros vilões que tinham conseguido subir posições de prepotência sociopolítica” (DIAGO HERNANDO, 1992, p. 47, tradução nossa).¹⁴⁴

Esses grupos políticos urbanos foram beneficiados com a introdução do elemento fidalgo e a criação de vínculos diretos de vassalagem. Certa assimilação jurídica com a nobreza tradicional e o reconhecimento da estrutura de linhagem foram os dois aspectos fundamentais que os privilégios de Alfonso X introduziram para as elites *concejiles*, equiparando-as à camada nobre daquela sociedade (MONSALVO ANTÓN, 2017, p. 310).

Desse modo:

[...] as contribuições de Alfonso X em relação às elites urbanas é o fato de que ele expandiu o perfil sociojurídico da cavalaria para uma grande parte de seu reino como um padrão geral para ser elites *concejiles*. Ao mesmo tempo, é claro, ele abriu as portas para o enobrecimento (MONSALVO ANTÓN, 2017, p. 309, tradução nossa).¹⁴⁵

José Maria Monsalvo Antón (2017, p. 311) sugere que fraturas sociais entre os antigos cavaleiros e os novos privilegiados surgiram a partir desse

¹⁴⁴ No original: “[...] durante la primera mitad del siglo XIV se consolidase en este ámbito geográfico una oligarquía de hidalgos, formada a partir de las familias de caballeros villanos que habían conseguido auparse a posiciones de prepotencia sociopolítica [...]” (DIAGO HERNANDO, 1992, p. 47).

¹⁴⁵ No original: “[...] las aportaciones de Alfonso X en relación con las elites urbanas es el hecho de haber expandido para una buena parte de su reino el perfil sociojurídico de la caballería como un patrón general para ser elites concejiles. Por supuesto, a la vez, abrir las puertas al ennoblecimiento” (MONSALVO ANTÓN, 2017, p. 309).

cenário social e político. E é justamente com base nessa conjuntura que pensamos os escritos de Don Juan Manuel, da sua necessidade de separar a cavalaria nobre da não nobre, de reforçar quem eram os verdadeiros fidalgos diretos.

A cavalaria vilã ganhou espaço e notoriedade durante o mesmo período em que Don Juan Manuel começou a escrever suas obras, na primeira metade do século XIV. O reinado de Alfonso X, tio de Don Juan Manuel, foi um momento de conflito entre a nobreza castelhana-leonesa e a monarquia, no qual “a nobreza se mobilizou em nome da manutenção de seus direitos e privilégio” (RIBEIRO, 2017, p. 87), culminando em uma revolta nobiliária. Apesar de Don Juan Manuel ter crescido na corte de Sancho IV, filho de Alfonso X, o complô nobiliário estava apenas alguns anos atrás de si.

Além disso, junto aos privilégios concedidos por Alfonso X à cavalaria vilã, nas *Siete Partidas*, no Título XXI, idealizou-se uma cavalaria sem nuances¹⁴⁶ porque seria mais fácil se sobressair sobre um único grupo, um grupo que atende a um só modelo ético e social da cavalaria (MARTIN, 2004, p. 221). Lembramos que as *Partidas* surgiram como um projeto político de Alfonso X, de forma que:

na medida em que a cavalaria era uma forma de enobrecimento, a monarquia a viu desde o início como um meio de criar uma massa de guerreiros leais para contrabalançar o poder crescente da alta nobreza. Esse plano para centralizar a cavalaria explica as leis e os estatutos que tornaram o monarca a única autoridade para investir cavaleiros ou criar ordens de cavalaria para fornecer-lhes cavaleiros leais. No entanto, a entrada na nobreza pela porta dos fundos da cavalaria alertou a nobreza, que exigiu um endurecimento dos requisitos e das condições de entrada. Assim, embora nos séculos XI e XII a cavalaria fosse uma corporação relativamente aberta de guerreiros de elite, no século XIII ela agrupou a elite da nobreza, aqueles que haviam sido nomeados cavaleiros (ALVARADO PLANAS, 2021, p. 14, tradução nossa).¹⁴⁷

¹⁴⁶ Ao contrário da verdadeira cavalaria plural ibérica, já discutida no tópico 1.3 do primeiro capítulo.

¹⁴⁷ No original: “[...] en la medida en que la caballería suponía una forma de ennoblecimiento, la monarquía vio tempranamente en ella un medio de crear una masa de guerreros leales que contrarrestasen el creciente poder de la alta nobleza. En ese plan de centralización de la caballería se explican las leyes y estatutos que situaban al monarca como única autoridad para investir caballeros o para crear ordenes de caballería que les proporcionaran jinetes fieles. Con todo, la entrada a la nobleza por la puerta falsa de la caballería, alertó a la nobleza, que exigió endurecer los requisitos y condiciones de ingreso. De esta manera, aunque en los siglos XI y XII la caballería era una corporación relativamente abierta de guerreros de élite, en el siglo XIII agrupaba a la élite de la nobleza; la de quienes habían sido armados caballeros” (ALVARADO PLANAS, 2021, p. 14).

Desse modo, era imprescindível que a nobreza castelhana, composta por *ricos hombres e infanzones*, cuidasse para manter fechado o círculo nobre, com seus privilégios garantidos e com os valores, comportamentos e tradições exclusivos, assegurando a diferenciação e o destaque enquanto nobreza social e política. São cenários como esse, em que homens de origens modestas buscam acesso ao círculo restrito dominado pelos nobres, que Javier Alvarado Planas assim como outros que escreveram a história da cavalaria¹⁴⁸ observam o fechamento desse grupo. No centro desse fenômeno está a investidura, pois é através dela que os cavaleiros nobres são separados dos demais.

Em relação a todo esse cenário da cavalaria vilã e à posição de Don Juan Manuel, um nobre filho de infante, para com seu estado e a cavalaria, Georges Duby o definiu bem:

Consciente de se haver tornado vulnerável, o grupo das antigas famílias cujos varões que haviam atingido a idade adulta sem terem entrado para a Igreja, se consideravam de há muito cavaleiros, coagulou, entrincheirando-se atrás do sistema cavaleiresco de valores. Vilões compravam agora senhorios. A barreira entre os “ricos” e os “pobres”, instituída pelas relações de produção, a barreira de classes, deslocava-se insensivelmente para o mais baixo da escala social. No primitivo lugar desta fronteira, a nobreza edificou uma nova barreira. Como que a sombra, o fantasma da primeira. Imaginárias. Erigida pela ideologia, pelos ritos (DUBY, 1982, p. 322).

É o que fez Don Juan Manuel ao dizer que “a cavalaria é ordem que não deve ser dada a nenhum homem que fidalgo não seja diretamente” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 388, tradução nossa).¹⁴⁹ Através do ritual da investidura, ele separa os bem-nascidos dos malnascidos, seus concorrentes que a nobreza repeliu para a vilania. O ritual da investidura se torna uma fronteira ideológica em Don Juan Manuel, ajustando-se às estruturas de parentesco (DUBY, 1982, p. 322), afirma-se através da sua linhagem, repetidas vezes. O nobre castelhano, filho de Don Manuel, é um expoente desse lugar de reafirmação e fechamento que a alta e a média nobreza, como um todo, colocaram-se no fim da Idade

¹⁴⁸ Aqui, podemos pensar nas três fases cronológicas da cavalaria organizadas por Richard Kaeuper (2016), nas quais ele enquadra os séculos XIV e XV como a terceira e última fase enquanto uma “confusão” porque tinha se configurado um círculo fechado para a cavalaria que somente a nobreza poderia acessá-la, mas categorias mais baixas de homens a aclamavam para si.

¹⁴⁹ No original: “[...] et la caualleria es orden que non deue seer dada a ningun omne que fijo dalgo non sea derecha mente” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 388).

Média. Portanto, resta-nos discutir a investidura como mecanismo de elevação de uma categoria e rebaixamento de outra.

3.4.2. Investidura e a imposição de uma identidade nobre

A investidura se mostra como uma ferramenta de comunicação não verbal entre a cavalaria e a nobreza, enquanto atua como instrumento de ordenação (CASAL MACEIRAS, 2014, p. 762). É a elite entrando em contato consigo mesma, o que contribui para “criar uma consciência coletiva de pertença a uma coletividade determinada” (CASAL MACEIRAS, 2014, p. 766).¹⁵⁰ É uma cerimônia elitista que dá acesso à cavalaria como uma elite, o seu público é a aristocracia. E é por isso que apenas quem é cavaleiro pode investir outro, pois “um discurso não precisa só de compreensão, mas de reconhecimento. Quem o profere precisa ser uma autoridade legítima para um público específico” (BOURDIEU, 2008, p. 91).

A cavalaria vilã acessou os valores cavaleirescos, copiou comportamentos nobiliárquicos e, no século XIV, chegou a formar círculos aristocráticos fechados nos conselhos urbanos da Extremadura castelhano-leonesa, buscando consolidar a posição de grupo privilegiado mediante o reforço dos laços de sangue e da consciência de pertencimento a um grupo de parentes organizados hierarquicamente, um modelo nobre de organização familiar, a linhagem (DIAGO HERNANDO, 1992, p. 46-47). Porém, mesmo atingindo um patamar a ponto de confundir-se com a baixa camada da nobreza no século XIV, para Don Juan Manuel e outros nobres, eles não pertenciam a essa elite. Faltava-lhes o reconhecimento por parte de quem detinha o título natural, os fidalgos diretos. Faltava-lhes linhagem e também não eram honrados o suficiente. Esses são os critérios que engendram uma coesão no seio do grupo cavaleiresco nobre, proporcionando-lhe um sentido de pertencimento.

A legitimidade da autoridade, como pensa Pierre Bourdieu (2008), recai sobre os já investidos cavaleiros, enquanto o público-alvo se estabelece na nobreza. Nessa equação, a cavalaria vilã é excluída. Desse modo, procuramos,

¹⁵⁰ No original: “[...] crear una consciencia colectiva de pertenencia a una colectividad determinada” (CASAL MACEIRAS, 2013, p. 766).

nesse tópico, elucidar a problemática suscitada por Norbert Elias e John L. Scotson, isto é:

[...] como e por que os indivíduos percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao dizer “nós”, enquanto, ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como “eles” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 37-38).

Don Juan Manuel se favorece dessa construção do “nós” e dos “outros”, ele coloca: “tudo o que eu entendo do estado dos defensores, tanto dos nobres quanto dos outros” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 396, tradução nossa).¹⁵¹ E ele se percebe — individual e coletivamente — em um estado superior em relação aos critérios de linhagem e honra. Não é sem razão que Don Juan Manuel, filho de infante e nobre estimado, fala, a todo momento, em honra. Esse é o critério que ele apresenta como mais importante para distinguir as categorias, é o parâmetro que usa para hierarquizar os estados e os sujeitos neles:

O caráter autoengrandecedor de um diferencial maior de poder lisonjeia o amor-próprio coletivo, que é também a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo, aos padrões de continência afetiva característicos desse grupo, que são tidos como ausentes nos grupos menos poderosos (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 44).

O critério da honra teve um peso inigualável para os homens medievais das camadas mais altas, é sob a ética da honra que eles viviam e operavam:

[...] a categoria da honra é ampla e central, abrangendo não apenas a coragem para os homens e castidade para as mulheres, mas muitos comportamentos relativos ao comportamento pessoal e à posição social, tudo o que distingue o status cortês do vulgar. As medidas de honra são as que mais definem as elites seculares para si mesmas, embora a contemplação e a fé possam ocupar um papel secundário (CRANE, 2002, p. 4, tradução nossa).¹⁵²

Quando discutimos a figura de Don Juan Manuel no primeiro capítulo desta dissertação, colocamos que a linhagem régia desse nobre era um dos seus

¹⁵¹ No original: “[...] todo lo que yo entiendo en los estados [de los] defensores, tan bien de los nobres como de los otros” (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 396).

¹⁵² No original: “[...] the category of honor is large and central, encompassing not just courage for men and chasteness for women, but many behaviors relative to personal comportment and social standing, everything indeed that distinguishes courtly status from vulgar. Measures of honor most fully define secular elites to themselves, although contemplation and faith may occupy a subdominant role” (CRANE, 2002, p. 4).

principais sinais de identidade. Repetidamente, nos prólogos de suas obras, ele se refere a si como filho do infante Don Manuel, transparecendo uma autoconsciência nobiliárquica (LOUREIRO, 2019, p. 189). A figura principal da nossa análise foi um homem bastante ativo no seio da nobreza, era um *rico hombre* determinado a viver e garantir seu patrimônio, sua linhagem, os valores, a ética e os comportamentos reservados a esse grupo.

A linhagem “está situada no mais alto da valorização social, no mais alto mesmo dos valores éticos, garantindo a hegemonia do grupo nobiliário [...]” (MARTIN, 2004, p. 225, tradução nossa).¹⁵³ Esse elemento genealógico está intrinsecamente vinculado a Don Juan Manuel e à sua obra, constituindo, junto com a honra, o diferencial de poder entre os cavaleiros nobres e a cavalaria vilã. A linhagem também é um aspecto da memória que, por sua vez, está relacionada à identidade. Esta última não se reduz à memória, mas é fundamental para sua construção. Com isso, queremos destacar que a identidade cavaleiresca para Don Juan Manuel está associada à nobreza, uma vez que apenas aos fidalgos diretos deveria ser concedida a cavalaria. Don Juan Manuel reconhece a linhagem como traço identitário em si, é como ele se apresenta, como filho de infante. Dessa sua convicção superior na linhagem direta, ele a determina como um fator para a realização da investidura.

Quando examinamos o escudeiro no capítulo anterior, vimos que os filhos dos nobres eram enviados à casa de um senhor para aprender a cavalaria. Desde tenra idade, eram moldados para esse propósito e não conheciam outra maneira de existir. A identidade desses meninos, então homens, estava profundamente ligada à cavalaria; ao ser investido como cavaleiro, isso se torna tanto uma confirmação do seu novo status quanto um compromisso público com o que foi destinado a ser desde menino, quando foi encaminhado para o aprendizado cavaleiresco. “A identidade não é uma escolha pessoal mas a consequência duma posição no seio de um grupo que desde logo impõe os direitos e os deveres e insere num simbolismo difícil de modificar” (LE BRETON, 2004, p. 185).

Em um ritual de passagem, faz-se notável a renúncia a uma vida anterior e a emergência de uma vida “nova”, pois, na mudança de um estágio para o outro, é inconcebível que o sujeito permaneça o mesmo e, se permanecer, terá falhado.

¹⁵³ No original: “[...] está situado en lo más alto de la valoración social, en lo más alto incluso de los valores éticos, garantizando la hegemonía del grupo nobiliario [...]” (MARTIN, 2004, p. 225).

Por isso, prepara-se o aprendiz de cavaleiro para que ele tenha ferramentas e alicerces morais que lhe permitam honrar a cavalaria. Ele assume uma nova identidade, desempenhando um papel social definido, conforme preconiza o conceito de “*l’adoubement*”, no qual “*adouber*” remete simultaneamente à adoção e à restauração (SORVAL, 2014, p. 33). Instituir uma identidade é a imposição de uma essência social, aqueles que testemunham um ritual são espectadores do que os indivíduos envolvidos se tornaram, da competência alcançada e das implicações do “vir a ser” ou “dever de ser” (BOURDIEU, 2008, p. 100).

Dessa forma, o destino social do escudeiro é tornar-se cavaleiro através da investidura cavaleiresca. Portanto, o rito o qualifica socialmente, de modo que, sem a cerimônia, não se obtinha o status de cavaleiro. Segundo Georges Duby (1982):

“escudeiro”, armiger, entra nas fórmulas de qualificação dos homens que pelo nascimento deveriam chamar-se cavaleiros, mas a quem não se pode chamar assim: não foram introduzidos oficialmente na cavalaria segundo os ritos prescritos; são como que a reserva, a espera de vez [...] (DUBY, 1982, p. 321).

O que nos chama atenção nessa afirmação de Duby não é tanto o apontamento acerca dos escudeiros que nunca deixaram esses títulos, mas o fato de a investidura consagrar o cavaleiro sob esse status superior, pois, mesmo tendo passado pela formação cavaleiresca, se não tivessem sido investidos, não teriam sido lidos sob o status da cavalaria. A investidura, ao término de um árduo processo de aprendizado, assinala o estado atual do cavaleiro, o que ele veio a se tornar. Ela não apenas altera a autopercepção do investido, mas também influencia “os comportamentos que ela acredita estar obrigada a adotar para se ajustar a tal representação” (BOURDIEU, 2008, p. 99).

Ramon Llull indica que:

[...] o cavaleiro novo deve cavalgar e deve mostrar-se às gentes, para que todos saibam que ele é cavaleiro e que se obrigou a manter e a defender a honra de cavalaria; porque quanto mais gentes saibam de sua cavalaria, maior refreamento terá o novo cavaleiro a fazer novas faltas que sejam contra sua ordem (LLULL, T. IV, l. 12).

O jovem que dedicou vários anos à preparação para ingressar na cavalaria, ao longo de seu período de aprendizado, contribui para a internalização dos valores, fórmulas e comportamentos próprios da cavalaria. Esse conjunto de

características os distinguem e também permite-lhes significar enquanto cavaleiros, criando para esse grupo uma identidade cavaleiresca. Pensando no conceito de semióforo de Krzysztof Pomian (1998), de um objeto visível investido de significado e, para se tornar o que é, precisa do reconhecimento da sua função.

Quanto aos homens, são sempre semióforos, mesmo quando não trazem nenhuma, os traços dos seus rostos, as suas atitudes, o aspecto das suas mãos, a maneira de falar e de se moverem são apreendidos como manifestações do lugar a que pertencem e da sua classe (POMIAN, 1998, p. 84).

Nessa perspectiva, o cavaleiro se revela como um semióforo, um objeto investido de significado cujo reconhecimento de sua função transcende os limites da mera incumbência guerreira ou militar, abarcando toda a ética e o simbolismo inerentes à cavalaria. O ato de investir-se representa a ratificação de uma identidade, cuja validação é conferida pelo olhar do outro. Conforme assevera Krzysztof Pomian: “a função de um objeto está pois inscrita na sua aparência e é por esta tornada visível” (POMIAN, 1998, p. 78).

Portanto, Don Juan Manuel, quem empresta seu olhar para nós, não legitima a cavalaria vilã dentro da identidade cavaleiresca que ele assume como honrada e verdadeira. O ritual “obriga o sujeito a adotar uma certa identidade através da aceitação explícita, pública e espacial das normas que regulam uma instituição ou coletividade” (RODRIGUEZ-VELASCO, 2010, p. 15, tradução nossa).¹⁵⁴ O pilar da investidura reside na “relação personalizada entre adubador e adubado” (BARTHELEMY, 2010, p. 217), nos termos de Krzysztof Pomian, delineando uma conexão entre aquele que será investido de significado e aquele que o significa, é isso o que assegura o reconhecimento de sua função, um reconhecimento que Don Juan Manuel não faz à cavalaria vilã.

A formação cavaleiresca bem como a cerimônia de investidura estão entrelaçadas com uma identidade coletiva, na qual os elementos de linhagem e honra representam critérios fundamentais de coesão para o grupo. A linhagem, sobretudo por estar intrinsecamente ligada à memória do grupo, engendra a consciência de um “passado comum”, corroborando discursos como os

¹⁵⁴ No original: “[...] it compels the subject to adopt a certain identity through the explicit, public, and spatial acceptance of the norms that regulate an institution or collectivity” (RODRIGUEZ-VELASCO, 2010, p. 15).

delineados por Don Juan Manuel, que ressaltam o vínculo do “nós” em contraposição aos “outros”. Conseqüentemente, a exclusão e a estigmatização dos forasteiros pelo grupo estabelecido constituíam poderosas ferramentas para que este último salvaguardasse sua identidade e reafirmasse sua superioridade, mantendo os outros em seu lugar (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22). Desse modo, a investidura cavaleiresca é reservada apenas à nobreza, aos verdadeiros cavaleiros. A cavalaria *villana* não poderia desfrutar do mesmo status e posição que os cavaleiros nobres.

[...] ser armado resultava custoso, todo homem armado cavaleiro era nobre. Deste modo nasceu, através da cavalaria e fundamentada em uma certa riqueza, uma “nobreza de direito”, enquanto também aparecia a “nobreza de hecho” dos cavaleiros vilões, que detinham a maior parte dos privilégios da nobreza sem pertencer a ela (BONNASSIE; GUICHARD; GERBET, 2008, p. 264, tradução nossa).¹⁵⁵

Podemos pensar em como Don Juan Manuel entende o estado dos filhos de infantes como o estado mais perigoso e o mais difícil de se manter com a honra que deve ser mantido (LIBRO DE LOS ESTADOS, 1982, p. 375). De certa forma, esses “custos” para se manter no estado mais honrado são inerentes às aristocracias para que “os eleitos aceitem os sacrifícios inerentes ao privilégio [...] que constituem a condição de conservação do privilégio” (BOURDIEU, 2008, p. 102). Essa é a função da linhagem, da honra, enquanto condições para edificar uma fronteira. Don Juan Manuel alinha-se, assim, à perspectiva de que “a instituição é um ato de magia social capaz de criar a diferença” (BOURDIEU, 2008, p. 100). Se para Don Juan Manuel apenas os fidalgos diretos são considerados dignos de receber a cavalaria, os demais indivíduos permanecem num estado de ambigüidade em relação à sua condição cavaleiresca.

¹⁵⁵ No original: “[...] ser armado resultaba costoso, todo hombre armado caballero era noble. De este modo nació, a través de la caballería y fundamentada en una cierta riqueza, una «nobleza de derecho», mientras que también aparecía la «nobleza de hecho» de los caballeros villanos, que detentaban la mayor parte de los privilegios de la nobleza sin pertenecer a ella” (BONNASSIE; GUICHARD; GERBET, 2008, p. 264)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi construída sobre o vasto campo temático que é a cavalaria medieval, por isso determinadas estruturas e conceitos dessa instituição, e também da sociedade feudal, permearam a discussão como um todo. É o caso da questão dos laços feudo-vassálicos, discutidos no primeiro capítulo, trazendo o foco para a Península Ibérica. Vimos como a cavalaria era importante para os filhos *segundones* estabelecerem vínculos com senhores poderosos que poderiam prestar-lhes apoio, tanto financeiro quanto sociopolítico. No segundo capítulo, ao falarmos da educação do escudeiro, frisamos o laço interpessoal criado entre este e o senhor que o recebeu em sua casa para educá-lo como parte de uma rede de vassalagem no seio de uma sociedade que reproduz e firma seus laços. Deparamo-nos novamente com a questão da dependência pessoal, dessa vez ritualizada na cerimônia de investidura, analisada no capítulo final, em que a importância das relações entre adubador e adubado, próprias da nobreza, cria a ideia de uma cavalaria restrita à nobreza, operada por ela para manter a coesão do grupo, em nome de um diferencial de poder que a sustenta como grupo superior.

O texto também se caracteriza por discussões mais específicas, como é o caso da estruturação, a partir de uma historiografia já consolidada, da cavalaria medieval hispânica e da vida de Don Juan Manuel, abordadas no primeiro capítulo desta dissertação. Esse primeiro momento é essencial para entender nosso argumento central, que é a formação cavaleiresca e a cerimônia de investidura na perspectiva de Don Juan Manuel. Portanto, a dissertação expõe como um nobre castelhano de alto status pensava a educação da nobreza e a cavalaria hispânica, tanto em relação ao seu próprio grupo quanto àqueles que não pertenciam a esse coletivo, nesse caso, a cavalaria vilã.

Assim, ao analisar a educação cavaleiresca e, simultaneamente, a dos meninos da nobreza, entendemos como a formação do escudeiro acontece de maneira a proporcionar-lhe as condições, ferramentas e suportes necessários para desempenhar o papel social e profissional de cavaleiro dentro do estamento nobiliárquico. A relação que o escudeiro desenvolve com o senhor que o abriga no espaço senhorial é crucial, pois ele precisa se comportar de acordo com as

normas estabelecidas previamente pelo grupo, as quais trazem coesão a ele e garantem a continuidade de um círculo fechado.

Por isso, quando falamos da diferença entre cavalaria nobre e cavalaria vilã, utilizando a teoria desenvolvida por Norbert Elias e John L. Scotson (2000) sobre o diferencial de poder entre os grupos, os conceitos que se sobressaem são o de honra e de linhagem. A linhagem, em especial, é um fator importante, pois remete a um passado comum que cria a ideia de um “nós” e, simultaneamente, a de um “outro”, que não pertence a esse coletivo. Para reforçar o sentimento de pertença e criar mais um obstáculo à entrada dos outros no grupo, fala-se então em honra, que Don Juan Manuel sempre destaca como sendo maior em seu próprio estamento.

Na introdução, colocamos uma questão sobre a influência da cavalaria ainda nos dias atuais, o que nos levou a elencar produções e ideias ligadas à temática, ou ao menos um esboço delas, na contemporaneidade. Nós temos obras literárias, como *O cavaleiro preso na armadura* (1987), uma fábula de Fernão Capelo Gaivota, e mais recente, *O cavaleiro dos Sete Reinos* (2014), escrito por George R. R. Martin. No cinema, o número de produções que envolve a cavalaria e os cavaleiros é mais vasto, a exemplo: *A lenda do cavaleiro verde* (2021), baseado no conto arturiano homônimo; do mesmo ano de lançamento, *O último duelo* (2021); *Arn: o cavaleiro templário* (2007); *Coração de cavaleiro* (2001); e essa lista poderia continuar com outros filmes produzidos na segunda metade do século XX. Fora do cenário literário e cinematográfico, dentro do cenário político nacional, temos o Lux Brasil¹⁵⁶, um movimento de extrema direita brasileiro surgido nos últimos anos, que faz uso das imagens e prerrogativas — ao menos o que eles acreditam ser — dos cavaleiros templários.

Essas informações têm como intenção mostrar, ainda que resumidamente, como o imaginário cavaleiresco e a idealização do cavaleiro continuam em ação no período em que vivemos. A cavalaria continuará a suscitar presença em nossos dias enquanto as tradições e impressões que a alimentam permanecerem

¹⁵⁶ Essa notícia traz a repercussão nacional que um vídeo do Lux Brasil, fazendo uso da imagem de um cavaleiro medieval, ganhou no ano de 2020: <https://revistaforum.com.br/redes-sociais/2020/3/6/grupo-bolsonarista-de-extrema-direita-vira-mem-e-ao-convocar-ato-com-cavaleiro-medieval-70383.html>. Temos também um artigo que faz uma análise desse grupo em relação à cavalaria: DUARTE, Dave Hanneman Alves. Imagens, representação e uso de cavaleiros da Idade Média pelo movimento de extrema-direita “Instituto Lux Brasil”. *Revista Ensaios de História*, [s. l.], v. XXIII, n. 1, 2022.

vivas em nossa consciência histórica. Essa instituição não apenas moldou a estrutura social e política da Europa medieval, mas também influenciou valores, comportamentos e ideais que ainda ressoam na cultura contemporânea. O fascínio pela cavalaria é perpetuado através da literatura, do cinema e da historiografia, em que os cavaleiros são frequentemente retratados como símbolos de honra, bravura e lealdade. Assim, a cavalaria não apenas persiste na memória histórica, mas também enriquece nosso entendimento contínuo da evolução social e cultural da humanidade.

REFERÊNCIAS

Fontes

ALFONSO X, el Sabio. **Las Siete Partidas**: El Libro del Fuero de las Leyes. In: José Sánchez-Arcilla Bernal (ed.). Madrid, 2004.

DON JUAN MANUEL. Libro del cavallero et del escudero. In: **Obras de Don Juan Manuel**: Tomo I. Ed. José M. Castro y Calvo e Martin de Riquer. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1955.

DON JUAN MANUEL. Libro enfenido. In: **Don Juan Manuel**: obras completas. Ed. y estudio de José Manuel Blecua. Madrid: Editorial Gredos, 1982, p. 143-189.

DON JUAN MANUEL. Libro de los Estados: Parte I. In: **Don Juan Manuel**: obras completas. Ed. y estudio de José Manuel Blecua. Madrid: Editorial Gredos, 1982, p. 193-412.

RAMON LLULL. **O Livro da Ordem da Cavalaria (1279-1283)**. Tradução: Ricardo da Costa. Publicado na Internet. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/o-livro-da-ordem-de-cavalaria-c1274-1276>.

Bibliografia

AGEJAS, Jose Angel. La caballería: un proyecto moral. **Mar Oceana**: Revista del humanismo español e iberoamericano, [S. l.], n. 25, p. 69-89, 2009. Disponível em: <http://ddfv.ufv.es/bitstream/handle/10641/556/La%20caballer%C3%ADa.Un%20proyecto%20moral.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 ago. 2023.

ALEXANDRE-BIDON, Danièle. Images du père de famille au Moyen Âge. **Cahiers de recherches médiévales**, [S. l.], 1997. Disponível em: <http://journals.openedition.org/crm/963>. Acesso em: 1 nov. 2023.

ALVARADO PLANAS, Javier. **La Ceremonia de Armar Caballero y otros estudios**. Madrid: Sanz y Torres, 2021.

ÁLVAREZ BORGE, Ignacio. La nobleza castellana en la Edad Media: familia, patrimonio y poder. In: XI Semana de Estudios Medievales, 2000, Nájera. **Anais** [...]. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2001, p. 221-252.

ALVES, Giovanni B. **As imagens da cavalaria no Saltério de Luttrell (C. 1345)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

ARALUCE CUENCA, Jose Ramon. **El Libro de los Estados**: Don Juan Manuel y la sociedad de su tiempo. Madrid: Porrúa, 1976.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Família e da Criança**. Tradução: Dora Flacksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ARROÑADA, Silvia Nora. La edad de la inocencia: visiones islámica y cristiana hispano-medieval sobre la infancia. Córdoba: **Meridies, Revista de Historia Medieval**, IX, p. 7-18, 2011.

ARROÑADA, Silvia Nora. La infancia en la España medieval. In: Rodríguez, G., Arroñada, S., Bahr, C. & Zapatero, M. (ed.). **Cuestiones de historia medieval**. Buenos Aires: Pontificia Universidad Católica Argentina, v. 2, p. 125-154, 2010. Disponível em: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/10508>. Acesso em: 19 ago. 2023.

ASTARITA, Carlos. Caracterización económica de los caballeros villanos de la Extremadura Castellana Leonesa (siglos XII-XV). **Annales de Historia Antigua, Medieval y Moderna**, n. 27, p. 11-83, 1994.

BADIA, Lola; SANTANACH; Joan; SOLER, Albert. **Ramon Llull as a vernacular writer: communicating a new kind of knowledge**. Woodbridge: Tamesis, 2016.

BADIA, Lola; BONNER, Anthony. **Ramon Llull: vida, pensamiento y obra literaria**. Barcelona: Sirmio, 1993.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII**. Tradução: Neri de Barros Almeida e Carolina Gual da Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BARBER, Richard. **The reign of Chivalry**. Londres: David & Charles, 1941.

BARTON, Simon. **The aristocracy in twelfth-century León and Castile**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BRAGA, D. de A. R. A infância como objeto da história: Um balanço historiográfico. **Revista Angelus Novus**, [S. l.], n. 10, p. 15-40, 2016. DOI: 10.11606/ran.v0i10.123935. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/123935>. Acesso em: 19 out. 2023.

BECEIRO PITA, Isabel. Educación y cultura en la nobleza (siglos XIII-XV). **Anuario de Estudios Medievales**, n. 21, p. 571-590, 1991.

BECEIRO PITA, Isabel. La educación un derecho y un deber del cortesano. In: X SEMANA DE ESTUDIOS MEDIEVALES, 1999, Nájera. **Anais [...]**. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, p. 175-206, 2000.

BECEIRO PITA, Isabel. **Parentesco, poder y mentalidad: la nobleza castellana (siglos XII-XV)**. Madrid: CSIC, 1990.

BERGQVIST, Kim. It's a Good Life, If You're Free from Sin: The Moral and Political Sense of Chivalry in Medieval Castile. **Roda da Fortuna**. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 148-169, 2014.

BONNASSIE, Pierre; GUICHARD, Pierre; GERBET, Marie-Claude. **Las Españas medievales**. Barcelona: Crítica, 2008.

BONNER, Anthony. **The art and Logic of Ramon Llull**. Boston: Leiden, 2007.

BROEKHOFF, Jan. Chivalric Education in the Middle Ages. In: ZEIGLER, Earle F. **Sport and Physical Education in the Middle Ages**. Trafford, p. 40-48, 2006.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. 2. ed. São Paulo: USP, 2008.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BULLOUGH, Vern L. On being a Male in the Middle Ages. In: LEES, C. A.; FENSTER, T. S.; MCNAMARA, J. A. **Medieval masculinities**: regarding men in the Middle Ages. Minneapolis London: University of Minnesota Press, p. 31-46, 1994.

CASAL MACEIRAS, O. La construcción de la imagen pública del poder a través del protocolo y el ceremonial. Referencias históricas. **Historia y Comunicación Social**, v. 18, p. 761-775, 2014.

COELHO, André Madruga. **As elites urbanas medievais**. O exemplo de Évora e dos Lobo (sécs. XIII-XV). Dissertação. Mestrado em História. Universidade de Évora. Évora, 2015.

COSSÍO OLAVIDE, M. JUAN MANUEL. **Libro del cavallero e del escudero**. Madrid: Iberoamericana, 2022.

COSTA, R. Ramon Llull (1232-1316) e o modelo cavaleiresco ibérico: o Livro del Orden de Caballeria. In: **MEDIAEVALIA. Textos e Estudos**. Lisboa: Gabinete de Filosofia Medieval da Faculdade de Letras do Porto e Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, n. 11-12, p. 231-252, 1997.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2 ed. Berkeley, Calif: University of California Press, 2005.

CRANE, Susan. **The performance of self**: ritual, clothing, and identity during the Hundred Years War. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

CROUZET-PAVAN, Elizabeth. Uma flor do mal: os jovens na Itália medieval (séculos XIII-XV). In: LEVI, G; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 191-243, 1996.

DELGADO, Buenaventura. La educación física del caballero medieval. **Historia de la educación. Revista Interuniversitaria**, v. XIV-XV, p. 61-71, 1995-96.

DELGADO, Buenaventura. **Historia de la infancia**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

DIAGO HERNANDO, Máximo. Caballeros e hidalgos en la Extremadura castellana medieval (siglos XII-XV). **En la España Medieval**, Madrid, n. 15, p. 31-62, 1992. Disponível em:

DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca**. Tradução: Antônio de Pádua Danesil. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

DUBY, Georges (org.). **História da vida privada: da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUNLOP, F. S. **The late medieval interlude: the drama of youth and aristocratic masculinity**. Woodbridge, Suffolk, UK: York Medieval Press, 2007.

ECO, Umberto. **Arte e beleza na estética medieval**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FLECKENSTEIN, Josef. **La caballería y el mundo caballeresco**. Tradução: José Luis Gil Aristu. Madrid: Siglo, 2006.

FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Tradução: Eni Tenório dos Santos. São Paulo: Madras, 2005.

FRANCO, C. **Alle radici della cavalleria medievale**. [S. l.] Societa editrice il Mulino Spa, 2014.

GARCIA-BALLESTER, Luís. Arnau de Vilanova (c. 1240-1311) y la reforma de los estudios médicos en Montpellier (1309): el Hipócrates latino y la introducción del nuevo Galeno. **Dynamis**, n. 2, p. 97-158, 1982.

GARCÍA DÍAZ, Jesús. La Europa de Alfonso X el Sabio. Em torno a uma historia jurídica comparada. **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**, Sevilla, n. 8, p. 263-290, 2013, Disponível em: http://institucional.us.es/revistas/alcanate/8/art_9.pdf Acesso em: 10 jul. 2023.

GARCÍA HERRERO, Maria del Carmen. Mocedades diversas: hacia un estudio de la juventud en la Baja Edad Media. *In: Memoria y Civilización. Anuario de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Navarra*. v. 14, 2011, p. 9-34.

GARCÍA HERRERO, Maria del Carmen. La educación de los nobles en la obra de Don Juan Manuel. *In: XI Semana de Estudios Medievales*, 2000, Najera. **Anais** [...] Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2001, p. 39-91.

GARCÍA HERRERO, Maria del Carmen. Los varones jóvenes en la correspondencia de Doña María de Castilla, Reina de Aragón. **Edad Media: Revista de Historia**, n. 13, p. 241-267, 2012.

GARCÍA HERRERO, Maria del Carmen. Elementos para una historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media. **La vida cotidiana en la Edad Media: VIII Semana de Estudios Medievales**. Nájera, 1998, p. 223-252.

GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media**, siglos XI-XV. Madrid: Alianza, 1997.

GOLDBERG, P. J. P.; RIDDY, Felicity (ed.). **Youth in the Middle Ages**. York: York Medieval Press, 2004.

GOLDBERG, P.J.P. Family Relationships. *In: WILKINSON, Louise J. (ed.). A cultural history of childhood and family in the Middle Ages*. London: Bloomsbury, 2014, p. 21-40.

GÓMEZ REDONDO, F. **Historia de la prosa medieval castellana**. Madrid: Cátedra, 1998.

GÓMEZ REDONDO, F. Géneros literarios en don Juan Manuel. *In: Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. n, 17, p. 87-125, 1992.

GONZÁLEZ, Federico J. Assis; MIRANDA, Hugo R. Ideas y representaciones del espacio nobiliario en el Libro de Los Estados del Infante Don Juan Manuel. **Revista Nuestro Noa**. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, n. 6, p. 135-151, 2015.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Alfonso X y las oligarquias urbanas de caballeros. Universidad de Murcia: *Revista de Historia del Derecho Europeo*, 1994.

GRACE, Philip. **Providers and Educators: The Theory and Practice of Fatherhood in Late Medieval Basel, 1475-1529**. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Minnesota, [S.I.], 2010.

HESPANHA, António Manuel. **A cultura jurídica europeia: síntese de um milénio**. Coimbra: Almedina, 2012.

HEUSCH, Carlos. Prologo: La insólita primera obra de Juan Manuel. *In: Don Juan Manuel. Libro del Cavallero e del Escudero*. Edicion y estudio de Mario Cossio Olavide. Madrid: Iberoamericana, 2022.

HEUSCH, Carlos. La “mala educacion” en el Libro del Caballero et del Escudero de Don Juan Manuel. *Librosdelacorte.es*, [s. l.], Primavera-Verano, n. 22, p. 309-325, 2021.

HEYWOOD, C. **A history of childhood: children and childhood in the West from medieval to modern times**. 2 ed. Cambridge, England: Polity, 2018.

INNES, Matthew. A place of discipline: Carolingian courts and aristocratic youth. *In: CUBITT, C. (ed.). Court Culture in the Early Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2003. p. 59-76.

JANIN, Erica. El conocimiento en el Libro Enfenido de Don Juan Manuel: concepción del saber y estrategias de transmisión. *Revista de Poética Medieval*, 15, p. 65-81, 2005.

JANIN, Erica. La construcción de la autobiografía ejemplar en el "Libro enfenido" de don Juan Manuel. *Letras*, Buenos Aires, v. 52/53, p. 189-199, 2006.

JONES, Robert. **Knight: the Warrior and the World of Chivalry**. Oxford: Osprey Publishing, 2011.

KAEUPER, Richard W. **Medieval chivalry**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

KARRAS, Ruth Mazo. **From boys to men: formations of masculinity in late medieval Europe**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

KEEN, Maurice. **Chivalry**. New Haven and London: Yale University, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE BRETON, David. **Sinais de identidade: tatuagens, piercings e outras marcas corporais**. Miosótis, 2004.

LE GOFF, J.; TRUONG, N. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOUREIRO, José A. Salgado. Política y cultura en don Juan Manuel (1320-1325) ¿Un proyecto de exaltación neofonsí? *Semata, Ciências Sociais e Humanidades*, v. 3, p. 187-207, 2019.

LOURIE, E. A society organized for War: Medieval Spain. **Past and Present**, Oxford, v. 35, p. 54-76, 1966.

MARCHELLO-NIZIA, Christiane. Cavalaria e cortesia. *In*: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **História dos Jovens**: da Antiguidade à Era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 141-190.

MARIN, Aurelio Pretel. **Don Juan Manuel, señor de la llanura**. Repoblacion y gobierno de la Mancha albacetense en la primera mitad del siglo XIV. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses, 1982.

MARIN, Aurelio Pretel; LLOPIS, Miguel Rodriguez. **El señorío de Villena en el siglo XIV**. Albacete: Instituto de Estudios Albacetenses “Don Juan Manuel”, 1998.

MARTIN, Georges. Control regio de la violencia nobiliaria: la caballeria segundo Alfonso X de Castilla (comentario al título XXI de la Segunda partida). *In*: **Annexes des Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévaux**, n. 16, p. 219-234, 2004.

MARTÍN, A. C. La investidura de armas: “pescozada” y “palmada” en el Lanzarote del lago. *La Corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures*, 2003, p. 257–264.

MARTINS, Ana Laura de Oliveira Duarte. **Organização militar carolíngia: o exercício da guerra ao tempo de Carlos Magno (768-814)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História Militar) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/93372?locale=pt>. Acesso em: 25 maio 2023

MARTÍN, Georges. Control regio de la violencia nobiliaria. La caballería según Alfonso X de Castilla (comentario al título XXI de la Segunda partida). **Cahiers d'études hispaniques médiévaux**, v. 16, n. 2, p. 219-234, 2004.

MEDEIROS, Francisco Roberto S. de P.; TORRES, José William C. Resíduos clássicos no rito iniciático do cavaleiro medieval. *In*: MONGELLI, Lênia Márcia. (org.). **De cavaleiros e cavalarias**: por terras de Europa e Américas. São Paulo: Humanitas, p. 233-246, 2012.

MEIRA, Mônica B. Vanzella. Sobre estruturas etárias e ritos de passagem. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, PUC-SP, v. 5, p. 185-201, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14085/10371>. Acesso em: 23 abr. 2014.

MIATELLO, André Luis Pereira. Pregação e cavalaria no processo de expansão da cristandade latina: o papel da Ordem da Milícia de Ramon Llull (1232-1316). **Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 15, n. 48, p. 1151-1190, 2017.

MONSALVO ANTÓN, José María. Memoria e identidad de los linajes urbanos en la Castilla medieval: usos del pasado y mentalidad social de la caballería consejo (Ávila, Salamanca, Ciudad Rodrigo). *In*: OJEDA, Esther López (org.). **La memoria**

del poder, el poder de la memoria. XXVII Semana de Estudios Medievales. Nájera, Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2017, p. 291-348.

MORA, Antonio Sánchez. **La nobleza castellana en la Plena Edad Media: El Linaje de Lara** (ss. XI-XIII). 2003. Tese (Doutorado em História Medieval) – Universidade de Sevilla, Sevilla, 2003. t. I.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. A reconquista Ibérica: a construção de uma ideologia. **História Instituições Documentos**, Sevilla, n. 28, p. 277-295, 2001. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Nogueira_CRF_30_1547747_AReconquistalberica.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

O'CALLAGHAN, Joseph F. **The learned king: the reign of Alfonso X of Castile.** Philadelphia: University of Pennsylvania, 1993.

O'CALLAGHAN, Joseph F. **Reconquest and crusade in medieval Spain.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2003.

OLIVOVA, Vera. **From the Arts of Chivalry to Gymnastics.** Praga: Charles University, 1979.

ORME, Nicholas. **From Childhood to Chivalry: the education of the English kings and aristocracy 1066-1530.** New York: Routledge, 2018.

PALANQUES, Marco Otis. Las Siete Partidas de Alfonso X “El Sabio” como instrumento legitimador. **Filosofia**, n. 20, 2009. Disponível em: <http://erevistas.saber.ula.ve/index.php/filosofia/article/view/3828>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PASTOUREAU, Michel. **No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PASTOUREAU, Michel. Os emblemas da juventude: atributos e representações dos jovens na imagem medieval. In: LEVI, G; SCHMITT, Jean-Claude (org.). **História dos jovens: da Antiguidade à Era Moderna.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 245-263, 1996.

PEDRAZ, Miguel Vicente. Educacion corporal y distinción nobiliaria en el Libro de los Estados de Don Juan Manuel. **Educación física y deportes**, v. 1, n. 43, p. 13-24, 1996.

PORRINAS-GONZÁLEZ, David. **Guerra y caballería en la plena Edad Media: condicionantes y actitudes bélicas.** Castilla y León, siglos XI al XIII. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidad de Extremadura, 2015. Disponível em: <https://dehesa.unex.es:8443/handle/10662/3394>. Acesso em: 27 jul. 2023

PORTELA, Ludmila N. Santos. A Reconquista como mito unificador: a legitimidade da coroa cristã castelhana na Baixa Idade Média. **Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est**, p. 878-887, 2017.

PISNITCHENKO, O. Modelo cavaleiresco de Dom Juan Manuel e cavalaria castelhana-leonesa na passagem do século XII para XIV. **Revista Signum**, v. 18, n. 1, 2017.

PISNITCHENKO, O. **A cavalaria no discurso político castelhana-leonês no final do século XIII**: entre vínculo social e forma de vida virtuosa. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

POMIAN, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (ed.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

REIS, Jaime Estevão dos. **Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o sábio (1252-1284)**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

RODRÍGUEZ-VELASCO, Jesús D. **Order and chivalry**: knighthood and citizenship in late medieval Castile. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.

RODRÍGUEZ-VELASCO, Jesús D. Invencion y consecuencias de la caballería. In: FLECKENSTEIN, Josef. **La caballería y el mundo caballeresco**. Tradução: José Luis Gil Aristu. Madrid: Siglo, 2006. p. XI-LVIII.

RUCQUOI, Adeline. El Rey Sabio: Cultura y Poder en la monarquia medieval castellana. **Actas del III Curso de Cultura Medieval**, Aguilar de Campoo, Centro de Estudios del románico, p. 77-87, 1993.

RUIZ, Teofilo F; WINKS, Robin W. **Medieval Europe and the World**: from late antiquity to modernity, 400-1500. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SÁNCHEZ SAUS, Rafael. Caballeros e hidalgos en la Castilla de Alfonso X. **Alcanate: IX Semana de Estudios Alfonsíes**, 2014-2015, p. 177-210.

SHAHAR, Shulamith. **Childhood in the Middle Ages**. Tradução: Chaya Galai. London: Routledge, 1992.

SILVEIRA, Eliana Ávila. **Cultura e poder na Baixa Idade Média castelhana**: o Livro das Armas de D. João Manuel (1282-1348). 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SOLER, Andrés Giménez. **Don Juan Manuel**: biografía y estudio crítico. Zaragoza: Tip. La Académica, 1932.

SORVAL, Gérard de. **A iniciação dos cavaleiros e a iniciação dos reis na Cristandade medieval**. São Paulo: Polar, 2014.

SOUZA, A. M. de. Don Juan Manuel de Castela (1282-1348) e o ideal de governante para a nobreza. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 93–106, 2022. DOI: 10.18224/mos.v15i2.12667. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/12667>. Acesso em: 23 jul. 2023

TOMAS Y VALIENTE, Francisco. **Manuel de Historia del Derecho Español**. 4. ed. Madrid: Tecnos, 2004.

TRAVESÍ, Enrique Asenjo. El concepto de infancia en la Baja Edad Media en Castilla a través de los “Espejos de Príncipes” (siglos XIII-XV). **Historia de la educación: Revista Interuniversitaria**, p. 181-194, 2019.

TYERMAN, Chr. What the Crusades meant to Europe. In: LINEHAN, P.; NELSON, J. L. (org.). **The Medieval World**. Nova Iorque: Routledge, p. 131-145, 2007.

VALLEJO NARANJO, C. Lo caballeresco en la iconografía cristiana medieval. Sevilla: Universidad de Sevilla. **Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas**, n. 93, p. 33-67, 2008.

VAN GENNEP, Arnold. **The rites of passage**. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

VARELA, Laura Beck. Breve panorama sobre a obra jurídica do reinado de Afonso X de Castela. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 9, n. 16, p. 125-140, 2001-2002.

VEREZA, Renata. Reconquista: conceito polissêmico. In: I Encontro de História Militar e Medieval, 2011, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: CEPHiMEx, p. 40-53, 2011.

WILKINSON, Louise. Education. In: WILKINSON, Louise J. (ed.). **A cultural history of childhood and family in the Middle Ages**. London: Bloomsbury, p. 91-108, 2014.

ZEIGLER, Earle F. **Sport and Physical Education in the Middle Ages**. Trafford: Trafford Publishing, 2006.

ZIERER, Adriana; MESSIAS, Bianca Trindade. O mundo da cavalaria do século XIII na concepção de Ramón Llull. **Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 128-154, 2013.